

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
INSTITUTO DE LINGUAGENS – IL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DE
LINGUAGENS

RUBERMÁRIA DA SILVA SPERANDIO

RÁDIOS COMUNITÁRIAS COMO MEIO DE DIFUSÃO DA
CULTURA LOCAL

Cuiabá-MT
2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

RUBERMÁRIA DA SILVA SPERANDIO

RÁDIOS COMUNITÁRIAS COMO MEIO DE DIFUSÃO DA
CULTURA LOCAL

Cuiabá-MT
2008

RUBERMÁRIA DA SILVA SPERANDIO

RÁDIOS COMUNITÁRIAS COMO MEIO DE DIFUSÃO
DA CULTURA LOCAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal de Mato Grosso, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Estudos de Linguagem, sob a orientação da professora Dr^a Sirlei Aparecida Silveira.

Cuiabá - MT

DEDICATÓRIA

Ao meu marido, que não mediu esforços para que eu tivesse todas as condições necessárias ao bom desempenho deste trabalho. Pela ajuda intelectual e compreensão nas minhas ausências e momentos de estresse.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Deus pela vida e por nela ter podido sonhar e realizar todos os meus objetivos.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Linguagens da UFMT; aos técnicos e funcionários do Programa, na pessoa da Coordenadora do Mestrado, Prof^{ra}. Dr^a. Maria Rosa Petroni.

Aos orientadores Prof^{ra}. Dr^a. Sirlei Aparecida Silveira, Prof. Dr. Roberto Boaventura da Silva Sá e Prof. Dr. Laurindo Leal Filho. A todos vocês, muito obrigada pelas fundamentais contribuições intelectuais neste trabalho.

Ao Prof. Dr. Yuji Gushiken pelas contribuições valiosíssimas que deu durante a qualificação deste trabalho.

À colega Nájla por ter me apresentado o Núcleo Piratininga de Comunicação, um espaço que muito tem contribuído para a minha formação intelectual. E pelos “bate-papos” nos corredores do mestrado, estendo este agradecimento também à Aline.

Ao colega Gilson que muito me ajudou na elaboração final deste trabalho.

Ao professor e amigo Diego Barald Lima pelo carinho e pela colaboração neste trabalho.

Aos meus pais pela formação religiosa, moral e ética com os quais tenho pautado minha conduta.

À minha irmã Meire por ter sido uma mãe para minha filha nas minhas ausências.

À minha filha Rebeca por conseguir, mesmo com minhas ausências, ser uma garotinha carinhosa e alegre comigo, muitas vezes até espantando meu mau humor.

A todos os meus amigos por compreenderem as minhas ausências durante o tempo em que estive envolvida com este trabalho.

Nada é impossível de mudar
Desconfiai do mais trivial,
Na aparência do singelo.
Examinai, sobretudo, o que lhe parece habitual.
Suplicamos expressamente:
Não aceiteis o que é de hábito
Como coisa natural,
Pois em tempo de desordem sangrenta,
De confusão organizada,
De arbitrariedade consciente,
De humanidade desumanizada,
Nada deve parecer natural,
Não deve parecer impossível de mudar

(BERTOLD BRECHT)

RESUMO

SPERANDIO, Rubermária da Silva

Titulo: Rádios Comunitárias como Meio de Difusão da Cultura Local

“Rádios Comunitárias como Meio de difusão da Cultura Local” traz uma análise da execução da radiodifusão comunitária em Cuiabá-MT, a partir da análise do processo de criação e atuação da rádio comunitária CPA FM. Partindo da premissa de que atualmente a maioria das chamadas rádios comunitárias no Brasil não mais reúnem os requisitos preconizados para essa modalidade de radiodifusão, o objetivo primordial desta análise consiste em verificar em que medida a rádio CPA FM difere ou se assemelha às demais rádios no país. Ela é realmente comunitária ou aproxima-se da lógica das rádios comerciais? Para analisar esta questão o presente estudo recorreu ao levantamento documental e empírico, com base na ata de fundação e estatuto da emissora, além de entrevistas com dirigentes e a análise de programas levados ao ar pela referida rádio.

A dissertação é baseada em duas vertentes de análise, a saber:

- a) A comunicação como um direito social. Nesse contexto, as rádios comunitárias são apresentadas como veículo local, um meio primordial para o pleno exercício desse direito e para a interação da cultura como modo de vida;
- b) A legislação (Lei 9.612/98), que regulamenta a radiodifusão comunitária na atualidade, pois, apesar do seu conteúdo burocrático e restritivo, o conceito de rádio comunitária definido nela é condizente com os objetivos do movimento de democratização do setor. Assim, é a partir do seu texto que procedemos à análise do funcionamento e da programação da Rádio Comunitária CPA FM.

Palavras-chave: rádio comunitária; comunicação; cultura local.

ABSTRACT

SPERANDIO, Rubermária da Silva

Title: Community Radios as a way of interaction of local culture

The present dissertation presents an analysis of implementation and effective action of Community Broadcasting in the City of Cuiabá (State of Mato Grosso, Brazil), based on the case study of the creation process, reach and projection through local community of Rádio Comunitária CPA FM (CPA FM Community Radio). Considering that nowadays most of Community Radios are not communitarian, the main objective on the present investigation is to verify how Rádio Comunitária CPA FM approaches or not from other radios around Brazil. Is Rádio Comunitária CPA FM really communitarian or just a radio that reproduces the logic of commercial radios? To answer to that question, this analysis presents a documental and empirical research, using sources such as the Act of Foundation of Rádio Comunitária CPA FM, its statute, besides some interviews with listeners and people who present its programming.

The dissertation is based on two main theoretical topics to know: a) Communication as a social right. Based on that context, Community Radios are presented as local communication means of transmission and promotion, a necessary instrument for the full exercise of that right and for the interaction of culture as a way of life; b) Rule 9.612/98 (from Brazilian Fundamental Law of State) that regulates communitarian broadcasting in Brazil. Even if that Rule is to be considered bureaucratic and to restrict the Right of Communication, its concept of Community Radio is authentic according to Democratization of Communication movements. That concept guides the present analysis and it is used to compare the operation and programming of Rádio Comunitária CPA FM.

Key-words: Community radio; democratization; local culture.

Sumário

INTRODUÇÃO.....	10
1 PALANQUES E PÚLPITOS NO RÁDIO.....	21
1.1 Rádios Comunitárias: Reescrevendo o Rádio no Brasil.....	25
1.2 Organização das Rádios Comunitárias.....	32
1.3 Legalizar ou Continuar à Margem?.....	37
1.4 A Burocracia da Lei.....	39
1.5 Lei de Radiodifusão Comunitária: Uma Contra-reforma.....	40
1.6 Prática do Serviço de Radiodifusão Comunitária pela Lei.....	47
1.7 O Local das Rádios Comunitárias.....	52
1.8 A Recuperação da Dimensão Comunitária.....	58
2. O INÍCIO DO RÁDIO EM MATO GROSSO.....	61
2.1 Rádio a Voz do Oeste: Um Novo Ciclo do Rádio em Mato Grosso.....	63
2.2 As Rádios que Vieram Depois de a Voz do Oeste.....	67
2.3 A Integração de Mato Grosso Pelas Ondas do Rádio.....	76
2.4 O Rádio em Mato Grosso na Atualidade.....	83
2.5 Rádios Comunitárias em Mato Grosso.....	88
2.6 Quem Representa as Rádios Comunitárias em Mato Grosso?.....	91
2.7 O Movimento de Rádios Comunitárias em Cuiabá.....	94
2.8 Rádio Alternativa Fm: A Pioneira.....	96
2.9 Rádio Companheira: Continua a Luta Por uma Alternativa.....	101
2.10 Rádio ABC Shalon.....	104
2.11 Rádio Acudam (Metrópole Fm).....	111
3 RADIO CPA FM: NASCIMENTO E DESENVOLVIMENTO.....	117
3.1 Análise dos Dados Empíricos.....	119
CONCLUSÃO.....	146
REFERÊNCIAS E OBRAS CONSULTADAS.....	149
APÊNDICE.....	156

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa é fruto de inquietações manifestadas na atualidade sobre o caráter das rádios comunitárias no Brasil. Afirmar-se que elas, apesar de terem surgido para servir aos interesses das comunidades onde estão inseridas e se contrapõem à distribuição massiva dos bens simbólicos, usados como estratégia de domínio pela classe dominante, prestam-se a interesses políticos, comerciais e religiosos em geral.

Em Mato Grosso o movimento de rádios comunitárias iniciou-se na década de 1990, época em que o movimento já tinha se proliferado em várias capitais do Brasil e já se vislumbrava a criação de um ordenamento jurídico capaz de tirá-las da marginalidade. Considerando o momento anterior em que às rádios comunitárias ainda não estavam organizadas em prol de seus objetivos, o movimento no estado nasceu num momento em que, ao menos em tese, era favorável à sua atuação. Já era de conhecimento do Brasil inteiro, experiências bem sucedidas de como fazer e o que era uma rádio comunitária. Mas, exceto algumas experiências, as denúncias quanto ao não alinhamento da maioria das rádios comunitárias aos fins a que se propõem têm recaído também sobre essas iniciativas em Cuiabá e em vários municípios de Mato Grosso. Diante de tal polêmica, nos propomos estudar essa problemática em Cuiabá tomando como objeto da nossa investigação a Rádio Comunitária CPA FM. O estudo dessa rádio tomada como recorte pretende verificar se ela é realmente uma rádio comunitária ou, ao contrário, insere-se na lógica da maioria que se auto-proclama como comunitária, mas não o é, uma vez que funciona fora das normas para o setor. Para chegarmos a uma conclusão a esse respeito fizemos um estudo de caso dessa rádio com ênfase em sua origem, organização e atuação como veículo midiático. Isto posto perguntamos: quais os princípios que norteiam a programação da Rádio CPA FM? Qual cultura que ela divulga, a cultura local ou a cultura de massa? Quais os preceitos ideológicos sob os quais ancoram a sua programação? A sua programação está voltada para os setores populares ou para a elite? Como os aspectos políticos e econômicos se revelam pelo cultural? Esses questionamentos foram respondidos tomando como balizamento o conceito de

radiodifusão comunitária definido na Lei nº 9.612/98¹. Segundo essa lei, entre outros objetivos, uma rádio comunitária visa dar oportunidade à difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade, oferecendo mecanismos à formação e integração da comunidade estimulando o lazer, a cultura e o convívio social. Permite a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da cidadania.

Metodologicamente fizemos uma delimitação temática: A Rádio CPA FM funciona como meio de difusão da cultura local? A cultura que ela divulga é uma cultura orgânica que se faz no dia a dia em torno das carências e das necessidades da comunidade? Ou ela expressa a cultura da elite por meio da reprodução da cultura de massa? Com base nos procedimentos técnicos, utilizamos a pesquisa bibliográfica e documental e, em medida menor, a pesquisa participante. Fontes orais, bibliográfica e documental.

A hipótese defendida por nós, baseada em algumas informações e na escuta de alguns programas da Rádio CPA FM, foi de que ela seria uma rádio que operava na perspectiva comunitária.

Mas, para confirmarmos ou negarmos essa hipótese teríamos de fazer um estudo mais minucioso. Para isso ouvimos toda a programação da Rádio CPA FM, durante uma semana. Como nem sempre era possível sintonizá-la devido às interferências das rádios comerciais ou de outras rádios comunitárias, optamos por ouvi-la pela Internet (<http://www.cpafm@terra.com.br>), no período de 1º de julho de 2006 a 7 de julho de 2006. De início, ouvir essa rádio durante sete dias foi além de uma maneira de coletar dados para fazermos nossa análise, uma forma de conferir os programas levados ao ar e obter uma grade de programação. Mas não nos limitamos a ouvi-la só nesses dias. A partir do período acima mencionado não mais deixamos de ouvir a sua programação, mesmo que não fosse de maneira freqüente e regular, até os dias de hoje.

A escolha da Rádio CPA FM, como objeto de estudo para o que se quer investigar, ocorreu devido ao fato de ser ela, no contexto atual do debate sobre

¹ O movimento de rádios comunitárias não concorda com a maioria dos ordenamentos dessa lei e afirma que ela faz parte de uma estratégia para engessar o processo de democratização do rádio. Contudo, segundo o movimento, o conceito de rádio comunitária nela formulado é condizente com os objetivos a que ela se propõe.

as rádios comunitárias em Cuiabá, a que mais tem despertado polêmica sobre o fato de atender ou não aos requisitos que qualificam uma rádio como comunitária.

Além do objetivo primeiro a que se propõe, esta pesquisa poderá contribuir para o desvelamento da relação dessa rádio com a comunidade onde está inserida e contribuiria muito com o movimento de rádios comunitárias. Estudar as experiências de rádios comunitárias hoje é fundamental para a elaboração e a abertura de novos caminhos num momento em que elas têm enfrentado vários tipos de dificuldades, principalmente em relação ao acesso pleno do rádio.

Numa sociedade na qual o acesso à imprensa e ao computador está cada vez mais fácil, rápido e eficiente, instalar uma rádio não é proibido. Mas, paradoxalmente, é preciso uma autorização prévia do Governo Federal para coloca-la no ar. O dispositivo legal que torna o Governo tutor das concessões de outorga de telecomunicações está presente desde a formação das redes de comunicação brasileiras, tanto no momento de expansão do rádio, sob a ditadura de Getúlio Vargas, quanto no momento de expansão da TV, sob a ditadura militar. Esta centralização nasce com o pretexto de salvaguardar a ordem pública da “má” utilização dos meios de comunicação e prevalece até hoje; entretanto, “ela só pode ser entendida como dispositivos limitadores do acesso às informações contra-hegemônicas” (ANDRIOTTI, 2004, p. 168). Isso pode ser sentido mais claramente por meio da criação da lei que regulamenta o serviço de radiodifusão comunitária, que é farta de empecilhos técnicos, burocráticos e regimentais.

Depois de muita luta para legalizar as rádios comunitárias, para tirá-las da “marginalidade” na década de 1990², a lei que se conseguiu aprovar não atende os anseios da sociedade e limita o acesso. São muitas as exigências para formalizar o pedido de outorga no Ministério das Comunicações e a concessão pode demorar até dez anos. Assim, para conseguir sanar as exigências e acelerar o processo é preciso de um padrinho político que se aproveita deste recurso para angariar votos.

² Antes da criação da Lei n.º 9.612/98, imperava a noção de que os meios de comunicação eram bens públicos para a apropriação privada e a única lei que existia, a Lei n.º 87/88, regulamentava as rádios apenas para fins comerciais.

O resultado dessa política de favorecimentos tem permitido a autorização e o funcionamento de rádios totalmente descomprometidas com a sua verdadeira função, ou seja, a de dar voz e vez ao povo. Outra consequência é a apropriação direta e indireta das rádios comunitárias por políticos nas esferas municipais, configurando o que Vinicius Lima, em sua pesquisa, denominou de coronelismo eletrônico de último tipo. Segundo esse estudioso do assunto,

Os novos coronéis eletrônicos, como os anteriores, continuam tendo no controle do voto a sua 'moeda de troca' básica com o Estado e a própria União. [...] As rádios comunitárias, na sua maioria, são controladas, direta ou indiretamente, por políticos locais – vereadores, prefeitos, candidatos derrotados a esses cargos, líderes partidários – vindo num distante segundo lugar o vínculo religioso, predominantemente da Igreja Católica (LIMA, 2007, p. 6-7).

Para as rádios comunitárias que não conseguiram legalmente a concessão e que não optaram pelo apadrinhamento político, a desobediência civil tem sido a única solução e, quando ela acontece, a resposta é a repressão sobre essas rádios. O Governo nega a repressão, afirma que alguma penalidade, quando aplicada, se dá apenas às emissoras que estão transmitindo a sua programação sob condições irregulares ou causando interferências em outros meios de comunicação. Mas, como a maioria das rádios que são realmente comunitárias não consegue outorga, a discriminação é justamente contra elas que são legítimas representantes do movimento de democratização do setor.

De acordo com a Constituição Federal do Brasil, todo cidadão tem o direito de expressar-se livremente e por intermédio de qualquer meio de comunicação. Na medida em que o Governo impõe obstáculos para que a sociedade se aproprie dos meios de comunicação, esse direito passa a ser violado pelo próprio Governo. A desobediência civil como forma de luta contra a violação do direito à liberdade de expressão é tratada como caso de polícia. Essa repressão às legítimas rádios comunitárias, hoje, é uma verdadeira operação de caça às bruxas em pleno século XXI, levando, como outrora, para a fogueira o conhecimento, a diversidade e as informações relevantes à construção de uma verdadeira democracia.

As rádios comunitárias que conseguem uma outorga (depois de vencer as inúmeras exigências legais e esperar durante anos) têm a sensação de que enfim a lei se cumpriu e a guerra foi vencida. No entanto, a luta agora é para manter a rádio no ar.

As rádios comunitárias não podem fazer publicidade e lutam com dificuldades para conseguir um apoio cultural, uma das formas que elas têm para se manter. Esse apoio cultural até hoje não foi bem definido e as rádios comunitárias acabam ficando sem saber se o anúncio que faz é apoio cultural ou publicidade. Se a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) entender que se trata de publicidade, a rádio pode ser lacrada. Por este motivo, são várias as tentativas que as rádios fazem para sobreviver: bingos, doações, contribuições de associados, festas etc. Contudo, o fato é que muitas acabam cessando suas vozes.

Apesar de muitas rádios comunitárias terem alcance para além das fronteiras de suas comunidades, quer por questões geográficas, quer pela sua inserção na Internet, tacitamente, o seu compromisso legal é com a cultura da comunidade onde estão instaladas. A capacidade de interação e de democratização desse veículo de comunicação se deve justamente ao fato do mesmo ser de baixa potência e, conseqüentemente, estar restrito a um raio de alcance que dispensa a necessidade do modelo representativo.

Depois de muitas promessas frustradas de participação através da intervenção do cidadão nos eixos político-partidários e sindical-trabalhistas, este modelo começa a dar sinais de esgotamento e um novo tipo de participação está começando a ser gestado (PERUZZO, 2004, p. 73). Neste novo modelo se reveste de especial importância a questão do poder local como um espaço capaz de assegurar a chamada democracia direta através da descentralização e da desburocratização dele resultante. Segundo Milton Santos, é no espaço local onde a cultura do cotidiano se reflete e se refaz (2006, p. 144).

Estamos vivendo em nossa sociedade a era da cultura, mas esta, em virtude dos meios de produção estarem nas mãos da burguesia, tem como finalidade a exploração comercial feita por intermédio da indústria cultural. Na qual a construção das identidades é feita em massa para atingir grandes contingentes de mercados, ignorando a diversidade simbólica. Sendo assim, as

rádios comunitárias são imprescindíveis para o compartilhamento de uma cultura que não encontra espaços para sua divulgação nos veículos comerciais. Elas têm sido consideradas capazes de intervir no fluxo comunicacional dominante para, através da participação na construção simbólica, processar uma nova cultura que garanta mais democraticamente o acesso a todos os bens produzidos pelo homem.

Nesse sentido, a construção de um mundo mais justo e igualitário pregado pelo movimento de rádios comunitárias, por intermédio da apropriação dos meios de comunicação, passa também pela transformação da cultura. Então, uma rádio, para ser considerada comunitária, com base em seus objetivos, precisa ser um meio de interação da cultura dos ‘debaixo’. Esta cultura que, ao ser alijada do processo de construção simbólica, é também alijada dos meios de produção como um todo.

Entendemos as rádios comunitárias como um fenômeno cultural novo na intenção de introduzir na sociedade um novo conceito de programação, capaz de transformar a simulação da informação em realidade concreta. Dessa forma, sua programação estaria contribuindo para a emergência de um conceito orgânico de cultura: o de cultura como modo de vida, pois ela nasce das necessidades. Esse conceito coaduna com o conceito de cultura material de Raymond Williams, muito atual para explicar a cultura dominante e a cultura dominada, como resultado de formas precursoras de convergências de interesses. Segundo esse estudioso das questões culturais na sociedade moderna,

Podemos destacar duas formas principais: (a) ênfase no espírito formador de um modo de vida global, manifesto por todo âmbito das atividades sociais, porém mais evidente ‘especialmente cultural’ – uma certa linguagem, estilos de artes, tipos de trabalho intelectual; e (b) ênfase em uma ordem social global no seio da qual uma cultura específica, quanto a estilos de arte e tipos de trabalho intelectual, é produto direto e indireto de uma ordem primordialmente constituída por outras atividades sociais. Essas posições são freqüentemente classificadas como (a) idealista e (b) materialista (WILLIAMS, 2000, p. 12).

Creemos que os Estudos Culturais, em seu intuito de estabelecer uma leitura da “alta cultura” e da “cultura popular”, bem como estabelecer certo olhar sobre a “cultura de massas” (na verdade, rompe definitivamente com uma

compreensão estática desses “níveis culturais”, agora entendidos profundamente relacionados e com fronteiras bem pouco precisas) pode apresentar perspectivas muito promissoras para entendermos se, de fato, a rádio comunitária CPA FM funciona como meio de interação da cultura das comunidades que representa ou se apenas repete a cultura dominante.

Entendemos, também, que na atualidade, na interacionalidade entre Estudos Culturais e Comunicação que a teoria propõe, identifica-se uma forte tendência em teorizar sobre o papel dos meios de comunicação nas sociedades modernas. Essa interação é fortalecida como espaço de interpretações sociais, especialmente se considerarmos que a mídia, ao longo desse tempo, vem se constituindo em um lugar privilegiado de demandas e reivindicações políticas e culturais das sociedades contemporâneas. Podemos observar, a partir da segunda metade do século XX, uma estruturação mais clara de algo que vinha se delineando no decorrer da história: a força e influência dos meios de comunicação na difusão cultural. É importante perceber que:

A mecanização, a standardização, a superespecialização e a divisão do trabalho, que antes determinavam apenas a esfera da produção de mercadorias nas fábricas, penetram agora em todos os setores da existência – da agricultura à recreação e, é claro, à produção cultural [...] Nunca se produziu tanta cultura e nem tantos meios de comunicação diferentes como a partir dos anos 1960, e nem nunca ela foi tão claramente um produto feito e consumido para azeitar o funcionamento do sistema vigente (CEVASCO, 2003, p.69).

A produção cultural sempre esteve de alguma forma ligada aos interesses das camadas dominantes.

No final do século XV e início do século XVI, numerosas tentativas foram feitas tanto pela Igreja – quase sempre em colaboração com as autoridades seculares – para suprimir materiais impressos, Em 1485 o arcebispo *Berthold* de *Mainz* pediu ao conselho municipal de Frankfurt para examinar os livros a serem exibidos numa feira regional e assistir a igreja na supressão de livros perniciosos. Em 1501 o Papa Alexandre VI tentou estabelecer um sistema de censura mais rigoroso e abrangente, proibindo a publicação de qualquer livro sem autorização do poder eclesiástico. Ao crescer o número de livros proibidos, a igreja finalmente compilou o *index librorum*

prohibitorum; inicialmente promulgado em 1559, o *index* foi continuamente revisado e atualizado, permanecendo em efeito por alguns séculos (THOMPSON, 2002, p. 57).

No capitalismo tardio, quase sempre em colaboração com as autoridades, os meios de comunicação tornam-se ainda mais estratégicos, um fórum de luta dos mais importantes. A política de cultura deixa de ser secundária para ocupar papel central nas tensões que permeiam a ordem social. Assim:

Não mais relegada simplesmente às alturas olímpicas da cultura superior, ou sumariamente rejeitada como um reflexo da base econômica, a cultura finalmente adquiriu seu espaço de direito, institucional e produtivamente, como um objeto crucial de debate, uma estrutura poderosa para a criação de significados que não possam ser abstraídos do poder e um local de intensas disputas sobre como as identidades devem ser moldadas, a democracia definida e a justiça social ressuscitada como um elemento sério da política cultural (GIROUX, 2003, p.17).

A política cultural, em linhas gerais, mostrada em toda a parte, por meio da presença e da influência de uma cultura de massa está sendo sentida. É com esse progressivo entendimento da manobra dos “de cima” que os aliados do processo comunicativo e cultural estão despertando para a importância dos meios de comunicação na organização dos seus valores e significados no debate acerca da construção de um mundo mais justo e igualitário.

É dessa forma que surgem as primeiras rádios comunitárias, como reação à centralização dos meios de comunicação e à problemática sócio-econômica. Assim, as rádios verdadeiramente comunitárias – é bom explicar, visto que muitas se dizem comunitárias, mas seus interesses são outros – nasceram com o intuito de demarcar fronteiras entre os interesses políticos e culturais da elite e dos ‘debaixo’. A luta das rádios comunitárias é dada na direção de tomar o lugar da hegemonia comunicacional, por meio da posse do espectro e fazendo dele um instrumento de luta por uma vida mais digna para todos e não apenas para alguns. Mas, para isso, é preciso que a comunidade se conscientize e tome posse de sua rádio mobilizando denúncias contra as rádios que não são comunitárias. À medida que as comunidades forem se apoderando das rádios comunitárias estas resgatarão sua razão de ser.

Depois de fazermos um breve resumo sobre o nosso objeto e sobre o conceito de cultura defendido por nós para abalizá-lo, apresentaremos agora os temas estudados em cada capítulo.

Para melhor entendermos os processos comunicacionais no Brasil abrimos o primeiro capítulo fazendo uma discussão sobre o rádio no país. Essa abordagem, a nosso ver, foi fundamental para que pudéssemos entender os processos políticos e econômicos que desencadearam os grandes monopólios em nosso país. Isso se deu a partir da leitura de autores críticos do rádio, como Ortriwano (1985), Ferrareto (2001), Lima (2007) e matérias publicadas pelo jornal *Folha de São Paulo* e pela Revista *Veja*. Em seguida, como reações ao monopólio e ao discurso único dos meios de comunicação de massa, destacamos várias abordagens a respeito do fenômeno das rádios comunitárias no Brasil. Nas quais, narramos o nascimento, a organização, a criação do aparato legal, bem como a prática do serviço de radiodifusão comunitária por meio da Lei nº 9.612/98. Nessa última abordagem apresentamos a definição do que é serviço de radiodifusão comunitária pela Lei nº 9.612/98 e, também, a interpretação de vários artigos, parágrafos e incisos da lei que versa sobre o assunto. Essa volta na história das rádios comunitárias se fez necessária para melhor compreendermos o nosso objeto de estudo. Apesar de ser a realidade atual quem determina as ações das pessoas envolvidas com o processo de democratização do rádio, estas ações não são determinadas mecanicamente, pois “aquilo que o homem faz, acredita, conhece e pensa sofre interferência também das idéias anteriormente elaboradas” (ANDERY, 2002, p. 12). No tocante à legislação sobre o assunto, o desenvolvimento dos tópicos a ela referentes foi fundamental para o entendimento da burocracia, da prática do apadrinhamento e das dificuldades encontradas hoje pelo povo para se apropriar de um meio que lhe garanta o direito de comunicar-se. Para melhor explicarmos as razões da impostura de uma lei que não atende aos interesses da sociedade civil, nos valemos do conceito gramsciano de hegemonia, segundo a interpretação de Norberto Bobbio (1994). De acordo com ele, a disputa hegemônica se dá em três esferas: na esfera econômica, na esfera política e na esfera da sociedade civil e, nessas esferas, o Estado é o mediador entre a economia e a sociedade civil. Nessa linha de raciocínio podemos afirmar que a lei que regulamentou as

rádios comunitárias no Brasil foi o reflexo da falta de mobilização da sociedade civil que, segundo Luz (2004), estava desorganizada. Para elaborarmos essa síntese sobre as rádios comunitárias no Brasil, tratadas neste capítulo, valemos de textos de dissertações, com autores como Nunes (1995), Coelho Neto (2002), Lopes (2005); buscamos informações nos sites da Associação Brasileira de Rádios Comunitárias (ABRAÇO), no Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) e, também, em jornais alternativos, além do texto da Lei nº 9.612/98. Por último, discutimos o local e a recuperação da dimensão comunitária como fatores intrinsecamente ligados à democratização social. Esse entendimento do espaço local só foi possível através do diálogo com autores como Brecht (1927-1932), Santos (1996) e Paiva (2007), que versaram sobre a importância da descentralização da cultura e da informação, por meio do fortalecimento dos espaços locais, como forma de avançar rumo a um mundo mais democrático.

Abrimos o segundo capítulo fazendo um panorama do rádio no estado de Mato Grosso. Essa abordagem teve como propósito discutir a vinculação política e econômica do rádio mato-grossense, bem como, compará-la com o rádio em âmbito nacional. A história do rádio em Mato Grosso ainda é pouco documentada e o levantamento de dados, exposto neste trabalho, foi feito através da revisão da pouca bibliografia sobre o assunto, pesquisas em jornais, sites da Internet e seis entrevistas com pessoas que participaram da construção da história do rádio no estado. Em seguida, discorreremos sobre a história das rádios comunitárias em Cuiabá, com o intuito de entender se as motivações que desencadearam o seu surgimento foram as mesmas que deflagraram o movimento no país. Além disso, pretendíamos com esta abordagem, conhecer os fatores que teriam interferido na criação e desenvolvimento da Rádio CPA FM. Para levantarmos a história das Rádios Comunitárias em Mato Grosso e em Cuiabá foi necessário recorrermos aos relatos orais uma vez que não existe nenhuma literatura sobre o assunto. Na coleta dos dados utilizamos como instrumento 13 entrevistas com perguntas abertas. Estas entrevistas foram feitas com pessoas que participaram ativamente do processo de construção das rádios pesquisadas. A garantia e a fidedignidade das informações foram garantidas através de entrevistas com mais de um informante para tratar de todos os casos.

No terceiro capítulo, descrevemos o nascimento e o desenvolvimento da Rádio CPA FM. Através do levantamento de sua história, pudemos extrair pistas que nos encaminharam em direção às informações que seriam fundamentais em nossa análise. Em seguida, apresentamos o texto de análise sobre a rádio, elaborado através da comparação dos dados obtidos no processo de investigação com o conceito de rádios comunitárias definido pela Lei nº 9.612/98. Para tanto, levantamos, em cartório, o registro de sociedade civil da rádio e o seu estatuto, fizemos várias visitas à rádio e participamos do processo de transmissão de alguns programas; consultamos ainda o seu *site* e entrevistamos vários de seus locutores.

Por último, seguem as Considerações Finais sobre a nossa pesquisa.

1. PALANQUES E PÚLPITOS NO RÁDIO

“Desejo vivamente que esta burguesia, além de ter inventado o rádio, invente outra coisa: um invento que torne possível estabelecer de uma vez por todas o que se pode transmitir pelo rádio”.

Brecht apud Meditsch (2005, s/p)

A partir da década de 1930, com o barateamento dos aparelhos de radiodifusão e o advento da publicidade, o rádio no Brasil se popularizou, tornando-se um veículo de massa capaz de atingir grande contingente de pessoas. A partir daí os empresários começaram a vê-lo como um instrumento mercadológico para a expansão de seus negócios e o Governo como um espaço de legitimação da sua política.

Na década de 1940 as empresas multinacionais, principalmente as radicadas nos Estados Unidos, passam a ver o rádio como aliado para sua entrada no mercado brasileiro. A coleção *Nosso Século* descreve o início dos anos 40 como um período em que o *american way of life* foi transferido para a América Latina:

O banho de civilização americana atingia os brasileiros em todas as frentes. Para comer e beber, havia suco V-8, *Quaker Oats* e enlatados *Swift*. Para as janelas, venezianas de alumínio *Pan-American*. Para a cozinha, o batalhão de auxiliares eletrodomésticos da GE. Para os olhos lentes *Ray-Ban* [...] (1980, p. 244).

Dessa maneira o rádio tornou-se o grande difusor das idéias do modelo econômico, baseado na modernização e na industrialização. Modernizou a cultura popular e a transformou, por meio da produção em série, em cultura de massa. Dessa época para os dias atuais, fora as mudanças tecnológicas, o rádio não mudou muito, apenas trocou de dono. Se antes a maioria das concessões era dirigida a empresários alinhados à política do Governo (poder outorgante), hoje está voltada diretamente aos políticos. Mas essa realidade começou a ser questionada através da luta pela democratização dos meios de comunicação, que ganhou mais visibilidade a partir da década de 1980, em que o Brasil entrou no processo conhecido como abertura política. No final da

década anterior, em 31 de dezembro de 1978, o AI-5 deixou de vigorar como resultado da distensão iniciada pelo general Ernesto Geisel que, no dia 15 de março de 1979, passou o cargo ao último presidente do ciclo militar, João Baptista Figueiredo. O regime começou a ser abrandado com a anistia, que permitiu a volta dos exilados, a libertação de presos políticos e o reaparecimento de militantes antes na clandestinidade. Também as greves explodiram no país com o renascimento do movimento sindical que, com o fim do bipartidarismo, deu origem ao Partido dos Trabalhadores (PT) (FERRARETTO, 2001, p.165).

No entanto, as pressões por liberdade de informação continuaram ao longo dessa mesma década, em especial no episódio das Diretas-já, a censura e a repressão retornam com força total no dia 18 de abril de 1984. Foi vedada a irradiação de programas, sem prévia liberação, nas áreas submetidas às medidas de emergências, cujo conteúdo se referisse, direta ou indiretamente, à tramitação no Congresso Nacional da emenda Dante de Oliveira à Constituição da República Federativa do Brasil. Quem se arriscou ouvir uma ou outra emissora de Brasília foi surpreendido pelos locutores ridicularizando a censura. Muitas emissoras que tentaram furar o bloqueio tiveram, por intermédio do Departamento Nacional de Telecomunicações (DENTEL) que suspender a sua programação. As chamadas medidas de emergência foram suspensas somente no dia 2 de maio (Idem, p.169-172).

Os interesses pelas mudanças políticas e econômicas nas décadas de 1980 e 1990 reforçaram os movimentos reivindicatórios de liberdade de expressão. Nesse contexto, começou um conflito marcado por três presenças: a da sociedade civil querendo se expressar para fazer um contraponto com o sistema de comunicação vigente; a do Estado para manter o controle político; e a dos empresários da comunicação com seus interesses comerciais. Acontece que o Estado com o poder de concessão determina quem pode ou não pode prestar os serviços de radiodifusão. Ao longo da ditadura, as concessões foram importantes instrumentos à consolidação dos governos militares. Segundo Ferraretto (p.179), “as concessões eram distribuídas a grupos econômicos simpáticos ao regime ou a políticos da Arena e de seu sucessor político, o Partido Democrático Social (PDS)”. Entretanto, as empresas de radiodifusão

que não se adequassem às normas podiam, a qualquer momento, ter o seu direito de outorga cassado.

Da Ditadura militar para a Nova República não houve alteração significativa nessa prática. Antônio Carlos Magalhães, convertido ao Partido da Frente Liberal (PFL) e ocupando o cargo de Ministro das Comunicações do Governo de José Sarney, foi acusado de distribuir outorga de 56 emissoras de rádio e sete de televisão para obter apoio à sua candidatura ao governo baiano. Segundo Fernandes (1990), os donos de emissoras e a presença nos palanques de ACM, na Bahia, mantêm uma incrível similaridade.

No plano nacional os números do período chamaram a atenção: no total, a administração Sarney distribuiu 1.028 concessões de emissoras de rádio (AM e FM) e de televisão, o equivalente a 30,9% dos canais existentes à época. Em um ano de mandato, José Sarney assinou um número de concessões superado apenas pela soma das permissões autorizadas por todos os presidentes brasileiros entre 1934 e 1979 (MOREIRA apud FERRARETTO, p.180).

Um exemplo da íntima relação entre política e radiodifusão é o resultado da pesquisa realizada pela *Folha de São Paulo*, em 1995³. Um em cada seis integrantes do Congresso Nacional possuía pelo menos uma concessão de rádio ou TV. O controle das emissoras de rádio era, à época, politicamente ecumênico. Vários partidos tinham em seus quadros donos de concessões. O campeão era o Partido Progressista Brasileiro (PPB), que reúne políticos oriundos dos antigos partidos ligados ao regime militar (Arena e PDS), além do Partido Popular (PP). Juntos, seus membros tinham 24 TVs e 342 rádios. O Partido da Frente Liberal (PFL)⁴, com 317 rádios, era o mais aquinhado em relação a emissoras de TV; possuía 34 emissoras. O Partido do Movimento Popular Brasileiro (PMDB) não ficava atrás, era o terceiro partido com maior número de concessões de radiodifusão: 214 ao todo, 13 emissoras de TV e 201 de rádio. Partidos com perfil próximo da esquerda, como o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e Partido Democrático Trabalhista (PDT), também tinham seu naco de emissoras.

³ LOBATO, Luiz Costa. O PC é o testa-de-ferro do Fernando. Veja. São Paulo: Abril, ano 25, n.22, edição 1.236, p.1819, 27 maio 1992.

⁴ Em 2007, esse partido mudou sua nomenclatura para Democratas.

A nova legislação para o setor, publicada no Diário Oficial em 26 de dezembro de 1996, avança um pouco nesse aspecto, com o “fim do critério político na distribuição” dos canais de radiodifusão. Antes, cabia ao Ministro das Comunicações e ao Presidente da República a decisão sobre quem deveria receber a concessão, o que sempre redundou em troca de favores entre os governantes e os seus partidos. Essa prática foi alterada nos últimos tempos.

Desde o final de 1996 o processo de escolha do beneficiado pela concessão passa por licitação pública, entretanto, se, ao final, houver algum empate na licitação, o critério de desempate é de caráter econômico. Quem tiver mais condições financeiras para gerir o negócio é quem vence. Ou seja, as concessões, na maioria das vezes, não extravasam o âmbito restrito dos grupos dominantes.

Outro fenômeno crescente nas duas últimas décadas do século 20 são as seitas e igrejas evangélicas, fazendo do rádio um instrumento de conversão religiosa. De modo diferente das organizações católicas e protestantes tradicionais, transformam as emissoras em templos eletrônicos, com a transmissão constante de cerimônias. Em meados dos anos 1980, Ortriwano (1985) registrou que 10% das rádios do país estavam nas mãos de religiosos. Em 1999, segundo Barboza Filho (2004), esse número cresceu para 25%.

O exemplo mais evidente da presença messiânica na radiodifusão sonora é a Igreja Universal do Reino de Deus, fundada por Edir Macedo, em 1977. No início ele alugava alguns minutos nas rádios comerciais, no final da década de 1970 a pregação eletrônica já passava de duas horas. Em 1982 a igreja arrendou uma emissora em Salvador, dois anos depois a Universal comprou sua primeira rádio, a Copacabana, no Rio de Janeiro. Em meados da década de 1990 eram de propriedade de Macedo 30 rádios, além da Rede Record de Televisão. A igreja possuía ainda quatro rádios em Portugal e uma em Moçambique. Com fiéis e recursos crescentes, montou, em 1998, uma segunda cadeia de TV, a Rede Família, que se diferenciou da Record pelo caráter quase totalmente religioso de sua programação.

Se a investida de Edir Macedo em televisão garantiu uma maior presença da Igreja Universal neste meio, o mesmo não aconteceu com o rádio. Nele a Igreja Católica reinava absoluta, controlando 181 emissoras, quase

metade das 394 ligadas a interesses religiosos. Em geral, quando a emissora foge desse messianismo, ela pertence a religiões tradicionais. A igreja católica, por exemplo, possui emissoras que, fora um ou outro espaço, apresenta programas idênticos aos das demais estações comerciais. No entanto, a grande maioria, faz proselitismo em cada minuto das transmissões, reproduzindo ao microfone um simulacro de culto no qual pontificam curas milagrosas.

Desde que começaram a crescer as seitas e as igrejas evangélicas nos meios de comunicação foram várias as denúncias de curandeirismo e charlatanismo, mas estas denúncias foram sempre atenuadas devido ao também crescimento do poder político dos evangélicos (FERRARETTO, 2001, p.185).

Entretanto, não é apenas hoje que essa situação no rádio brasileiro começa a ser sentida. A partir de 1970, começou a surgir no país uma voz destoante tentando modificar o panorama das comunicações: essa voz cunhada no início de rádios livres, são hoje chamadas de rádios comunitárias.

1.1 RÁDIOS COMUNITÁRIAS: REESCREVENDO O RÁDIO NO BRASIL

“Sem fontes alternativas ou independentes de informação, não há democracia possível”.

Arbex (2008, s/n)

Oficialmente, a história das rádios comunitárias no Brasil tem seu início na década de 1970, mas segundo alguns relatos, a primeira emissora não-oficializada entrou no ar em 1931. Nesse ano, o publicitário Rodolfo Lima Martensen colocou no ar uma emissora não-autorizada na cidade de Rio Grande de São Pedro, no Rio Grande do Sul. Construída por um amigo, Antoninho Barreto, a rádio veio coroar um sonho de Martensen. Em agosto daquele ano transmitiu o primeiro programa de rádio da cidade e repetiu a dose no fim de semana. No dia posterior à segunda transmissão, o pai do radioamante foi procurado pelo chefe da Estação Telegráfica da Junção, o DENTEL da época, que levou o seu apoio à iniciativa e se dispôs a oficializá-la. A emissora não-autorizada foi levada adiante por Raul Werneck, que fundou a

Rádio Sociedade do Rio Grande do Sul. Martensen ocupou o cargo de diretor da emissora (MELIANE, 2003, s/p).

A Rádio Cultura AM, de São Paulo, também nasceu como emissora não-oficial. Segundo o jornalista e radialista Mauro Pires (*apud* Meliane, 2003, s/p), um dos precursores do rádio no estado, a rádio foi ao ar pela primeira vez em 1933, com o prefixo DKI – A Voz do Juqueri – funcionando na garagem da residência do farmacêutico e industrial Cândido Fontoura, conhecido como Tio Candinho. O sucesso de sua programação foi enorme e, após a intervenção da polícia, seus proprietários resolvem legalizar a emissora. Em 16 de junho de 1936 foi inaugurada, oficialmente, a Rádio Cultura AM de São Paulo, a "voz do espaço", "o melhor som de São Paulo".

Oficialmente, porém, a história do movimento de rádios livres no Brasil tem como marco a Rádio Paranóica, de Vitória do Espírito Santo, montada em fevereiro de 1971, no auge da ditadura militar, sob o Governo de Emílio Garrastazu Médici, e é considerada a primeira rádio livre do país.

Eduardo Luiz Ferreira Silva, na época, com apenas 16 anos de idade, gostava muito de eletrônica. A FM ainda não existia, e em sua cidade só funcionavam duas rádios oficiais em AM: a Espírito Santo e a Capixaba. Depois de desmontar um receptor de rádio, Luiz Ferreira imaginou um esquema eletrônico e, como desafio à sua própria capacidade, remontou um transmissor à válvula de 15 Watts. Batizada de Paranóica FM, a rádio foi organizada com a ajuda do irmão, Joaquim Ferreira da Silva, nos fundos do bar de seu pai.

A rádio funcionou apenas durante seis dias, das 8 às 22 horas, concentrando suas emissões das 19 às 20 horas, coincidindo com a rede obrigatória do radiojornal oficial "A Voz do Brasil".

Resultado de uma denúncia, a transmissão da Paranóica foi interrompida de forma violenta e os irmãos acusados de subversão. A Polícia Federal chegou e vasculhou tudo, levando todo o equipamento e prendendo todo mundo que estava no bar de seu pai os irmãos Ferreira. O irmão, Joaquim, conseguiu escapar fugindo para o mato, mas, Eduardo e seu pai foram levados para a Polícia Federal e lá separados em duas salas. As pessoas que estavam no bar foram interrogadas e liberadas em seguida. Depois de um dia e meio sendo interrogado, Eduardo também foi liberado por ser menor de idade. O pai de Eduardo ficou preso por três dias, enquanto a

polícia vasculhava a sua vida para encontrar possíveis ligações políticas. Não encontrando nenhuma evidência de sua ligação com o movimento comunista, acabou solto (NUNES 1995, p.106).

Ainda que com todos os problemas políticos, emissoras livres continuaram sendo colocadas no ar durante a década de 1970. Mais precisamente em 1976 entra no ar a Rádio Spectro, em Sorocaba. As transmissões duravam duas horas, quase que diariamente, e o responsável por isso era um garoto de 14 anos. Vale notar que até então quem escreveu a história das rádios livres no Brasil foram adolescentes, cujo principal objetivo era divertir-se.

A Spectro funcionava na casa do pai do garoto. A programação era eminentemente musical e para a rádio não ser descoberta recebia pedidos musicais dos ouvintes do telefone de um vizinho. Mesmo assim, com esse caráter clandestino, a emissora recebia cerca de 20 telefonemas por dia.

De acordo com Nunes (1995, p.108), o movimento das rádios comunitárias pode ser dividido em três partes:

- I - o verão de 1982, quando fazer rádio virou moda em Sorocaba (SP);
- II - a explosão do movimento a partir da experiência da Rádio Xilik, da PUC-SP, em 1985;
- III - o movimento de luta pela democratização dos meios de comunicação e pela apreensão, em 1991, da Rádio Reversão (SP).

Sorocaba foi o berço de uma nova fase da história das rádios livres no Brasil. Em 1981, o número de estações aumentou para seis, a saber: o Estrôncio 90, a Alfa 1, a Colúmbia, a Fênix, a Star e a Centaurus. Em 1982 já eram mais de 100 rádios funcionando. O movimento foi chamado de “Verão de 82 da Liverpool Brasileira”, numa alusão à experiência vivida pela Rádio Carolina na Inglaterra⁵. Considerada uma experiência revolucionária em sua época, esta rádio surgiu na década de 50 e foi a primeira experiência de rádio

⁵ A Rádio Carolina surgiu no final da década de 1950 quando várias emissoras inglesas foram montadas dentro de barcos, situados fora das águas do mar territorial da Inglaterra, para escapar da legislação desse país que proibia a publicidade no rádio e na televisão. O costume de erguer uma bandeira negra, símbolo dos corsários, e ter fins lucrativos, deu origem ao nome de rádios piratas. Essas rádios eram financiadas pelos Estados Unidos para fazer propaganda de produtos americanos e combater a legislação britânica, pois queriam expandir seus mercados nesse território. Portanto, as verdadeiras rádios comunitárias de hoje não tem nada a ver com essas rádios (LUZ, 2004, p. 141 - 166).

pirata no mundo. É daí que vem o termo “rádio pirata” que, pejorativamente, foi empregado às rádios livres e hoje é ainda usado pelos meios de comunicação de massa para se referirem às rádios comunitárias.

A grande proliferação de emissoras acabou chamando a atenção das autoridades e de setores da grande imprensa, fazendo com que o DENTEL intensificasse suas incursões pela cidade à caça dos piratas, abortando, assim, o crescimento das rádios. Em 1984 as estações não passavam de 15 ao todo.

No início, o movimento de rádios livres em Sorocaba não tinha uma base ideológica. Depois de um tempo de existência o discurso adotado por seus integrantes era o de "revolta contra o monopólio das FM's". Em outras palavras, a luta era contra a política de concessões promovida pelo Governo Federal, que privilegiava a distribuição de emissoras aos seus aliados políticos.

Pouco tempo depois, no dia 20 de julho de 1985, o conceito de rádio livre chegou à capital de São Paulo, introduzindo na imprensa escrita a discussão sobre a democratização da comunicação e a política no conteúdo das programações por meio da Rádio Xilik.

A Xilik levou a idéia da rádio livre a uma parcela da população considerada "formadora de opinião". Insistindo na prática da desobediência civil, rechaçava as iniciativas de legalização, pois considerava esse tipo de medida reprodução do controle sobre a comunicação. Para o grupo era impossível normatizar o desejo, a rádio livre devia continuar a atravessar a comunicação oficial indefinidamente, porque essa era a sua verdadeira função dentro da democracia.

A idéia de rechaço às práticas políticas que marcaram as transmissões da Xilik tem origem na ideologia anarquista, a qual muitas rádios livres da Europa estavam filiadas, mais precisamente ao pensamento do psicanalista francês Félix Guattari, com sua teoria da revolução molecular. Ideólogo do movimento de rádios livres na Europa, Guattari esteve duas vezes no Brasil narrando sua experiência com a Rádio Tomate, na França, bem como expondo suas idéias e opiniões sobre o assunto⁶ (NUNES, 1995:115 -116).

⁶ Nessas visitas que Guattari fez ao Brasil defendeu os ideais anarquistas de autonomia do movimento de rádios livres frente ao Estado. Esta concepção rejeita a idéia marxista de divisão da sociedade em classes e a idéia de libertação do sujeito social por meio da superação do sistema capitalista. Para o anarquismo, ao contrário, a continuidade do sistema capitalista é a fonte de sua estratégia. É por meio da relação de cada um, em suas atividades cotidianas, com

A iniciativa de montar a Rádio Xilik nasceu da idéia de um grupo de doze pessoas – autodenominado os "doze apóstolos" – entre eles o professor Arlindo Machado, Caio Magri e Marcelo Masagão, que, posteriormente, lançaram juntos o livro *Rádios Livres: a Reforma Agrária no Ar*, primeira publicação sobre o tema no país.

Durante os noticiários da morte do presidente Tancredo Neves, em março de 1985, as informações controvertidas e desencontradas sobre o assunto geraram no grupo a vontade de ter uma rádio – a exemplo das que existiam em Sorocaba – que pudesse fornecer a versão real dos fatos. Iniciando com um transmissor de 6 Watts, montado dentro de uma panela e escondido no interior do Centro Acadêmico de Ciências Sociais da PUC-SP, o grupo passou a transmitir para o público da própria universidade.

O objetivo era divulgar o pensamento das rádios livres e, para isso, antes das transmissões, começaram a avisar os jornais através de comunicados. "A rádio era mais lida do que ouvida", afirma André Luis B. Picardi, (*apud* Nunes, p.115). A emissora obtém páginas inteiras de jornais como a *Folha de S. Paulo*, *O Estado de São Paulo*, *Jornal da Tarde* e matérias completas nas revistas *Veja*, *Afinal* e *Isto É*.

Segundo Meliani (2003, s/p), se não havia meios para divulgar a rádio, o pessoal da Xilik inventava, sempre com irreverência. Organizaram a "Marcha sem Motivo", com as palavras de ordem "Venha e reivindique o que quiser", que saiu do MASP, na Avenida Paulista até o TUCA⁷, no bairro de Perdizes, com total sucesso. Faziam campanhas com o intuito de ensinar aos ouvintes remarcar os preços nos supermercados, durante o Plano Cruzado, entre outros. Ensinavam a plantar maconha dentro de casa e pregam "Vá pela porta de trás do ônibus porque está caro e o ônibus é um dever do Estado e um direito do cidadão".

O DENTEL, por duas vezes, tentou fechar a Xilik, mas encontrou a oposição da própria reitoria da PUC e do seu Grão-chanceler, o cardeal de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns. A Xilik também promoveu eventos culturais,

todas as formas de opressão que se produzem as resistências e impugnação do Estado. Estas discussões fizeram parte do velho debate da década de 1870, que opôs Bakunin a Marx e Engels reaparecendo no período revolucionário russo, no começo do século 1920, e após o movimento contestatório de 1968.

⁷ Teatro da PUC/SP.

como a transmissão na PUC do filme *Je Vous Salue Marie*, proibido à época. A polícia invadiu a universidade e tentou apreender a fita, sem qualquer sucesso.

Antes de cerrar a voz, a Xilik provocou reações irritadas nas autoridades federais da Nova República. A transmissão do programa "Os Troncudos", inspirado nos Menudos e no caso Baumgartem, citando o general Newton Cruz, fez com que o ministro das Comunicações da época, Antonio Carlos Magalhães, publicasse uma portaria exigindo a imediata e eficaz repressão às rádios não-autorizadas. É nesse período que ACM recebe o apelido de "Toninho Malvadeza".

Deflagrado o movimento, um dos objetivos do grupo, seus integrantes decidem, em comum acordo, pelo fechamento da rádio. Dessa forma, a rádio Xilik foi a primeira experiência no sentido de politizar e criar a desobediência civil. Ela rechaçava as iniciativas de legalização, que considera a reprodução do controle sobre a comunicação. "Para o grupo é impossível normatizar o desejo e a rádio livre deve continuar a atravessar a comunicação oficial indefinidamente porque é esta a sua verdadeira função dentro da democracia" (NUNES, 1995, p.114).

A Xilik foi responsável pelo início da popularização do debate sobre a questão da democratização da comunicação, mesmo jogando na imprensa discussões sofisticadas. Além da rádio, os participantes levaram essas questões a diversas entidades, promovendo debates e introduzindo a prática da radiodifusão livre nos movimentos organizados.

A década de 1980 também representou o apogeu, no país, das rádios de alto falantes, as chamadas "rádios cornetas", "rádio poste", ou "rádio popular". Consistiam no meio que muitas comunidades encontraram para levar suas mensagens aos moradores locais.

Na década de 1990, a absolvição do jornalista e radialista Léo Tomaz, em 1993, proprietário da Rádio Reversão, situada no bairro da Vila Ré, Zona Leste de São Paulo, causou uma verdadeira transformação nesse segmento.

A história da Rádio Reversão começou em 1975, quando um grupo de artistas, poetas, escritores, músicos e bandas da Vila Ré começaram a se reunir na casa do jornalista Léo Tomaz. Cinco anos depois a residência de Léo tinha se transformado na "Casa da Cultura Reversão", um espaço integrado entre artistas locais e um pequeno centro de vivência cultural do bairro e suas

imediações. Em 1988, nesse mesmo local, foi colocado no ar a Rádio Reversão, operando em 106,7 MHz.

Apartidária, sem fins lucrativos e com objetivos político-culturais, entre eles quebrar a ditadura da mídia que impõe a sua música e cultura ao povo, a Reversão transmitia diariamente das 20 às 24 horas. O transmissor era de 20 watts, de fabricação própria. Os recursos financeiros da rádio vinham de um bar que também funcionava na casa.

Depois de três anos no ar, no dia 9 de abril de 1991, os agentes da polícia federal tendo sido informados de que havia uma rádio “pirata” na residência do jornalista Leo Tomaz invadiram a Casa da Cultura Reversão em busca do aparelho transmissor. Ao se dirigirem ao local encontraram Tomaz no meio do caminho. Um dos policiais o ameaçou com a pistola 765, apontada contra a sua cabeça, mas sua mulher, Maria da Graça, que estava grávida, interpôs-se argumentando que ninguém ali era bandido. Os agentes apreenderam o transmissor e os equipamentos, além de discos, fitas cassetes, fitas de vídeo, cartazes, enfim todo o material da rádio, conduzindo Tomaz à sede da Polícia Federal (NUNES 1995, p.15 -16).

Em março de 1994 foi divulgada em São Paulo a sentença do juiz Casem Mazloun, encerrando o processo criminal contra Léo Tomaz, da Rádio Reversão. O Juiz da 4ª Vara Criminal da Justiça Federal, em São Paulo, absolveu o réu, mas não o fez sozinho. A própria Procuradoria da República o inocentou no processo, pedindo a sua absolvição. Outros cinco procuradores fizeram o mesmo nos meses seguintes, mandando arquivar igual número de processos contra rádios livres, por falta de crime. Com essa sentença abriu-se jurisprudência para que várias emissoras sem concessão se espalhassem pelo país, ou seja, rádio pirata continuava crime, mas a chance de condenação poderia ser menor.

A vitória da Rádio Reversão foi a vitória de um processo amplo, plural e popular, da democratização do rádio. A sentença do juiz Casem Mazloun abriu um precedente jurídico, uma janela para que todos aqueles que sonhavam com as rádios livres e comunitárias pudessem continuar atuando para a sua concretização.

Dessa forma, as três fases apresentadas anteriormente foram de extrema importância para o desenho do perfil das rádios comunitárias, conforme conhecemos hoje.

Além das contribuições das rádios citadas durante este percurso histórico e de muitas outras que de diferentes maneiras contribuíram com o processo de democratização do rádio, um outro fator de extrema importância foi a contínua organização do movimento de rádios comunitárias.

1.2 ORGANIZAÇÃO DAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS

“A história da humanidade é marcada por intensas lutas pelo poder. Pessoas, grupos e classes sociais buscaram na organização das forças, o caminho para fazer valer os seus interesses, contra interesses contrários”.

Bogo (2006, p. 46)

A proliferação de rádios operando em baixa frequência sem autorização do Ministério das Comunicações no Brasil é um fenômeno que, oficialmente, inicia-se em 1970 e dissemina-se na segunda metade da década de 1980.

O aparecimento dessa experiência no Brasil, de início, não passou de iniciativa de jovens que cansados da mesmice dos meios de comunicação, assim montavam suas próprias rádios para tocar as músicas que as rádios oficiais não difundiam, além de mandar uma porção de recados. Na década de 1980 a proliferação de mais de 100 emissoras de baixa frequência, em Sorocaba, interior de São Paulo, foi objeto de vários editoriais na imprensa em defesa da liberdade de expressão e da liberação das ondas do ar para emissoras locais. Segundo Coelho Neto (2002, p. 52), “data daquela época o início do movimento em defesa da democratização do espectro eletromagnético”.

Mas esse movimento teve origem nos anos de 1970 e ganhou intensidade nos anos de 1980, coincidindo na América Latina, com os momentos mais fortes das ditaduras militares. Foram nesses anos que se formaram entre nós, os grandes monopólios na área de comunicação, quando a própria UNESCO se mobilizou na discussão do assunto propondo uma nova ordem mundial de informação conhecida entre os especialistas de

comunicação como NOMIC. Nessa época, a pauta do combate à censura e a defesa da liberdade de expressão ocupavam um espaço central na luta dos diversos movimentos antiditatoriais. Entidades como a União Cristã Brasileira de Comunicação Social (UCBC) e um setor da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) impulsionaram, no país, a discussão sobre a necessidade de políticas democráticas de comunicação. Porém no Brasil onde os monopólios privados, especialmente a Rede Globo, cresciam em aliança com a ditadura essas propostas não encontrariam nenhuma reverberação no governo. Mas, por isso mesmo, o tema passou a fazer parte da pauta dos setores progressistas, indicando que a democratização da sociedade e a democratização da comunicação eram consideradas, já naquela década, mutuamente dependentes (ALAINET, 2007, SP).

A organização em prol da democratização dos meios de comunicação, seguida ao grande número de emissoras que foram surgindo em Sorocaba, em 1980, acabou chamando a atenção das autoridades e de setores da grande imprensa. O jornal *Cruzeiro do Sul* começou uma campanha sistemática contra as rádios clandestinas. A gritaria do jornal levou o DENTEL a fazer incursões pela cidade à caça das rádios que estavam operando sem a devida autorização (NUNES, 1995, p. 109-110). Desencadeou-se, a partir de então, uma repressão mais sistemática às rádios livres e, em contraposição, a luta pela democratização aos meios de comunicação.

O movimento de rádios livres e a perspectiva de uma nova Constituição para o Brasil impulsionaram o movimento de democratização da comunicação, fazendo com que ele se organizasse tanto local como nacionalmente. A partir da década de 1980, na transição do regime ditatorial para o regime democrático, foi formada a Frente Nacional por Políticas Democráticas de Comunicação (FNPDC) que reunia a Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa de Comunicação (ABEPEC) e várias universidades.

A criação da Frente marcou a migração de um movimento que antes trabalhava pela mobilização popular e pela criação de uma rede de comunicação alternativa para um movimento que passou também a atacar pelas vias institucionais centrais, os grandes meios de comunicação.

Mas é no bojo da Rádio Xilik que surge a primeira tentativa de organizar o movimento, através da Coralivre – Cooperativa de Radioamantes - com o objetivo de divulgar, assessorar e proteger da repressão às novas emissoras que chegam com força no dial. As rádios Ítaca, Totó Ternura e Molotov são montadas com o transmissor emprestado da Xilik.

Em uma favela do bairro Ermelino Matarazzo, o grupo da Xilik convence os moradores de que é mais fácil montar um transmissor de rádio do que um alto-falante e, assim, nasce a Rádio Ermelino Matarazzo, na zona leste da capital.

Nos anos de 1987 a 1988 o movimento de rádios livres, através da Frente Nacional de Luta por Políticas Democráticas de Comunicação, trabalhou para incluir, na nova Constituição brasileira, artigos que regulamentassem essa questão. Porém, perderam a batalha para os empresários que, praticamente, escreveram o Capítulo V, da Constituição Federal.

Derrotadas na Constituinte de 1988, as entidades de classe que compunham a Frente Nacional por Políticas Democráticas de Comunicação, concluíram que era preciso manter um esforço permanente de mobilização e ação em defesa de políticas públicas que democratizassem de fato a área das comunicações. Nessa direção foi criado o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), em 1991, com base em algumas expressões da Lei Básica que apregoava a liberdade de expressão. Assegurando-se, ainda, na Constituição Brasileira de 1988, o movimento substituiu, sob o protesto daqueles que preferiam ser chamados de “piratas pernas de pau...”, o termo rádio pirata por rádios livres. Em julho de 1994, o FNDC contava com a adesão de 44 Comitês Regionais e Comissões pró-Comitês, além de 32 entidades nacionais e 364 entidades regionais.

À medida que o movimento em defesa das rádios comunitárias foi crescendo, recrudesciu a intolerância dos seus opositores. Frente a isso, a maioria das rádios comunitárias registrava-se em cartório – a maioria delas com personalidade de rádio privada com fins educativos, culturais e filantrópicos – e apresentavam pedidos de outorga ao Ministério das Comunicações. Contudo, alegando a inexistência desse serviço, o Ministério simplesmente engavetava os processos. Todo o regramento legal vigente até então, no setor de radiodifusão, era o Código Brasileiro de Telecomunicações

(Lei nº 4.117/62), o Decreto-Lei nº 236/67 e o Regulamento de Serviços de Radiodifusão (Decreto nº 52.795/63), que não dedicava sequer uma linha ao serviço de radiodifusão sonora operada em baixa potência. Diante da falta de vontade governamental em reconhecer um fenômeno que já era realidade na sociedade, esse tipo de radiodifusão manteve-se à margem do sistema.

Na década de 1990 o movimento popularizou-se, espalhando-se por todo o país. As estimativas variavam entre duas mil rádios, segundo o Ministério das Comunicações, e até vinte mil, como define Paulo Fernandes Silveira (*apud* Lopes, 2005, p. 11). De baixa potência e com alcance limitado, a programação dessas rádios era restrita à comunidade, falava por intermédio de seus próprios agentes, numa relação de organicidade. Foi nesse momento que o termo rádio livre foi substituído por rádio comunitária, graças a forte identificação desse tipo de veículo de comunicação com as respectivas comunidades nas quais se inseriam. Segundo alguns estudiosos do tema,

Delas se beneficiaram pastores, padres, políticos. Delas se beneficiaram os excluídos, os pequenos anunciantes das pequenas empresas, que dão empregos e precisam vender seus produtos em sua pequena aldeia de fregueses (COELHO NETO, 2002, p. 24).

Apesar das várias mudanças na denominação das rádios, hoje chamadas de comunitárias, elas continuam sendo chamadas pejorativamente de piratas pelos grandes veículos de comunicação de massa, em uma tentativa de atribuir-lhes um caráter marginal, confundindo a opinião da sociedade sobre as mesmas. Mas o movimento protesta: “piratas são eles, nós não estamos atrás do ouro” (NUNES, 1995, p. 45).

Longe de esgotar a lista de benefícios, as rádios comunitárias têm desenvolvido campanhas para limpeza de ruas, contra a poluição, contra o uso de drogas e contra a carestia. Promovem os artistas da comunidade, gincanas esportivas, programas de orientação para jovens, encontram crianças perdidas e resolvem conflitos entre as pessoas da comunidade.

Outro fenômeno importante foi a contínua organização do movimento em entidades representativas de seu interesse, tais como a Associação Brasileira

de Radio Difusão Comunitária (ABRAÇO)⁸, Associação Mundial de Rádios Comunitárias, sub-região Brasil (AMARC-BRASIL)⁹, Associação Nacional Católica de Rádios Comunitárias (ANCARC)¹⁰ e a Rede Brasil de Comunicação Cidadã (RBC)¹¹.

Tanto a organização quanto a grande disseminação de rádios livres no Brasil demonstraram que a execução da radiodifusão sob tais moldes não era apenas um fenômeno localizado, e sim uma reação da sociedade civil ao centralismo estatal e a sua aliança com uma pequena elite da comunicação. Formava-se, assim, um movimento contra-hegemônico, que no sentido gramsciano significa uma contestação de uma dada direção cultural, com vista à introdução de elementos novos que terminem por modificar essa direção em algo novo, ainda não experimentado, ou seja, uma nova hegemonia (BOBBIO, 1994, p. 44 - 49).

⁸Esta Associação foi criada em 1996 como uma entidade federativa para defender e representar os interesses das rádios comunitárias organizadas nos estados. Hoje a ABRAÇO está organizada em vários estados brasileiros e começa a se organizar, também, em entidades regionais. No Rio Grande do Sul, estado onde o movimento de rádios comunitárias está mais bem organizado, existe 14 entidades regionais da Abraço.

⁹A AMARC é uma organização não governamental criada em 1986, no Canadá, com o objetivo de apoiar e contribuir para o desenvolvimento e aprimoramento das rádios comunitárias. Movida por princípios de solidariedade e cooperação internacional esta entidade tem sócios em 106 países e é considerada uma das maiores ONG's do mundo.

¹⁰Criada em 1996 pela Igreja Católica, a principal função da ANCARC é buscar a licença e outorga para o funcionamento das rádios. Essa entidade é contra o princípio de rádios livres que operam sem a devida autorização da lei. Existem hoje mais de 300 rádios comunitárias filiadas à esta associação, todas devidamente legalizadas. A programação das rádios comunitárias católicas deve estar voltada para os interesses religiosos e sociais da comunidade.

¹¹A RCB foi fundada em novembro de 2001 e tem como finalidade a democratização dos meios de comunicação, em especial a expansão e o fortalecimento das rádios comunitárias, livres, educativas e universitárias. Organizada em rede, essa entidade tem o propósito de ser uma teia de interconexões capazes de reunir indivíduos e instituições de forma democrática e participativa, em torno de objetivos e/ou temáticas comuns. Para isso, mobiliza e promove campanhas em âmbito nacional pela democratização dos meios de comunicação e pelo fortalecimento das rádios livres e comunitárias. Possui boletins informativos mensais e uma lista de discussão no endereço: www.grupos.com.br/grupos/tralala sobre temas de comunicação social. Outra novidade são os projetos de fomento aos comunicadores.

1.3 LEGALIZAR OU CONTINUAR À MARGEM?

“A Lei é direito para o dominante e dever para o dominado. Ora, se o Estado e o direito fossem percebidos nessa realidade real, isto é, como instrumento para o exercício consentido da violência evidentemente ambos não seriam respeitados, e os dominados se revoltariam”.

Chauí (2004, p. 83)

No início da década de 1990, o Estado brasileiro percebeu que o movimento de rádios comunitárias, insistindo em seu intuito de democratizar à comunicação, não podia mais ser ignorado, e teve que dar uma resposta a essa demanda da sociedade civil. O Estado dá sinais que, enfim, seria instituída uma legislação voltada à regulamentação da radiodifusão de baixa potência. Nesse momento emergiram algumas discordâncias no interior do movimento das então rádios livres. Uma parte do movimento era a favor da legalização, acreditava que com ela não mais seriam tratados como bandidos. Outra parte acreditava que a lei enquadraria o movimento em limites fechados, retirando o seu caráter de liberdade e anarquismo. Essa dissonância acabou sendo percebida no Congresso Nacional, facilitando a imposição de uma lei mínima que, ao mesmo tempo, salvaguardava os interesses da mídia privada e dava uma satisfação à sociedade. Naquele momento, parte do movimento ainda não tinha se dado conta de que todo o aparato de repressão movido contra eles devia-se ao fato de estarem pisando em uma arena dominada por grandes grupos econômicos. O movimento não estava organizado e a maioria das pessoas achava que era só uma “radiozinha”, mas a Associação Brasileira de Rádio e Televisão (ABERT) sabia que aquela “radiozinha” era a voz do povo, e a voz do povo é tudo que suas afiliadas não queriam e não querem ouvir (LUZ, 2001, p. 150-151).

O marco inicial dessa regulamentação ocorreu no dia 10 de abril de 1995. Nesse dia, Sérgio Motta, então ministro das comunicações, recebeu em audiência um grupo de representantes de rádios comunitárias. Nesse encontro o próprio ministro reconheceu a existência de centenas de emissoras de baixa potência em todo o país, operando sem licença do poder público, fato que

justificava a necessidade de criar, com urgência, regulamentos que pudessem tornar tal fenômeno social amparado legalmente. No final de 1996, ou seja, apenas um ano após o encontro do ex-ministro Sérgio Motta com representantes de rádios comunitárias, já havia sete projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional propondo a regulamentação das rádios comunitárias.

A partir de então foi necessário pouco mais de um ano de discussões na Câmara dos Deputados e no Senado Federal para que, enfim, se aprovasse o projeto lei. Em 9 de fevereiro de 1998 foi sancionada a Lei nº 9.612/98, publicada no Diário Oficial da União de 20 de fevereiro de 1998. Depois de quase 70 anos de rádio no Brasil e 34 anos da promulgação do Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei nº 4.117/62), finalmente o movimento de radiodifusão comunitária gerou a preocupação de se criar novos aparatos, tornando essa modalidade de comunicação legalmente estabelecida e reconhecida pelo poder público.

Mas logo de início, a legislação, apesar de fruto da demanda de movimentos sociais poderosos, expressava que estava longe de atender efetivamente aos anseios dos defensores dessa linha de comunicação. Para alguns:

Ela é o oficialismo: o que o governo quer, não é o que queremos. Não é o que o movimento e a democracia pedem. Botar uma rádio comunitária no ar, com o povo falando de temas que lhe interessa, fazendo e sendo notícia, é um exercício de liberdade que incomoda as elites. Por isso eles impõem uma legislação como essa. Essa é a legislação deles. Não a nossa. Porque nós temos algo maior: temos o direito – enquanto cidadãos brasileiros – de assumir este País, de sermos donos do nosso destino, usando a voz e a coragem. Queira ou não este Governo (CANDIDO, 1999, p.29).

A tensão quanto à legalização da radiodifusão comunitária, existente antes e depois da aprovação da Lei, pode ser interpretada de maneira lógica: a legislação representava um avanço à criação de uma base legal capaz, pelo menos em tese, de tirar da ilegalidade um grande contingente de rádios que operava sem licença. Mas há também, segundo Lopes, (2005, p.13), uma interpretação oposta: “seria a lei de radiodifusão comunitária apenas uma

contra-reforma conservadora para enquadrar e domar um gigante que ameaçava o *status quo* da economia política das comunicações”?

1.4 A BUROCRACIA DA LEI

“Todo homem tem de obedecer apenas à lei que ele mesmo é legislador”.

Kant apud Bobbio (1993, p. 53)

Apesar de ainda hoje muitos continuarem acreditando no benefício da lei, eles não de convir que depois de uma década de regulamentação, apesar de muitas batalhas vencidas, o cenário da radiodifusão comunitária em muitos pontos regrediu. A cada dia aumenta o número de rádios fechadas e de representantes das mesmas sendo processados e acusados por crime de atentado à segurança da aviação, quando não acusados de crimes como formação de quadrilha e tráfico de drogas.

Em 2003 havia no Brasil cerca de 20.000 rádios comunitárias. Hoje, com o acirramento das perseguições pela ANATEL, o número de rádios espalhadas pelo país não passa de 10.000. Dessas, mais ou menos umas 3.000 estão legalizadas e apenas umas 250 são de fato comunitárias¹². Essa baixa se dá devido às restrições impostas pela lei e à morosidade dos processos que não são de interesse político. No primeiro caso, as dificuldades de as rádios sobreviverem sob os regramentos da lei fazem com que muitas continuem preferindo viver na clandestinidade.

A burocracia para se conseguir uma outorga, como demonstra Cristiano Lopes em sua Dissertação de Mestrado intitulada *Políticas Públicas de Radiodifusão – exclusão como estratégia de contra-reforma*, é muito grande. Dos 14.006 processos analisados neste estudo, entre 1998 e 2004, apenas 2.189 foram capazes de vencer as barreiras burocráticas, lembrando, ainda, que a maioria dos processos autorizados teve um padrinho político¹³.

¹² José Guilherme Castro. Entrevista realizada no dia 20 de julho de 2007.

¹³ O autor pode comprovar isso confrontando os processos outorgados com a lista de demonstração de interesse de deputados e senadores num programa de computador que foi instalado no governo Lula, por volta de 2003, dentro do Ministério das Comunicações, chamado Pleitos.

Os dados revelados por Lopes apenas confirmam o que já vinha sendo anunciado pelo movimento de rádios comunitárias, ou seja, a maioria das rádios que se autodenominava rádios comunitárias, em verdade, tinham objetivos contrários aos da comunicação na perspectiva comunitária.

Diante de tais fatos, um estudo pós-outorga é hoje de extrema importância, considerando que as instâncias por onde correm os processos de outorga, além de continuarem sendo um balcão de negociação, estão agora ainda mais aprimoradas, provavelmente a maioria das rádios outorgadas encontra-se sob os interesses político-ideológicos em detrimento dos objetivos democráticos.

1.5 LEI DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA: UMA CONTRA-REFORMA

“O grande instrumento do Estado é o direito, isto é, o estabelecimento das leis que regulam as relações sociais em proveito dos dominantes.”

Chauí (2004, p. 82)

Os resultados da política de radiodifusão comunitária estabelecida através da Lei nº 9.612/98 têm sido muito questionados. Toda legislação deveria, pelo menos idealmente falando, ser o resultado de uma escolha social, fruto de um debate entre as diversas forças, de modo a estabelecer uma política resultante de uma ampla representação de atores. Entretanto, a liberdade e o direito de expressão foram abolidos por uma política extremamente restritiva que não leva à inclusão comunicacional, mas sim, ao contrário, à exclusão de diversos grupos de cidadãos do direito às comunicações. Isso ocorreu porque no processo de elaboração da política pública de radiodifusão e, posteriormente, durante a sua implementação, as diretrizes dominantes não foram o atendimento a uma necessidade social explícita. Pelo contrário, as forças hegemônicas do setor de comunicação privado foram preponderantes, fazendo com que os ditames da lei fossem, apenas, nichos controláveis. Tal impostura, só foi possível,

Porque havia um movimento no país pelas rádios livres e comunitárias que não era articulado. [...] as pessoas, grupos,

entidades estavam empolgados com a possibilidade de ter sua rádio, mas não tinham ainda a idéia da dimensão política que isso representava (LUZ , 2004, p.151).

A inexperiência, de um lado, e a truculência, de outro, criou uma lei engessada no parlamento, levando muitos a continuarem na clandestinidade, enquanto outros peregrinam anos na tentativa de conseguir uma outorga. Mas, segundo Luz, a lei poderia ser ainda pior se não fosse a interferência do Coletivo Petista de Comunicação, criado em 1996, uma das principais instituições de debate, na época, sobre a democratização da mídia no Congresso Nacional, que em consonância com os movimentos populares saiu em defesa das rádios comunitárias. Neste período, o Partido dos Trabalhadores (PT) apresentou pelo menos uma dezena de propostas de melhoria da legislação: promoveu audiências, seminários, encaminhou uma centena de requerimentos de informações, produziu textos, cartilhas, boletins, formulações jurídicas; denunciou a violência contra as rádios e criticou o Executivo quando foi necessário. Hoje, com o PT no Governo, o Coletivo não existe mais, embora muitos parlamentares continuem atuando em outras frentes em defesa da democratização dos meios de comunicação.

Segundo os representantes de rádios comunitárias e os estudiosos da legislação em pauta, as restrições praticamente inviabilizam a atuação das emissoras: se antes as rádios comunitárias eram fechadas sob a alegação do Ministério das Comunicações de que não existia uma lei que regulamentasse essa prática, hoje elas são fechadas porque não conseguem a outorga. O processo é muito burocrático, só para dar início a ele são 20 exigências, ou ainda, 24 para as entidades situadas em áreas consideradas faixas de fronteira (Lopes, 2005a, p. 83)... Isso sem contar que para o cumprimento de muitas dessas exigências são necessários muitos outros documentos e comprovações, além de prazos exíguos para o cumprimento de cada etapa. Poucas são as entidades que conseguem atender todas as exigências estabelecidas pela legislação; menos de 1% das entidades apresenta a documentação sem incorrer em algum tipo de erro, sendo mais trabalhoso e complicado do que conseguir uma habilitação para radiodifusão comercial. Enquanto o percentual de arquivamento de processos de radiodifusão

comercial é inferior a 10% do total de processos arquivados, no caso da radiodifusão comunitária é superior a 80%.

Além das dificuldades de natureza legal, caso o concorrente consiga a outorga para a operação da rádio comunitária, a lei impõe uma série de restrições que, segundo os representantes do movimento, praticamente inviabilizam a atuação das emissoras. Vejamos algumas dessas restrições:

- I. As emissoras só podem operar com até 25 Watts de potência e antena inferior a 30 metros, o que restringe o alcance em áreas de alta densidade urbana ou cercada por montanhas. Isso torna uma rádio comunitária territorialmente inexpressiva, incapaz de cobrir, por exemplo, médios e grandes municípios, além das comunidades rurais. Um dos projetos que o movimento apresentou para modificar a Lei nº 9.612/98 propunha que a potência de uma emissora comunitária fosse aquela necessária para cobrir a comunidade específica;
- II. Autoriza o funcionamento de apenas uma rádio por vila, sem levar em conta o tamanho da população, ou seja, grande parte dos moradores de bairros médios e grandes não poderá ter acesso à programação da rádio;
- III. Obrigam todas as emissoras a operarem nas mesmas frequências impedindo a coexistência de rádios comunitárias em bairros próximos devido às interferências na faixa de frequência. Com isso, alguns bairros não poderão contar com a cobertura desse tipo de emissora;
- IV. Proíbe a formação de redes. Se uma organização não-governamental se atreve a criar uma rede para troca de informações e debate de temas comuns, a ANATEL é logo avisada pelas rádios comerciais, concorrentes implacáveis que têm até o direito de interferir na frequência das emissoras comunitárias. Já, estas, se interferirem na transmissão das rádios comerciais, estão sujeitas a diversos tipos de punições, como, por exemplo, a retirada da programação do ar;
- V. Proíbe a propaganda. A única forma de patrocínio permitida é o apoio cultural. Até hoje não apareceu, em lugar algum, definição clara para o termo, o que dificulta a obtenção de recursos para a manutenção de equipamentos, compra de discos, produção de programas, pagamento de funcionários.

As restrições legais à radiodifusão comunitária são resultados da pressão da Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT), patronal sobre o Governo e o Congresso. Desde meados da década de 90, a ABERT desenvolve intensa campanha contra as rádios comunitárias, temendo perder audiência e receita publicitária em um universo radiofônico cada vez maior e mais variado. Já faz parte da rotina as emissoras comerciais dizerem que “rádio pirata” derruba aviões, mesmo depois de estudos comprovarem a impossibilidade de tal ocorrência. No dia 7 de janeiro de 2007, o programa “Fantástico”, da Rede Globo, aproveitando o contexto de caos do tráfego aéreo brasileiro, exibiu reportagem que denunciava a interferência causada pelas “rádios piratas”, na ocasião do acidente de um Boeing 737-800, da Gol, que chocou-se com o avião Legacy 600. Só faltou dizer que a culpa do acidente foi das rádios comunitárias. Mais recentemente, no dia 29 de maio de 2007, uma das chamadas do “Jornal Hoje”, da Rede Globo, dizia exatamente o seguinte: “interferências de rádios comunitárias no sistema de voo da Aeronáutica causa atraso em várias companhias aéreas de Congonhas”. Dessa vez elas foram as culpadas pelo caos no tráfego aéreo que o país enfrenta.

Cabe ressaltar que o campo midiático no país está em um momento de grande ebulição. O grande monopólio está se sentindo ameaçado em um contexto de florescimento das lutas pela descentralização da mídia, através da criação de televisões e rádios comunitárias e da migração de grande contingente de jovens para a Internet. A não renovação da outorga da RCTV, principal veículo de comunicação da vizinha Venezuela, em um momento em que muitas outorgas de rádios e televisões no Brasil estão sendo vencidas e questionadas contribuiu muito para o recrudescimento da ofensiva às rádios comunitárias. Soma-se a tudo isso o fato de estarem burlando a lei em muitos dos seus preceitos. Por exemplo, muitas das repetidoras de canais de televisão no país estão transmitindo a sua programação sem a autorização do Ministério das Comunicações, fato que pode ser contestado legalmente, pois o capítulo V, Art. 223 da Constituição Federal do Brasil diz que compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal. Ou seja, todos

os veículos de radiodifusão só podem funcionar com autorização prévia. No mesmo capítulo, o Art. 220 § V proíbe claramente o monopólio e o oligopólio no campo comunicacional. Em outras palavras, não se permite no Brasil a concentração da mídia nas mãos de conglomerados, de partidos políticos, nem de religiosos. Mais que isso, de acordo com o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, não se permite que “um grupo” tenha mais de 10 emissoras de televisão em todo o território nacional, sendo no máximo cinco em VHF e duas por estado. Além disso, o artigo 12º define a quantidade e tipos de emissoras radiofônicas. Porém, na prática, a legislação é ignorada.

Não é mero acaso que a autoria da máxima “Aos amigos tudo, aos inimigos a lei”, seja de autoria de um brasileiro¹⁴, pois ela reflete na íntegra a atual economia política das comunicações no Brasil. As rádios comerciais podem tudo, até desobedecer a lei, enquanto as rádios comunitárias não podem nada, mesmo obedecendo a lei.

A máxima é pertinente para explicar a falta de equidades de direitos na política de comunicação no Brasil, todavia, o mais importante, porém, ideologicamente, o menos visível, elas também dão conta de explicar a verdadeira relação do Estado com a sociedade por meio do direito. Segundo Chauí, (2004, p. 64-84) o Estado é percebido pelos sujeitos sociais como uma figura que ordena e regula para o interesse geral, graças ao entendimento da lei como um poder neutro e que não pertence a ninguém. Todavia, esse entendimento do Estado e da lei se dá em função do mascaramento ideológico da realidade social que é feita por intermédio dos meios de produção material que o primeiro dispõe. “A classe que tem à sua disposição os meios de produção material dispõe, ao mesmo tempo, dos meios de produção espiritual, o que faz com a ela sejam submetidas, ao mesmo tempo e em média, as idéias daqueles aos quais faltam os meios de produção espiritual” (Idem, p. 85).

Reportando-nos ao caso da Lei nº 9.612/98, concordamos que a visão entendida por uma parte do movimento de rádios comunitárias como forma de assegurar que os seus representantes não seriam tratados como marginais foi, de fato, como disse Luz (2004, p. 152), o reflexo de que o movimento não estava suficientemente politizado na direção necessária. Este não entendeu

¹⁴ Segundo Schwartzman (2007, s/p) existe uma polêmica se esta frase é da lavra de Getúlio Vargas ou de Pinheiro Machado.

que o Estado e a lei são justamente alguns dos instrumentos da classe que domina os meios de comunicação no país e, por conseguinte, a lei de radiodifusão comunitária consiste em uma forma de dificultar o seu acesso e negar o direito social às comunicações. Contudo, não queremos dizer que dentro da ordem burguesa não se consiga avançar politicamente por meio da lei. A própria Constituição Brasileira de 1988 reflete alguns avanços na área de comunicação social. No nosso entender, o grande problema foi o movimento aceitar o enquadramento de uma lei mínima para escapar da repressão do Estado. Além da despolitização, segundo Luz (p. 151), faltou mobilização da sociedade civil, palco onde se desenvolvem as políticas sociais e onde se dá a disputa hegemônica. A consequência disso é que na disputa, ou na falta dela, venceram os interesses da classe hegemônica, que conseguiu acomodar por intermédio da lei a ameaça do movimento das rádios comunitárias ao *status quo* do monopólio da comunicação no Brasil.

Depois da aprovação dessa lei, hoje tão contestada, inclusive por muitos daqueles que a defenderam, as exigências burocráticas para formular o pedido de outorga tem revelado práticas ainda mais abusivas que as próprias restrições: o apadrinhamento político para superá-las. Segundo Lopes, a formulação do pedido de concessão,

Por ser um processo muito complicado, ter alguém dentro da máquina burocrática que auxilie faz um diferencial enorme. As entidades que tentam sanar todos os problemas das associações e fundações comunitárias sem o apoio de políticos, não têm o conhecimento de como se dá o processo tão bem quanto os deputados, que contam com a assessoria de seus gabinetes que trabalham, muitas vezes, como despachantes desses processos, sanando documentação pendente e até apresentando essa documentação ao Ministério. Então, é uma luta desigual (LOPES, 2005b).

O ministro Hélio Costa declarou, para justificar a enorme quantidade de rádios comunitárias fechadas durante o governo de Lula, que as rádios fechadas não são comunitárias. Mas convém esclarecer que a maioria das rádios fechadas por operarem sem outorgas aguarda há anos a autorização para o devido funcionamento. De 1998 a 2004, ou seja, em seis anos, apenas 2.205 rádios comunitárias receberam outorga no Brasil, em contrapartida, só

em 2006, de acordo com dados da própria ANATEL, 1.800 rádios comunitárias foram fechadas.

Para resolver os problemas enfrentados pelas rádios comunitárias no Brasil é preciso uma intensa movimentação da sociedade civil, se o Governo está do outro lado é porque a pressão da sociedade ainda não foi sentida por parte daqueles que estão do lado de lá. Segundo Gramsci, estes três entes – economia, política e sociedade civil – formam uma tríade com papéis diferenciados no sistema capitalista. A sociedade civil vincula-se à totalidade das organizações e instituições cívicas voluntárias que integram a base de uma sociedade em funcionamento, é uma esfera específica, que tem sua própria legalidade e suas próprias regras e o Estado ideologicamente seria um representante de diversos interesses. A economia seria o processo de produção, distribuição, circulação e consumo da riqueza. Podemos pormenorizar a relação entre os três entes citados anteriormente, da seguinte forma: entre a sociedade econômica e o Estado com sua legislação e sua coerção está a sociedade civil, o Estado é o instrumento para adequar a sociedade civil à sociedade econômica. O Estado e a sociedade civil fazem parte da superestrutura, enquanto o poder econômico faz parte da estrutura. Vale ressaltar que para Gramsci a separação entre estrutura e superestrutura é estritamente metodológica, nada tendo de orgânica.

O elemento decisivo é representado pela estrutura sócio-econômica, mas é igualmente evidente que, em cada processo histórico, as contradições de fundo se traduzem e se resolvem no nível das atividades superestruturais. A relação entre esses dois elementos é uma relação ao mesmo tempo dialética e orgânica (BOBBIO, 1994, p.16).

Nesse sentido, o Estado não é a superação da sociedade civil e sim seu reflexo. Não é um fim em si mesmo, mas um aparelho representante de interesses. Há um constante privilégio no âmbito da superestrutura ao momento ideológico que se sobrepõe às instituições. Essas são resultantes do que se conseguiu concretizar dialeticamente entre Estado, economia e sociedade civil. O poder econômico tentando impor suas regras de exploração através do Estado, a sociedade civil tentando fazer avançar seu projeto de

democracia social e o Estado “dialogando” com os dois lados para a manutenção do sistema.

1.6 PRÁTICA DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA PELA LEGISLAÇÃO

“A radiodifusão comunitária deve permitir a capacitação do cidadão no exercício do direito a expressão da forma mais acessível possível”.

(Lei nº. 9.612/98, Art. 3º)

A partir de agora nos preocuparemos apenas com a fase de pós outorga das rádios comunitárias, parte mais importante para nosso trabalho: a definição de como devem funcionar as rádios comunitárias depois de vencidos os obstáculos do processo que leva à autorização para o funcionamento. É através dessa definição que encontraremos as balizas capazes de estabelecer um parâmetro por intermédio do qual faremos a comparação da atuação das rádios comunitárias de Cuiabá com a legislação nacional. Entendemos que nessa parte a legislação é avançada e bastante coerente com os fins aos quais uma emissora de radiodifusão comunitária deve submeter-se. A partir da Lei nº 9.612/98 estabeleceu-se um novo serviço de radiodifusão sonora, que pouco lembra as modalidades educativas e comerciais, únicas existentes até então.

Começemos pelas entidades competentes para a prestação desse serviço. A Lei estabelece que fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do serviço são os entes autorizados a receberem a outorga de radiodifusão comunitária. De acordo com seu Art. 7, tais entidades devem também ser legalmente constituídas e devidamente registradas, com dirigentes brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, maiores de 21 anos ou emancipados e signatários de documento no qual se comprometam ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o serviço de radiodifusão comunitária. Esses dirigentes também não podem ser integrantes de quadros de sócios e de administradores de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão ou de televisão por assinatura. Além dessas obrigações, há a determinação de que tanto a sede da entidade quanto a residência de todos os seus dirigentes devem estar na área

da comunidade atendida. A exceção admitida é apenas nos casos de localidades de pequeno porte, nas quais tanto a sede da entidade quanto a residência de seus dirigentes podem estar em qualquer ponto da área urbana.

Na prática, a organização em associações, devido à maior facilidade para sua constituição e registro é o mais comum, sendo quase que exclusiva (CÂNDIDO, 1999, p. 8). Mas, não basta ser apenas uma associação ou fundação comunitária qualquer, é preciso que ela tenha, em seus estatutos, o objetivo de prestar os serviços de radiodifusão comunitária. Também é necessário que a fundação ou associação seja efetivamente plural, aberta aos anseios da comunidade que representa, e não apenas a determinado grupo ou casta dominante. De fato, o estatuto social das entidades de radiodifusão comunitária deve garantir o ingresso, como associado, de qualquer cidadão domiciliado na área de execução do serviço. Deve o estatuto ainda garantir que todos os associados tenham o direito de votar e de ser votado para todos os cargos de direção, bem como direito de participação e voto nas discussões sobre o funcionamento da associação ou fundação comunitária (Idem, p. 23).

A entidade deve, ainda, segundo Art. 8º da Lei nº 9.612/98, contar com um Conselho Comunitário, composto por no mínimo cinco integrantes representativos da comunidade local, cujo objetivo é acompanhar a programação da emissora, com vistas ao atendimento do interesse da comunidade e dos princípios por ela estabelecidos. A entidade é, ainda, proibida de manter vínculos que a subordinem ou que a sujeitem à gerência, administração, domínio, comando ou orientação de qualquer outra entidade mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais (Cap. IV, Art. 18, parágrafo único).

Mediante essas previsões legais ficou estabelecida a proibição quanto as entidades vinculadas aos serviços de radiodifusão sonora comercial ou educativa explorarem os serviços de radiodifusão comunitária. Mas, para que não houvesse dúvida, tal proibição é explicitada no parágrafo único do Art. 10 da citada lei, apesar de a definição das entidades competentes para a exploração da radiodifusão comunitária já estabelecer, de forma implícita, a exclusão dessas entidades. A Norma Complementar 02/98 amplia essa restrição às prestadoras de serviços de TV por assinatura. Foi estabelecido ainda um caráter personalíssimo às autorizações de radiodifusão comunitária,

impedindo, assim, qualquer forma de transferência dessa autorização, à qualquer título, para outra entidade. Do mesmo modo e com o mesmo intuito vedou-se, também, a cessão ou arrendamento das emissoras dos serviços de radiodifusão comunitária, bem como de horários de sua programação. Reforça-se, desse modo, a responsabilidade da entidade autorizada pela programação de emissora, impedindo, desta forma, quebra da relação entre o ente Estatal e a entidade originalmente por ele autorizada a prestar os serviços de radiodifusão comunitária. O Art. 10 da Lei também reforça o caráter personalíssimo ao estabelecer que cada entidade terá apenas uma autorização, ou melhor, outorga, para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária. Há, portanto, na relação entre Estado e a entidade de radiodifusão comunitária, um único contrato, exclusivo, não podendo a entidade estabelecer outro contrato e constituir um segundo serviço, seja na mesma área na qual tem sede, seja para qualquer outra comunidade.

Em relação à política editorial das emissoras de radiodifusão comunitária, a Lei nº 9.612/98, em seu parágrafo 3º, estabelece que o Serviço de Radiodifusão Comunitária deve atender à comunidade beneficiada, com vistas ao cumprimento dos seguintes preceitos:

- I - dar oportunidade à difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
- II - oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
- III - prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil e nas campanhas pela melhoria da qualidade de vida da comunidade, sempre que necessário;
- IV - contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação vigente;
- V - permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

Logo em seguida, em seu Art. 4º, são apresentados os princípios gerais que devem nortear a programação do Serviço de Radiodifusão Comunitária, quais sejam:

- I - preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;

II - promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida;

III - respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;

IV - não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológicas e partidárias, e condição social nas relações comunitárias.

Uma obrigação adicional, ainda relativa à programação das rádios comunitárias, é que as emissoras operem por um período mínimo de oito horas diárias, que podem ser contínuas ou não. Essa previsão está expressa no Art. 28 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, e tem como objetivo garantir que a entidade assegure ao menos uma programação mínima, suficiente para justificar a reserva de um canal específico para o seu funcionamento. Trata-se, contudo, somente de um piso, o horário efetivo de funcionamento será estabelecido pela entidade no decorrer do processo de habilitação e concorrência que antecede a outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, horário esse que será de cumprimento compulsório, uma vez que será um dos itens integrantes da licença de funcionamento entregue à entidade (LOPES, 2005, p. 66).

Há ainda a obrigatoriedade de que as emissoras destinem pelo menos 5% de seu tempo de programação para a transmissão de programas de notícias. Tal determinação é expressa pelo art. 38 do Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT) e vale não apenas para as rádios comunitárias, mas para todos os serviços de rádio e televisão outorgados pelo poder público, seja qual for a sua modalidade. Também, por conta do CBT, as entidades de radiodifusão comunitária são obrigadas a transmitir seu indicativo de chamada (composto por nome fantasia e frequência) a cada sessenta minutos. Adicionalmente, devem ainda gravar toda a sua programação e manter tais gravações em arquivo durante as 24 horas subseqüentes ao encerramento de seus trabalhos diários. No caso de programas políticos, de debates, entrevistas, pronunciamentos e transmissões não registradas textualmente, o prazo de arquivamento é de 20 dias. Já para os textos dos programas, o prazo de arquivamento é de 60 dias.

A legislação, na maior parte dos pontos citados anteriormente, está em consonância com os diversos movimentos em prol da democratização das

comunicações em todo o mundo. Procura instituir a radiodifusão comunitária como um fator de coesão social, estabelecendo a comunicação social como instrumento para o compartilhamento de informações no interior das comunidades. Busca ainda tornar a radiodifusão verdadeiramente aberta aos interesses dos grupos minoritários que, na atual economia política das comunicações, têm pouco ou nenhum acesso à mídia.

Isso ocorre porque, por definição, a comunicação é de massa, ou seja, ela se interessa por grandes grupos. Não significa que não exista mídia especializada, dirigida a grupos bem determinados. Contudo, tais especializações, na maior parte das vezes, não contemplam uma determinada comunidade, e sim grupos de indivíduos que, por algum motivo – gosto, orientação política, opção sexual, etc. compartilham interesses e opiniões semelhantes (MATTELART, 2005, p. 110 - 111). Não é o que ocorre no seio das comunidades. Normalmente, elas são bastante heterogêneas, comportando um variado leque de orientações individuais e coletivas. À elas, portanto, o mercado costuma oferecer somente aqueles produtos midiáticos que estão à disposição de toda a população. São, portanto, compostos por conteúdos o mais generalizados possíveis e, muitas vezes, bastante desconectados das reais necessidades de informação das comunidades.

E, em uma comunidade tão eclética, com todo tipo de orientação religiosa, política, de classe, etc. um veículo de comunicação local, responsivo a essa heterogeneidade, é essencial para o estabelecimento de uma coesão dos indivíduos da comunidade. Busca-se, portanto, por meio de experiências como a da radiodifusão comunitária e de outras que também têm a comunidade como o núcleo da produção midiática, a superação da atomização e individualização, tão presentes na sociedade contemporânea. Tais mídias devem, portanto, se estabelecer como novos espaços públicos para a discussão dos problemas comunitários, como novas ágoras nas quais o debate público se dará.

Porém, de forma espontânea, raramente se estabelecem nas comunidades meios de comunicação efetivamente populares e participativos, nos quais todos os cidadãos possam se fazer ouvir. Como bem ressalta a Unesco, a responsabilidade da criação dos meios necessários à comunicação comunitária não pode ficar exclusivamente por conta da iniciativa local. Quanto

a isso, cabe um papel importante ao Governo, da mesma forma que aos grandes organismos públicos ou privados (UNESCO,1983). De fato, é a intervenção governamental, por meio de suas políticas públicas e regulamentos, o único ente capaz de promover meios de comunicação comunitária, efetivamente democráticos. Do contrário, sem a presença do Estado, essas experiências tendem a se descaracterizarem, tornando-se meros métodos de reforço da hegemonia de castas locais.

Por esse motivo, a legislação de radiodifusão comunitária estabelece uma série de exigências para garantir a pluralidade de opinião e a possibilidade de acesso de todo e qualquer membro da comunidade à programação dessas entidades.

A programação deve ainda observar os princípios da pluralidade de opinião e de versões simultâneas em matérias polêmicas, divulgando sempre as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados. Porém, o mais importante é o fato de a legislação dar a qualquer cidadão da comunidade beneficiada o direito a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar idéias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações. Esse direito é estendido às entidades ligadas a programas de desenvolvimento da comunidade, que devem ter espaço assegurado para a divulgação de planos e realizações.

1.6O LOCAL DAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS

“É o espaço, isto é, os lugares, que realizam e revelam o mundo, tornando-o historicizado e geografizado, isto é, impiricizado”.

Santos (2006, p. 112)

A questão do poder local está rapidamente emergindo para se tornar uma das questões fundamentais da nossa organização como sociedade. Referido como “local, authority”, em inglês, “communautés locales”, em francês, ou ainda como “espaço local”, o poder local está no centro do conjunto de transformações que envolvem a descentralização, a desburocratização, a participação, bem como as chamadas novas tecnologias urbanas (DOWBOR Apud BONELLA, 2006 s/p).

No caso dos países subdesenvolvidos, a questão se reveste de particular importância, na medida em que o reforço do poder local permite, ainda que não assegure, criar equilíbrios mais democráticos frente ao poder centralizado nas mãos das elites.

No caso do Brasil, esta centralização antidemocrática enraizada em nossa cultura política é consequência do modelo de representação pelo alto herdado do poder centralizado desde o período colonial. Com a reprodução desses valores autoritários aliada à falta de conscientização política, pretender alcançar um grau de participação mais elevado é algo difícil de concretizar (PERUZZO, 2004, p. 73).

Esse modelo de participação acabou se transformando numa prática cultural e escamoteia o autoritarismo por meio da participação do cidadão no eixo político-partidário e no eixo sindical-trabalhista. Todavia, diante de um crescente acirramento de seus antagonismos e, conseqüentemente, da exclusão social inerente ao modo de produção capitalista, a dominação começa a ser sentida como inerente à verticalização política. Deste modo, começa a ser gestada dentro da sociedade brasileira uma nova forma de participação evidenciada na formação de movimentos sociais populares de base independentes da estrutura de poder do estado. (Idem, p. 74 - 77). Este novo tipo de organização participativa, fundamentado no processo de descentralização, tem apostado na revitalização dos espaços locais como desmitificador da engenharia da dominação.

Depois de muitas lutas pela democratização política, os movimentos sociais na década de 1980, começaram a dar conta da importância dos meios de comunicação e também da importância de participarem deles, dando início à luta pela democratização das comunicações. Para dar conta desse intento, a democratização tem sido requerida, também, por meio da descentralização dos meios de comunicação.

Como já dissemos no primeiro capítulo, a primeira rádio que materializou a contestação do monopólio midiático e o despotismo de suas informações foi a Rádio Xilik. Apesar de ter apoiado a possibilidade de qualquer um ter a sua rádio no ar, defendeu principalmente a apropriação desse veículo pelos movimentos sociais civis como uma forma destes oferecerem denúncias às informações controvertidas oferecidas pela mídia

comercial e estatal e fazerem suas reivindicações. Segundo Abramo (2003, p. 23), “uma das principais características do jornalismo no Brasil, hoje, praticado pela maioria da grande imprensa, é a manipulação da informação”. A causa primeira dessa manipulação deve-se ao fato de cada vez mais, o poder político e econômico dos grandes impérios da comunicação se concentrar em um número cada vez menor. Todavia, com tudo isso estampado, é claro que o discurso continua sendo o da liberdade de expressão, o da isenção da imprensa e o da objetividade jornalística, mas, sem espaço no dial para outros veículos de comunicação, continua imperando o discurso único.

Alguns mecanismos mais empregados pela grande mídia para ocultar, fragmentar ou inverter os fatos é “a ocultação total, parcial ou de aspectos da realidade; a fragmentação nas edições; a inversão da relevância das informações ou a mais primitiva descontextualização dos acontecimentos” (SOUZA, 2003, p. 19).

Para Milton Santos um dos traços marcantes dos últimos anos do século XX é, pois, o papel verdadeiramente despótico da informação:

As novas condições técnicas deveriam permitir a ampliação do conhecimento do planeta, dos objetos que o formam, das sociedades que o habitam e dos homens em sua realidade intrínseca. Todavia nas condições atuais, as técnicas da informação são principalmente utilizadas por um punhado de agentes em função dos seus objetivos próprios (SANTOS, 2006, p. 38-39).

O fato de a comunicação ter se tornado possível em escala planetária, deixando saber instantaneamente o que se passa em qualquer lugar, permitiu que se cunhasse a expressão Aldeia Global. Entretanto, para Santos, a expressão é resultado da criação de fabulações. Diz ele:

Na verdade, o que se dá nas verdadeiras aldeias, é freqüentemente, mais fácil comunicar com quem está longe do que com o vizinho. A informação sobre o que acontece não vem da interação entre as pessoas, mas do que é veiculado sobre a mídia, uma versão interessada, senão interesseira dos fatos (Idem, p.41).

É nesse sentido que as rádios comunitárias, com seu caráter local, têm sido consideradas uma alternativa na construção de uma informação que seja, antes de tudo, o resultado de debates e da pluralidade de opiniões. Mas é

claro, convém ressaltar, que apesar de a principal função da rádio comunitária ser a de democratizar a informação e debater sobre temas relevantes para a comunidade, as informações atinentes à sua identidade e as demandas por ela formuladas precisam ser divulgadas para além de suas fronteiras. Numa sociedade onde a dominação é exercida globalmente é preciso saber e dar, a saber, de si ao mundo. Agindo desta maneira, as pessoas envolvidas com o processo de radiodifusão comunitária descobrirão quão multifacetadas é a exploração mundo afora e que a sua origem são as desigualdades de acesso aos meios de produção de vida humana. Aliás, a presença planetária do modo de exploração atual só é possível pela difusão em escala planetária de sua ideologia por meio da utilização dos meios técnicos de comunicação que aí estão. Segundo Milton Santos (2006, p. 163 -168), se as mesmas técnicas de que se valem os atuais atores hegemônicos para reduzir o escopo da vida humana sobre o planeta forem utilizadas de forma contrária, as condições necessárias para a construção de uma sociedade universalista já estão dadas, principalmente, pela utilização do computador, principal símbolo das técnicas de informação. Hoje, grande parte das rádios comunitárias já está disponível na internet e, portanto, reúnem condições de semear mundo a fora as sementes de visões capazes de elaborar um novo *ethos*, amparado na ressurreição da idéia e da prática de uma nova solidariedade entre as nações. Em outras palavras, uma outra globalização e que não seja perversa como a atual.

Mas a descentralização do rádio como uma forma de dar voz a todos não é uma descoberta recente. Brecht, na década de 30, propôs a descentralização do rádio, como a única forma capaz de possibilitar o acesso de todos os segmentos da sociedade ao veículo (apud CAPARELLI, 1985, p. 59). Democratizando as ondas do rádio estaria democratizando a educação voltada para a valorização da cultura local. No Brasil, hoje, temos muitos relatos de experiências bem sucedidas de rádios comunitárias, conforme nos relatam alguns estudiosos do assunto.

Voltadas para a população carente, elas já conseguiram baixar o preço de alimentos, arrecadar remédios, cobertores, encontrar crianças perdidas, distribuir cestas básicas, promover a reconciliação entre pessoas e apaziguar grupos rivais, num mundo marcado pela falta de solidariedade e

violência. [...] têm promovido campanhas para limpeza de ruas, contra a poluição, contra o uso de drogas. Promovem gincanas esportivas, programas de orientação aos jovens, trabalhos para o desenvolvimento de potenciais artísticos nos segmentos de músicas e poesia da própria comunidade. Sua programação diferenciada se desenvolve para os diversos segmentos comunitários (COELHO NETO, 2002:24).

As rádios comerciais também promovem esse tipo de campanha, porém isto é feito esporadicamente para justificar sua atuação como “veículo democrático” e prestador de serviços à sociedade. E, em geral, quando isto ocorre, não são levados em consideração as necessidades individuais de cada cidadão da sociedade. Quando chega o inverno, por exemplo, são muito comuns as campanhas para doação de cobertores às comunidades pobres, entretanto, a necessidade mais premente de algumas pessoas não é um cobertor e sim um prato de comida. As rádios comunitárias são representantes de demandas locais ignoradas pelos meios de comunicação de massa, com suas mensagens homogenizadoras de um mercado que se globalizou. Seu único interesse é propagar uma cultura que promova o incessante crescimento do capitalismo nos lugares mais recônditos, ignorando as especificidades e necessidades localizadas. Daí a importância do local em tempos de globalização capitalista.

Dada a importância da revalorização dos lugares na sociedade globalizada, de que maneira o local é capaz de desarticular a homogeneização da cultura?

Milton Santos afirma que apesar da globalização acabar interferindo direta ou indiretamente sobre todos os aspectos da existência humana, essa influência não se verifica de modo homogêneo. Segundo o crítico, ela acaba encontrando obstáculos na diversidade das pessoas e dos lugares e acrescenta que há também uma possibilidade de revanche da cultura popular sobre a cultura de massa, quando, por exemplo, a cultura popular se apropria dos instrumentos que na origem são próprios da cultura de massa. Para o referido autor “cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente” (SANTOS, 2006, p. 273). Daí, para ele, a importância de estudar os lugares reside em captar seus elementos

centrais, suas virtudes locacionais de modo a compreender suas possibilidades de interação com as ações solidárias hierárquicas. É no lugar que a cultura vai ganhar sua dimensão simbólica e material, combinando matrizes globais, nacionais, regionais e locais.

Se o conceito de espaço, no caso dos autores que constroem a comunicação comunitária, vem gerando interesse crescente na busca de um novo ordenamento informativo, a confusão que o termo encerra também é grande. Afinal, para onde vão as macrotendências: globalização, blocos, poder local e a "aldeia global"? Há razões de sobra para discutir de forma mais aprofundada, ou em todo caso mais organizada, o conceito de espaço e a importância que assume no nosso cotidiano.

Referimo-nos aqui aos espaços da reprodução social. Na realidade, a simples reprodução econômica ou reprodução do capital já não é suficientemente abrangente para refletir os problemas que vivemos (PERRUZZO, 2004, p, 27 -29). Na linha estampada pelos sucessivos relatórios sobre Desenvolvimento Humano das Nações Unidas, o objetivo central do desenvolvimento é o homem, a economia é apenas um meio. Ninguém mais se impressiona com o simples crescimento do PIB e tornou-se cada vez mais difícil conciliar bem-estar humano com o bem-estar das empresas.

Trabalharemos aqui com o conceito de reordenamento dos espaços, na medida em que conceitos como os de "globalização" trazem uma visão simplificada de abertura e unificação dos espaços da reprodução social. O que está ocorrendo é uma nova hierarquização, segundo as diferentes atividades, envolvendo tanto a globalização como a formação de blocos, a fragilização do Estado-nação, o surgimento de espaços sub-nacionais fracionados de diversas formas, a transformação do papel das metrópoles, o reforço do papel das cidades, e uma gradual reconstituição das comunidades desarticuladas por um século e meio de capitalismo. Essas transformações e rearticulações abrem novas dimensões para a inserção do indivíduo no processo de reprodução social, permitindo talvez a reconstituição de um ser humano completo a partir dos segmentos hoje fragmentados, numa economia que se unificou na mesma medida em que desarticulou a sociedade.

É preciso, nesse sentido, distinguir entre os produtos globais que indiscutivelmente hoje existem, como o automóvel, o computador e vários

outros, e os outros níveis de atividade econômica e social para substituímos a visão de que tudo se globalizou (Santos, 2006, p 142-145). Na verdade, existem diversos espaços que se interagem, cada nível apresentando os seus problemas e as suas oportunidades, e a totalidade representando um sistema mais complexo.

1.7 - A RECUPERAÇÃO DA DIMENSÃO COMUNITÁRIA

“A comunidade não é mais entendida como um fenômeno residual no que diz respeito às forças socioculturais adotadas pela modernidade, e sim uma réplica à insuficiência do seu modelo individualístico-universalista: é a mesma sociedade dos indivíduos, já destruidora da antiga comunidade orgânica, que agora gera novas formas comunitárias como reação póstuma à própria entropia interna”.

Spósito (2007, p. 16)

Com exceção do breve e recente intervalo gerado pelas transformações da moderna sociedade capitalista, o ser humano sempre viveu em comunidades. Segundo Renato Ortiz (2006, p. 107), nessa modernidade, a velocidade das técnicas levou a uma unificação dos espaços fazendo com que com que os lugares se globalizassem. Hoje, “cada local, não importa onde se encontra, revela o mundo” e os habitantes dele são cidadãos do mundo. Mas, segundo Santos (2006, p.18), a globalização assim colocada deve ser entendida como uma fábula. Para esse autor, vivemos em um mundo confuso e confusamente percebido. De um lado, é abusivamente mencionado o extraordinário progresso das ciências e das técnicas, de outro lado, há, também, referências obrigatórias à aceleração contemporânea e todas as vertigens que cria, a começar pela própria velocidade.

Todos esses, porém, são dados de mundo físico fabricado, cuja utilização, aliás, permite que o mundo se torne esse mundo confuso e confusamente percebido. Explicações mecanicistas são, todavia, insuficientes. [...] Quando tudo permite imaginar que se tornou possível a criação de um mundo veraz, o que é imposto aos espíritos é um mundo de fabulações, que se aproveita do alargamento de todos os contextos para consagrar

um discurso único. Seus fundamentos são a informação e o seu império, que encontram alicerce na produção de imagens e do imaginário, e se põem ao serviço do império do dinheiro, fundado esse na economização e na monetarização da vida social e da vida pessoal. (SANTOS, 2006, p. 18).

Neste caso, concordamos com Milton Santos, para a maior parte da humanidade, a globalização acaba tendo, direta ou indiretamente, influência sobre todos os aspectos da existência das pessoas. Mas, ela não é total como o mercado que a engendrou tenta disseminar por meio da cultura e dos meios de comunicação de massa. Por meio deles, a cultura do consumo desfruta de uma posição de destaque se transformando numa das principais instancias mundiais de legitimação dos comportamentos e valores. *Malboro, Euro Disney, fast-food, hollywood, chocolates, aviões, computadores* (RENATO ORTIZ, 2006, p. 8), são os traços evidentes da influência dessa globalização.

Entretanto, segundo Jesus Martin-Barbero,

O mercado não pode sedimentar tradições, pois que o que produz 'desmancha no ar' devido a sua tendência estrutural a uma obsolescência acelerada e generalizada não somente das coisas mas também das formas e das instituições. O mercado não pode criar vínculos societários, isto é, entre sujeitos, pois estes se constituem nos processos de comunicação de sentido, e o mercado opera anonimamente mediante lógicas de valor que implicam trocas puramente formais, associações e promessas evanescentes que somente engendram satisfações ou frustrações, nunca, porém, sentido (MARTIN BARBERO 2003, 15).

Desta forma, embora entendamos que a estrutura econômica seja determinante (as relações interpessoais são determinadas pelo estágio de desenvolvimento das forças materiais produtivas), "as práticas culturais em geral não apenas refletem essa estrutura, elas também produzem significados e valores que entram ativamente na vida social, moldando seus rumos" (WILLIAMS apud CEVASCO, 2003, p, 112).

É melhor ser cidadão local ou cidadão do mundo? A pergunta não tem sentido na medida em que a cidadania tem hoje de ser exercida em diversos níveis de espaços articulados. Mas, segundo Milton Santos, "a possibilidade de cidadania plena das pessoas depende das soluções a serem buscadas localmente". Transferir a cidadania para níveis cada vez mais amplos, e cada

vez mais distantes do cidadão, é transferir o poder significativo para mega-estruturas multinacionais, enquanto se dilui a cidadania no anonimato. É no local que se faz a reavaliação das heranças e a indagação sobre o presente e o futuro. E é a vivência neste espaço que revela o mundo (Santos, 2006, p. 113-114).

Na formulação de Milton Santos em *O Espaço do Cidadão* (1987), o que globaliza separa; é o local que permite a união. Uma dimensão extremamente prática desse processo de distanciamento do ser humano com a globalização pode nos ser dada no cotidiano. Encontrar um amigo mendigando na rua nos transtorna. E, no entanto, passam-nos despercebidas as notícias que assistimos na televisão sobre mendigos nas ruas, crianças sendo exploradas sexualmente, jovens traficando drogas etc. Vemos todos os dias desgraças acontecerem a alguém e tocamos a vida, pois o tempo urge, e além de tudo são tantas desgraças.

Não é que a globalização tornou o ser humano menos solidário é que ninguém se solidariza com o anonimato. Generais programam tranquilamente bombardeios que possam coincidir com os horários da mídia, e o mundo assiste impassível à destruição ao vivo de seres humanos pela televisão. Daí a razão de dizer que a humanização do corpo social, ou a sua re-humanização, passa pela reconstituição dos espaços locais. Mas, segundo Milton Santos (2006, p. 113), para isso é preciso que seja instituída uma federação dos lugares, uma nova estruturação político-territorial, com a indispensável redistribuição de recursos, prerrogativas e obrigações. Esse rearranjo dos espaços permitiria a construção da cidadania de baixo para cima cujo ponto central é a existência de individualidades fortes e das garantias jurídicas correspondentes. Mas de que forma isso pode ser alcançado? Embora estruturalmente os locais acolham os vetores da globalização, a produção acelerada de pobres e a crescente aglomeração desses experimentando a situação de vizinhança, cada um tomando conhecimento do outro, fazem com que nele se possa produzir uma contra-ordem. E em países de grande dimensão territorial e sociedade desigual, como é o caso do Brasil, o primeiro passo já está sendo dado: a sociedade já vem reclamando pela revalorização dos lugares e a adequação de seus estatutos.

Em termos econômicos, o argumento é que o espaço pequeno não é "viável". Na realidade, a mesma dinâmica que nos levou aos espaços globais nos fornece as tecnologias para a reconstituição de uma humanidade organizada em torno das comunidades que se reconhecem internamente, mas também interagem, comunicam com o resto do mundo, participam de forma organizada de espaços mais amplos.

Na linha dos estudos de Pierre Lévy, ou até na visão generalizada de Alvin Toffler, as novas tecnologias e a sinergia entre elas abrem novos canais de articulação social propiciando, em torno dos espaços, o conhecimento compartilhado. Outros têm mais presente a dramática marginalização de dois terços da humanidade nesse processo de modernização desigual (DOWBOR, 1995, s/p). Embora nós viéssemos defendendo a crença nas possibilidades que estão dadas por meio do uso das novas tecnologias de comunicação, não podemos ignorar essa segunda questão. Aliás, é a par dessa marginalização que temos proposto a distribuição de rádios comunitárias como uma das principais formas de construir o conhecimento compartilhado. Por serem geridas localmente, elas devem funcionar como espaços de debates das idéias que não encontram espaços em outros veículos de comunicação e é desse debate que podem surgir racionalidades capazes de fazer contraface ao que está posto. As rádios comunitárias por si só não podem fazer a revolução, muitos outros elementos estão em jogo, mas podem ser, assim como a Rádio Comunitária *La Luna*, no Equador, um meio de insurreição quando descobrirmos que "a despeito de sermos o que somos, podemos também desejar ser outra coisa" (Santos, 2006, p. 114).

2 O INÍCIO DO RÁDIO EM MATO GROSSO

"O desenvolvimento e a exploração dos meios tecnológicos de comunicação se interligaram de formas complexas com o poder econômico, político e coercitivo".

Thompson (2002, p. 75)

O rádio como meio de comunicação popular só chegou a Mato Grosso às vésperas da década de 1940. Mas a exemplo do que ocorreu em outras partes do Brasil, o rádio em Mato Grosso também foi criado por grupos de

amadores da radiofonia, os famosos radioclubes, ainda na década de 1920. Segundo Louremberg Alves (1994, p. 39), em sua monografia, *Radionovelas em Mato Grosso*, “o primeiro radioclube mato-grossense que se tem notícia, foi fundado no dia 25 de dezembro de 1924, em Campo Grande, (atual capital de Mato Grosso do Sul)”. Entretanto, seus associados dedicavam-se apenas a recepção radiofônica através de um aparelho de rádio de grande alcance.

No final da década de 1920, o cuiabano Deodato Gomes Monteiro, valendo-se de um rádio-receptor (montado por ele mesmo), captou notícias sobre o movimento de 1930 que depôs o presidente Washington Luis. Imediatamente, espalhou essas notícias pela cidade, o que motivou a sua prisão e ainda lhe rendeu o apelido de “boateiro”. Mas logo depois chegou o telegrama oficial ao governador Aníbal Toledo dando a notícia da revolução.

Em 1932, ano da Revolução Constitucionalista¹⁵ no Brasil, era Monteiro quem espalhava as notícias que recebia pelo rádio sobre os desdobramentos da luta. Na ocasião, a polícia de Mato Grosso promoveu uma operação de apreensão de rádios existentes em Cuiabá, capturando seis rádios, todas elas construídas por Monteiro (MONTEIRO *apud* ALVES 1994, p. 41). Porém, em seguida ao ocorrido, construiu novos aparelhos, além de passar a imprimir em boletins as informações que captava pelo rádio.

Em 1933 Monteiro adaptou um modulador que transmitia música e voz, sendo captado em vários municípios de Mato Grosso. Esse rádio-transmissor deu origem à fundação da Rádio “Sociedade de Cuiabá”, conforme publicou o *Jornal A Cruz*:

Realizou-se a 19 do corrente, pelas 20 horas, a audição lítero-musical [...]. O serviço de transmissão foi bastante satisfatório, tendo afluído ao Palácio da Instrução uma grande e seleta assistência para ouvir o excelente programa [...]. Falou o prefeito da capital, Ponce de Arruda, seguindo-se a execução dos diversos números, entre os quais merecem especial relevo (a declamação) ‘A Violeta’, soneto de Dom Aquino e a poesia de José de Mesquita, ‘As Três Coroas’ [...] (apud ALVES, 1994, p. 41-42).

Deodato Monteiro tornou-se, na década de 1930, o nome de referência do rádio em Cuiabá. Ele construiu várias estações receptoras e transmissoras

¹⁵ Revolução Constitucionalista: movimento político armado que visava a deposição do então presidente provisório, Getúlio Vargas.

de rádio destinadas ao 16º Batalhão de Caçadores, à Polícia Militar do Estado e ao Palácio Alencastro, então sede do governo mato-grossense.

No entanto, para Brittes (1998, p. 12), o pioneirismo no rádio em Mato Grosso não coube à “Rádio Sociedade de Cuiabá”, mas à “Rádio Difusora Mato-Grossense”, de Corumbá. Depois surgiu a “Rádio Clube”, de Campo Grande. Sendo assim, o surgimento do rádio em Mato Grosso, antes da divisão do estado, iniciou-se primeiro no interior do próprio estado. Entretanto, é inegável que sob o prefixo Py-9-AF, Monteiro foi o primeiro rádio-amador de Mato Grosso, abrindo a comunicação da distante Cuiabá com o resto do mundo.

2.1 RÁDIO A VOZ DO OESTE: UM NOVO CICLO NA HISTÓRIA DO RÁDIO EM MATO GROSSO

“A Voz do Oeste tornou-se uma rádio que efetivamente era a cabeça pensante da sociedade”.

Praeiro (2007, s/p)

Em 1925, Monteiro, que teve o seu primeiro contato com o advento do rádio em 1924, no Rio de Janeiro, onde estudava, montou um transmissor em ondas curtas para Jersy Jacob. Mas este, depois de trabalhar com seu aparelho por algum tempo, “tocando discos” em aniversários, comercializou o transmissor. Mais tarde, Jacob foi a São Paulo e comprou um outro aparelho transmissor e, em 1939, colocou no ar uma outra rádio, passando a operá-la com o nome de “Rádio A Voz do Oeste”.

Assim, como a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, “a emissora nasceu com a finalidade de proporcionar diversão, cultura e lazer à sociedade cuiabana” (LOPES, 2000, p. 51). Para isso Jersy Jacob procurou a ajuda de amigos como a pianista, desportista e educadora Zulmira Canavarros, Danglars Canavarros, Juvenílio Freitas e Soraida Rueda Jacob, que foram os primeiros a fazer parte da equipe da rádio. Cercada de improvisos e com precárias condições técnicas a “Rádio A Voz do Oeste” levou aos poucos receptores existentes na cidade números de pianos, cantos e orquestra.

Como em todo o Brasil, as rádios, naquela época, transmitiam para uma elite, tocavam músicas clássicas, depois mais tarde

descobriu que o rádio era um veículo de comunicação de massa que oportunizou a propaganda. Então [...] a classe empresarial começou a utilizar o rádio para propagar o seu trabalho, o produto do seu trabalho¹⁶.

A primeira transmissão, em 15 de setembro de 1939, foi recebida pelos cuiabanos com muito entusiasmo, um sucesso para os padrões da época. Representou uma autêntica revolução para a sociedade. Os únicos meios de comunicação na época eram o radioamadorismo e o telégrafo, que também funcionava em precárias condições.

Passada a euforia das primeiras apresentações os dirigentes reuniram-se a fim de melhor organizar a programação da rádio, que, aos poucos, foi sendo estendida nos dias da semana, conquistando, assim, a credibilidade junto ao público ouvinte.

Em 1941 Getúlio Vargas veio a Cuiabá, foi o primeiro presidente a visitar Mato Grosso. A Rádio A Voz do Oeste se empenhou em levar toda a programação da visita presidencial para a população da cidade (ZARRAMELLA, 2000, p. 57).

Em 1943 a emissora possuía uma programação mais estruturada com músicas, utilidade pública, leitura de crônicas do historiador Rubens de Mendonça diariamente, rádio teatro e o programa “Felicitações”, por meio do qual as pessoas ofereciam músicas e mandavam votos de felicidades para parentes, amigos e namorados.

Em 1944 a Rádio A Voz do Oeste conseguiu o seu maior intento: a autorização definitiva do então Ministério da Viação e Obras Públicas para instituir a emissora como pessoa jurídica. Para tanto recebeu, então, o prefixo “PRH 3”, para emissão em ondas médias de 1.160 Kc, com 48 metros e a denominação “Rádio Sociedade A Voz do Oeste”. Ainda nessa década a rádio trouxe para os ouvintes cuiabanos as radionovelas de maior sucesso no país.

Em 1952 a rádio é transferida para Roberto Jacques Brunini que, segundo Carvalho, veio da rádio Mairynk Veiga, do Rio de Janeiro, administrada pela sua família. Ainda, segundo Carvalho, a administração de Brunini foi um marco na história de A Voz do Oeste,

¹⁶ Eugênio Carvalho. Entrevista realizada no dia 09 de novembro de 2007.

Ele revolucionou o rádio aqui, nesta época a rádio nacional do Rio de Janeiro tinha os grandes cantores, atrizes e atores, então ele tinha uma *boite* chamada Jardim Tropical e nos fins de semana ele contratava esses cantores, atrizes e atores do Rio de Janeiro para participarem dessa noitada do fim de semana no Jardim Tropical que ele construíra ao lado da rádio Voz do Oeste¹⁷.

A presença de Brunini na direção da Rádio A Voz do Oeste marca o desenvolvimento do radiojornalismo em Cuiabá e o início do período áureo do rádio mato-grossense. Segundo Adelino Praeiro,

Nós tínhamos o Grande Jornal Falado, feito por nós, das 21 às 6 horas da manhã, nós tínhamos o Matutino H3 que era do prefixo PRH3, com notícias atualizadas, apanhadas à noite, durante a madrugada com serviço de rádio-escuta. Durante o dia nós tínhamos o correspondente Cruzeiro do Sul, às 8h00, às 8h55m, às 16h00 e às 20h25m.

O Jornal Falado entrou no ar em 7 de outubro de 1952, foi inspirado no Grande Jornal Falado Tupi, de Corifeu de Azevedo Marques. Transmitia durante uma hora notícias de caráter internacional, nacional, estadual e local. As informações que vinham de fora chegavam à rádio por intermédio da agência Asa Press, de São Paulo, que alimentava os noticiários nacionais. Os jornais das principais cidades do país não chegavam regularmente à Cuiabá e, por esse motivo, a emissora tinha também um serviço de rádio-escuta. Além do Jornal, Brunini criou os programas de auditório e as campanhas natalinas. Segundo Praeiro¹⁸, nesses programas participaram artistas como Linda Batista, Emilinha Borba, Cauby Peixoto, Nelson Gonçalves, Luiz Gonzaga. “[...] nós trazíamos mensalmente artistas do Rio e São Paulo para Cuiabá”, afirma Praeiro.

A Rádio A Voz do Oeste foi também a “chave de sucesso” para muitos artistas locais. Nas palavras de Carvalho,

Nós tínhamos cantores formados pela própria Voz do Oeste, muitos eram autodidatas. [...] Cantores como Elizete Freire,

¹⁷ Ibidem.

¹⁸ Adelino Praeiro. Entrevista realizada no dia 12 de novembro de 2007.

Jaci Amorim, foram cantar fora de Cuiabá no Rio de Janeiro, esse Juarez Silva que foi o maior deles participou do Programa Papel Carbono de Renato Murci, no Rio de Janeiro¹⁹.

Outro destaque dessa nova administração foi a introdução de uma orquestra, conjunto musical, cantores, radioteatro, departamento comercial e artístico, acompanhando tudo que se fazia nas emissoras associadas, principalmente na Rádio Tupi de São Paulo (FRAGA *apud* LOPES, 2000, p. 59).

No início da década de 1950 surge a primeira crise nas empresas de Brunini, além da emissora ele tinha também outros negócios que não andavam bem. Segundo Carvalho²⁰ os problemas passaram a refletir dentro da rádio, forçando o arrendamento da emissora para o partido político UDN (União Democrática Nacional) e ela se tornou um reduto de defesa de seus correligionários.

A Rádio A Voz do Oeste ainda existe, os filhos de Brunini deram continuidade ao seu legado ampliando seus negócios na área da comunicação. Hoje ela é filiada à rede “Deus é Amor” e sua programação é totalmente evangélica. Atualmente, além da Rádio A Voz do Oeste, o Grupo Brunini de Comunicação é composto por dois canais de TV (Rede Gênese): a TV Ideal-Cuiabá-MT (Canal 47 UHF), e a TV Line-Rondonópolis-MT (Canal 14 UHF); o jornal Vida Urbana-Cuiabá-MT; a Fundação Roberto Jacques Brunini-Cuiabá-MT e por uma empresa de publicidade, a Line Play Publicidades, em Cuiabá.

Todo o percurso da Rádio A Voz do Oeste é muito representativo da história do rádio no Brasil, das várias fases pelas quais passou. A fase do amadorismo, da estruturação com a entrada da publicidade, do apogeu com o espetáculo massivo, da decadência pela entrada em cena da televisão, pela representação de palanques tão comum desde sempre e, na atualidade, pela representação dos púlpitos religiosos. Pode-se dizer que a Rádio Voz do Oeste é uma lenda viva da história do rádio no estado de Mato Grosso, enriquecendo, por que não, a história do rádio no Brasil.

¹⁹ Ibidem.

²⁰ Idem.

2.2 AS RÁDIOS QUE VIERAM DEPOIS DE A VOZ DO OESTE

“Onde estão as nossas emissoras de Rádio? Desapareceram no espaço sideral. Desmoralizaram as autoridades que já houve por aqui neste chão [...] Acabou aquele tempo de respeito a uma das excelentes invenções de Deus que são os ouvidos do ser humano. Falar compreensivelmente, com voz macia, educada, limpa e clara significa hoje, um ser anormal [...] Burro, gritador, mal educado [...] Mas, e os donos dessas rádios? Esse é o ponto importante. Segundo a polícia federal são criminosos. Não respeitam as leis e muito menos o público. Rádios para eles [...] é fonte de um dinheirinho a mais para as roletas de suas/deles vidas”.

Zaviasky (2007, s/p)

Rádio Cultura de Cuiabá

Em 1955 entrou em funcionamento outra rádio AM em Cuiabá, a “Rádio Cultura de Cuiabá”. No início apresentava programas musicais sertanejos, mas, segundo Eugênio Carvalho²¹, a rádio foi fundada com interesses políticos. “Seu objetivo era transmitir os discursos eleitorais de Filinto Müller, após as eleições ela foi fechada”. Algum tempo depois, a Cultura foi arrendada pelo padre Wanir Delfino César e pelo Jornalista Eugênio de Carvalho, voltando a funcionar normalmente.

A Rádio Cultura de Cuiabá permanece no ar até hoje, seu atual proprietário é Klécio Santos, filho de Fauser Santos, um dos pioneiros do rádio em Cuiabá. Santos é também proprietário da Rádio Pioneira de Tangará da Serra e da emissora Cultura FM de Arenópolis.

Com uma programação típica de emissora AM, a rádio apresenta programas bem diversificados: entrevistas, programas jornalístico, policial, esportivo, além de um espaço para a prestação de serviço. Atualmente arrenda um espaço em sua grade para programação evangélica.

²¹ Ibidem.

Rádio Difusora Bom Jesus

Tempos depois, em 13 de agosto de 1959, foi inaugurada a Rádio Difusora Bom Jesus AM. Com potência de dez mil watts, operando na frequência de 630 khz, a emissora é ligada à Igreja Católica e idealizada pelo Arcebispo de Cuiabá, Dom Orlando Chaves. Quando surgiu, segundo Praeiro²², “ela era uma rádio atuante como outra qualquer, tinha a hora da reza deles lá, mas fora isso o resto tudo era normal, faturava, ganhava dinheiro, concorria”. Hoje sua programação é toda voltada com o propósito de evangelizar. Em 1993, Dom Bonifácio Pechinini cedeu a rádio ao movimento carismático da Igreja Católica, passando a ser mantida pelos ouvintes do Clube do Ouvinte Canção Nova.

Rádio Cuiabana Melodias

Na década de 1970 começaram à chegar a Cuiabá as rádios FM's. A “Rádio Cuiabana Melodias”, fundada por Roberto Brunini em parceria com Zied Augusto Coutinho, em 1974, foi a primeira, nessa frequência. Sua primeira transmissão foi em 1978, com uma programação voltada ao público da classe “A”. No início a sua programação era apenas musical, portanto, a única função dos locutores era anunciar e desanunciar as músicas e falar a hora certa (Oliveira, 1999, p. 32). Alguns anos depois, com a chegada de novas FM's à Cuiabá, a emissora adotou um estilo predominantemente jovem, o que perdurou por muito tempo. Segundo Prates,

No início da década de 1990, a rádio se filiou à Rede Transamérica de São Paulo, ficando apenas um ano e quatro meses nesse processo de retransmissão. No final de 1992 a emissora foi arrendada pela Legião da Boa Vontade por nove meses. Em meados de 94, foi vendida para o Comendador João Arcanjo. (PRATES, apud OLIVEIRA, 1999, p. 32).

A partir de 1994 a Rádio Cuiabana FM buscou um posicionamento mais popular, sem classificação por faixa etária, que atingisse um público mais

²² Ibidem.

heterogêneo, com algum poder de compra. Nessa linha acabou ganhando a adesão do público feminino.

Operando com 10 KW de potência, totalmente informatizada, em 1999 essa emissora contava com 25 funcionários, sendo nove locutores-apresentadores, um repórter de rua, sete programadores, dois redatores, além de técnicos e outros funcionários. Mas, em 2003, seu então dono, João Arcanjo Ribeiro, juntamente com vários de seus sócios e administradores foram presos, acusados de comandarem o crime organizado em Mato Grosso. O Grupo JAR²³, depois de ter muitos dos seus bens penhorados pela União, começou a ver os seus negócios arruinarem, fato que refletiu na administração da rádio, que iniciou um processo de demissões, férias forçadas e retirada de programas do ar.

No dia 10 de novembro de 2006, quando um programa esportivo iria ao ar, foi determinada à coordenação da rádio que colocasse em seu lugar uma variada programação musical: música sertaneja na sexta-feira, forró no sábado e pagode e samba no domingo, exatamente no horário em que a equipe de esportes estava programada para transmitir o primeiro jogo da final da Copa Governador, entre Vila Aurora e Cacerense, realizado em Rondonópolis. Isso aconteceu porque o patrocinador do programa já não fazia o pagamento há oito meses (ROBERTO, 2006, s/p).

A rádio Cuiabana Melodias, hoje Cuiabana FM, ainda assim continua no ar, pois sua outorga não está no nome de João Arcanjo Ribeiro nem de pessoas ligadas ao seu grupo.

Rádio Cidade

Em 1978 foi implantada em Cuiabá uma outra emissora, a Rádio Cidade FM, de propriedade de Domingos Sávio Brandão de Lima Junior, dono do Grupo Sávio Brandão de Comunicação²⁴, que integra, além do Jornal Folha do Estado, empresas de segurança e construção civil. Com 10 KW de potência, sua programação é voltada para o público jovem, de grande potencial de

²³ JAR é o nome do grupo empresarial de João Arcanjo Ribeiro.

²⁴ Sávio Brandão foi morto em setembro de 2002 em consequência das várias matérias que publicou em seu jornal, Folha do Estado, denunciando o crime organizado em Mato Grosso, chefiado por João Arcanjo Ribeiro. <http://www.midianews.com.br>

consumo, com muitos *hits*, *dance music*, *rock*, *reggae*, *pop* e MPB. De domingo a sábado, na programação da manhã e da noite, os locutores lêem as principais notícias da edição do Jornal Folha do Estado.

Rádio Atividade

Com cinco Kw de potência, a Rádio Atividade, pertencente ao Grupo Gazeta de Comunicação, que tem como um de seus proprietários João Dorileo Leal. Fundada em agosto de 1985, opera na frequência 101,9 Mz. Quando da sua implantação adotou um estilo predominantemente jovem. No ano de 1992 mudou para uma programação segmentada, direcionada ao público adulto, considerado classe “A” e “B”, com música clássica instrumental, MPB, jazz, entre outros. Em 1996 a emissora apresentava uma programação mais diversificada, interativa e popular. Em 1998 passou a transmitir, via satélite, direto de São Paulo, a programação Gospel da Rede Aleluia, de Edir Macedo.

Rádio Antena FM

A Rádio Antena FM foi fundada em dezembro de 1989, com frequência de 93.3 Mhz e com 10 KW de potência. Foi a primeira rádio de Várzea Grande e pertence ao Grupo Futurista de Comunicação. De propriedade do ex-senador do PFL de Mato Grosso, Júlio Campos, o grupo é composto pela Televisão Brasil Oeste - Rede Bandeirantes; TV Rondon – Rede TV, Rádio Industrial e Rádio Antena FM. Pertencia também ao grupo o jornal O Estado de Mato Grosso, fechado em 31 de março de 1996. A esse respeito, segundo o site de O Estado de Mato Grosso, o jornal comunicou aos seus leitores e anunciantes que o motivo da interrupção de sua circulação, a partir de 1º de abril, devia-se a necessidade de reformulação gráfico-editorial, nos termos explicitados abaixo:

Defendemos a liberdade de expressão e cremos na força da imprensa livre, como instrumento da democracia e da ascensão social do homem. Nós impomos a tarefa de modernização em um processo que é o caminho natural da grande imprensa nacional (www.oestadodemt.com.br).

Mas o motivo real do fechamento foi o corte no repasse de verbas publicitárias, pelo governo do estado de Mato Grosso, fato que gerou uma crise financeira no jornal.

Quando o governador Dante de Oliveira assumiu o governo em 1995, houve um corte de publicidade estadual. Seus assessores, secretários de Estado e auxiliares fizeram uma pressão política muito grande para que os empresários clientes do jornal não fizessem mais divulgação nas páginas do veículo (www.oestadodemt.com.br).

O fechamento do Jornal *O Estado de Mato Grosso*, neste caso, ilustra bem a passagem do poder do grupo político ligado majoritariamente ao antigo PFL para outro grupo, desta feita, ligado ao PSDB, em Mato Grosso. Demonstra, especialmente, o uso da máquina pública em benefício de grupos políticos.

Até 2005 a Rádio Antena FM era classificada como uma rádio popular, sua programação era direcionada para o público jovem e adulto entre 18 e 50 anos. A partir de 2005 ela se tornou afiliada da Jovem Pan 2 de Cuiabá, rádio que opera em 93.3 MHz.

Mantendo uma grande audiência na região, a Jovem Pan 2 se consolidou entre os jovens e o mercado regional mato-grossense, mas, por enquanto, a emissora não tem programação local. Em Cuiabá a Jovem Pan 2 concorre diretamente com a Cidade FM, que opera na frequência de 94.3 MHz. A rede paulista já teve uma passagem pelo dial da capital de Mato Grosso no fim da década de 90, justamente na frequência de sua atual concorrente, em 94.3 MHz.

Rádio Gazeta FM

Em 1991, da antiga Rádio Vila Real surge a Gazeta FM, pertencente ao grupo Gazeta de Comunicação, hoje o maior grupo de comunicação do estado de Mato Grosso. Esse grupo tem sido apontado constantemente pela mídia por favorecer as campanhas eleitorais de “amigos”, em sua maioria, filiados ao PSDB. Sobre o assunto, vejamos o que nos diz a Revista *Isto É on-line*, em seu editorial de política, de 26 de agosto de 1998:

Hoje, o governador de Mato Grosso, depois de ter sido prefeito e ministro, o tucano Dante de Oliveira segue cultivando a imagem de administrador moderno. Guarda, contudo, um ranço peculiar aos políticos tradicionais: o excessivo apego aos amigos, cultivado com dinheiro público. Candidato à reeleição, Dante tem uma das campanhas mais caras do País e seu governo, um dos maiores orçamentos de publicidade. Dinheiro, curiosamente, concentrado nas mãos de um conjunto de empresas comandado por amigos do governador. [...] Despertando a curiosidade dos técnicos do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE), todos os caminhos da estratégia de comunicação parecem levar ao grupo, onde um dos donos é o publicitário João Dorileo Leal. Privilegiado pela maior fatia dos recursos, coincidentemente também é desse celeiro que saíram três dos quatro secretários de Comunicação do Estado (<http://www.terra.com.br/istoe/politica/150830.htm>).

Com emissora de TV, rádios, jornal, instituto de pesquisa, portal virtual e 10 KW de potência, o poder do Grupo Gazeta em Mato Grosso é imenso. Seu poderio também se reflete em suas rádios. No caso da Rádio Gazeta FM, no segmento popular, ela é uma das rádios mais ouvidas em Cuiabá. A emissora é direcionada ao público jovem. O jornalismo da emissora restringe aos boletins informativos inseridos durante a programação cuja origem é o Jornal A Gazeta, de propriedade do mesmo grupo.

Líder de uma rede de rádios no Estado, com retransmissoras nas cidades de Barra do Garças (967.1 FM), Alta Floresta (95.5 FM) e Poxoréu (90.9 FM), atualmente, disputa a audiência jovem ponto a ponto com a Band FM.

Hoje, tanto a Gazeta quanto a Band FM, dividem o dial com outras emissoras FM's, sendo algumas evangélicas e duas emissoras destinadas ao público jovem (Cidade FM 94.3 e Jovem Pan 2 FM 93.3).

Rádio Club FM

Com potência de 10 KW e operando no prefixo 89,5 MHz, em maio de 1990, o Grupo Zahran de Comunicação, concessionário da TV Centro América, afiliada da Rede Globo de Televisão em Mato Grosso, colocou no ar a Rádio Club FM. Baseada na necessidade de uma rádio Classe "A", o veículo que funcionava dentro da emissora entrou no ar com programas jornalísticos, muita MPB, música clássica e bossa nova.

Em 1999, o Grupo Zahran, **vendeu** (grifo nosso) a rádio Club FM, ao "Comendador" João Arcanjo Ribeiro, dono da Rádio Cuiabana FM. Após o "homem" forte do crime organizado de Mato Grosso, adquirir as ações da emissora, a rádio foi transferida para o bairro Boa Esperança, em Cuiabá. Toda a transação foi feita nas barbas do Ministério das Comunicações (www.odocumento.com.br)

A emissora que é destinada a um público mais seletivo, em poder do novo "dono", continuou muito bem estruturada e com uma programação bastante variada, com jornalismo, entrevistas, prestação de serviço, enquetes etc. Mas, depois que veio a público a comprovação de compra e venda da rádio, em 14 de dezembro de 2002 a redação do jornal *on-line O Documento* publicou uma nota dizendo que havia consultado várias juristas de Mato Grosso sobre o possível desfecho que o Ministério das Comunicações daria ao caso. Vejamos o que disse um juiz que não quis se identificar por medo de represálias:

Se a venda tivesse ocorrido para uma pessoa íntegra, idônea e limpa, tudo bem. Agora o que fica difícil é essa situação. O comprador da rádio é procurado pela Justiça em 181 países. O Ministério das Comunicações, no mínimo, deve uma resposta à sociedade (www.odocumento.com.br).

Em agosto de 2003 a rádio Club teve sua outorga revogada pelo Ministério das Comunicações em atenção à solicitação do Ministério Público Federal, que alegou "falta de idoneidade do proprietário". No dia 17 de junho de 2004, a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) entrou com pedido na Justiça Federal de Mato Grosso para ser nomeada fiel depositária da emissora e, em outubro do mesmo ano, o juiz federal, Julier Sebastião, autorizou a universidade a utilizar os equipamentos da emissora em questão.

No dia 1º de março de 2005, o Supervisor de Rádio da UFMT, Nivaldo Queiroz, enviou um pedido de parecer ao Procurador-Chefe da Procuradoria Federal/UFMT, Osvalmir Pinto, indagando como UFMT, na condição de fiel depositária da rádio Club, poderia atuar na direção desse veículo de comunicação. Em seu parecer, entre muitas outras restrições, o procurador esclarece:

O Reitor da UFMT, na qualidade de fiel depositário, não poderá promover nenhuma alteração sem prévia autorização da justiça, valendo também para o nome fantasia da emissora. [...] A administração financeira da Rádio Club FM pela UFMT é relativa [...], pois não se pode esquecer que o Reitor da UFMT não detém a disponibilidade jurídica da coisa, administra um patrimônio que não pertence à UFMT (PARECER n. 11/AGU/PF-UFMT).

Sendo assim, segundo Nivaldo Queiroz, a UFMT achou melhor desistir de constituir-se como fiel depositária da Rádio Club, “a instituição preferiu entrar no Ministério das Comunicações com o pedido de uma outorga de rádio educativa” ²⁵.

No dia 14 de julho de 2005, a TV Centro América de Cuiabá anunciou, no jornal “Bom dia Mato Grosso”, que a Justiça Federal havia nomeado um administrador para cuidar do patrimônio de João Arcanjo, preso no Uruguai. Pouco antes, o TRF da 1ª Região já havia determinado a devolução de seus bens. Nesse caso, a UFMT teria de proceder a devolução dos equipamentos da emissora, mas a Universidade já não tinha mais interesse em sua disponibilização. Atualmente a emissora está novamente no ar.

Rádio Transamérica FM

A Rádio Transamérica de Cuiabá pertence ao Grupo Cidade Verde de Comunicação, presidido por Luiz Carlos Beccare, dono da TV Cidade Verde. Além dessas emissoras o grupo engloba a TV Gazeta canal 19 e a MTV Cuiabá, em Cuiabá; a TV Cidade Verde Rondonópolis (RTV Mista); a TV Cidade Verde Tangará (RTV Mista); A TV Cidade Verde Sapezal (RTV Mista) e a TV Cidade Verde Primavera do Leste (RTV Mista).

A Rádio Transamérica FM é afiliada da rede Transamérica de São Paulo, pertencente ao Grupo SBT de Comunicação. Entrou em funcionamento em 1999, na frequência 101,1 MZ, com 10 KW de potência. Destinada ao público jovem, essa emissora opera somente com a retransmissão da programação feita em São Paulo, baseada em esportes e músicas de ritmos *pop*, *hits* e *light*.

²⁵ Nivaldo Queiroz. Entrevista realizada no dia 12 de dezembro de 2007.

Rádio Educativa Evangélica O Nazareno

Situada na Avenida Rubens de Mendonça nº 3.500, funcionando dentro do Grande Templo da Assembléia de Deus, a mais recente rádio FM de Cuiabá entrou no ar no dia 14 de setembro de 2002, na frequência 107.9 e com 1 Kw de potência. Cunhada entre os devotos da igreja como “A emissora do povo de Deus”, sua programação é constituída praticamente por programas religiosos e alguns programas educativos, nos quais são abordadas questões de saúde, meio ambiente e utilidade pública. Segundo Givanildo Fernandes, operador de áudio da rádio, toda a programação da emissora é realizada por pessoas ligadas à Igreja Assembléia de Deus²⁶. Na avaliação de Manuel Genuário Proença²⁷, a emissora não tem fins lucrativos e ressalta que ela não é uma empresa:

Todos vêem que a Rádio Educativa e Evangélica O Nazareno não é uma indústria, uma razão social, é sim um veículo de boas obras, cujos artífices trabalham em prol das coisas boas que existem, virtudes estas temperadas pela prudência, pela justiça, por tudo aquilo que seja de mais útil na vida de todos indistintamente.

Entretanto, essa informação se contradiz com outra informação colhida no *site* da emissora (www.nazarenofm.com.br/), em que a rádio tenta persuadir seus possíveis anunciantes. Vejamos:

Anunciar na Nazareno é uma excelente opção para você divulgar seu negócio, valorizar sua marca e aumentar suas vendas. [...] A rádio Nazareno atinge cerca de 200 km de alcance, abrangendo toda região de Cuiabá, Várzea Grande e interior de Mato Grosso. [...] Contamos atualmente com um público alvo acima de 80.000 ouvintes. [...] Você estará anunciando seu produto e alcançando um público fiel de consumidores que só a Rádio Nazareno tem.

A Rádio Educativa Evangélica “O Nazareno” tem apenas cinco anos de existência no dial, mas já é a segunda em audiência em Cuiabá. Essa audiência se deve, fundamentalmente, ao aumento substantivo de igrejas

²⁶ Informação concedida, por telefone, às 21h37m, no dia 10 de dezembro de 2007.

²⁷ Manuel Genuário Proença. Mensagem pessoal recebida por rubermaria@terra.com.br > em 14 de setembro de 2007.

evangélicas em todo o estado de Mato Grosso, especialmente em Cuiabá. Segundo o pastor Rubens Siro de Souza (www.diariodecuiaba.com.br), vice-presidente da Igreja Assembléia de Deus, em Mato Grosso cerca de 10 igrejas são abertas em Cuiabá por ano. Em cada novo bairro que surge na cidade a Igreja coloca um templo.

No dia em que a Rádio Educativa Evangélica “O Nazareno” festejou o seu 5º Ano, dizia Proença em texto lido na programação da emissora:

Louvamos ao Senhor Jesus pelos nossos diretores, os que foram, os que são, aos nossos Pastores, nosso povo, nossa gente, nossos amados e diletos ouvintes e também os (sic) apresentadores (as) nossos missionários, e de maneira especial, agradecemos aos senhores governantes em suas respectivas instâncias, agradecimentos extensivos aos nossos cooperadores (as) do apoio cultural, os de ontem, os de hoje, os que virão amanhã. E (sic) concluindo lemos: 1º Co. 3.6 (sic) ‘Eu plantei Apolo regou; (sic) mas Deus deu o crescimento’ (www.nazarenofm.com.br/).

2.3 A INTEGRAÇÃO DE MATO GROSSO PELAS ONDAS DO RÁDIO

“Especificamente no caso de Mato Grosso, o terceiro maior Estado do país em extensão territorial, e marcado por grandes distâncias entre os núcleos urbanos, o meio rádio, no início da década de 80, foi compreendido como fundamental no processo de integração regional”.

Zaramella (2000, p. 75)

Antes da divisão do estado de Mato Grosso, as suas duas primeiras rádios localizavam-se no interior, ao sul do estado, nas cidades de Corumbá e Campo Grande. Só depois é que se instalou em Cuiabá a “Rádio Sociedade de Cuiabá”, montada por Deodato em 1934. Segundo Onofre Ribeiro, depois da divisão do estado, em 1977,

[...] nós tínhamos no interior, em Rondonópolis, uma rádio chamada Branife, em onda tropical. Esta rádio não falava só com Rondonópolis, ela falava com o mundo, as ondas tropicais são muito potentes (elas vão à estratosfera). Bem, por ser

irregular, ela foi cassada e depois no lugar dela surgiu a Rádio Tropical²⁸.

Nessa época, não só o estado de Mato Grosso, mas toda a Amazônia Legal era coberta pela Rádio Nacional da Amazônia, com 200 KW de potência e a antena virada para a Amazônia. Era usada pelo Governo Federal para dar apoio à chamada integração da Amazônia, projeto que resultou na colonização de Mato Grosso e do Norte do país, a partir dos anos 1970. Essa política justificada por intermédio do lema “integrar para não entregar”, segundo Delamônica (1997, p. 10), ao discorrer sobre o crescimento populacional desordenado na cidade de Cuiabá a partir de 1970, em verdade, é decorrente da política desenvolvimentista articulada pelo Governo Federal, no ano de 1960, por meio da articulação com a expansão do capitalismo hegemônico.

Nesse contexto, a Rádio Nacional da Amazônia tinha como finalidade ser um canal de ligação entre as pessoas, assegurando, assim a permanência delas nas regiões de ocupação. Mas, segundo Onofre Ribeiro, apesar da sua importância, ela não cumpriu muito bem o seu papel:

A rádio nacional dava muito recado, informação, enfim ela era uma rádio com a finalidade de fixar (na Amazônia) essas pessoas. Mas, ela, apesar da sua importância, não tinha tanta interatividade com as pessoas, não havia telefone naquela época, então as pessoas mandavam cartas. Quantos não podiam mandar cartas? Moravam numa gleba lá no fim do mundo, não mandavam cartas nunca, então ela cumpriu relativamente o seu papel de integração entre essas pessoas²⁹.

Ao perceber essa lacuna deixada pela Rádio Nacional da Amazônia, os colonizadores de Alta Floresta, Sinop, Cáceres e Barra do Garças começaram a criar, respectivamente em seus municípios, as rádios Progresso, Difusora AM de Cáceres, Ariuanã e Celeste.

O discurso é de que essas rádios surgiram para dar apoio ao esquema de colonização desses municípios e preencher o espaço da interatividade local que a Rádio Nacional da Amazônia não dava conta. Numa análise mais crítica, podemos inferir que se o processo de ocupação visava a expansão capitalista, conseguir manter nesses municípios as pessoas vindas de outros estados da federação era uma forma de garantir mercados para os negócios dos que

²⁸ Onofre Ribeiro. Entrevista realizada no dia 05 de dezembro de 2007.

²⁹ Ibidem.

montaram empreendimentos comerciais nesses locais. Mas, também, é obvio que essas pessoas estavam isoladas devido à falta de infra-estrutura nesses municípios.

Havia nessas localidades muita gente vinda do sul – região muito bem estruturada – para tentar a sorte em uma região que não tinha nenhuma infra-estrutura e, por conta disso, praticamente não mantinha ligação com outras regiões do país. Nessa época, não havia nem posto telefônico nas cidades do interior. As pessoas que queriam falar com suas famílias, fora do estado, tinham de percorrer, em estradas de chão, trechos de até mais de 500 quilômetros e, depois, ficar horas na fila da TELEMAT, em Cuiabá. Segundo Ribeiro³⁰, “a solidão era enorme e o rádio tinha o papel de matar a solidão”.

De início essas rádios aproveitavam velhos radialistas, já aposentados, vindos do Sul, ou colocavam como locutores até mesmo pessoas que não tinham nenhum conhecimento na área. Mesmo assim,

[...] a sala de espera parecia fila do SUS, cheia de gente querendo dar recado, receber recado, reclamar, as pessoas tinham a sensação de que se eles conseguissem falar no rádio conseguiriam falar com o sul, com o seu pessoal, a rádio tinha um papel psicanalítico!³¹

Os programas gauchescos, de músicas tradicionais eram unanimidade nas cidades colonizadas pelos sulistas. Conforme nos relata Ribeiro, todas essas iniciativas de criação de rádios no interior, durante a ocupação de Mato Grosso nos anos 70, foi uma iniciativa eminentemente do colonizador para ocupar um espaço social vazio, senão o colono não ficava.

Para não dizer que o governo nunca se interessou, no final dos anos de 1970 e início de 1980, o governo montou três rádios em Mato Grosso para quebrar essa solidão, ele colocou uma estação de rádio FM em Alta Floresta, uma em Sinop e outra em São Félix do Araguaia. Estas rádios pertenciam a Radiobrás, recebiam pelo correio as fitas e tinham o esquema do satélite que apresentavam a programação razoavelmente bem, tinham programação local e nacional³².

³⁰ Ibidem.

³¹ Onofre Ribeiro. Ibidem

³² Idem.

Deste modo, a partir das primeiras experiências, muitas outras rádios foram surgindo, principalmente nos municípios de Mato Grosso, por intermédio de iniciativas do próprio colonizador interessado, como já ressaltamos no início deste texto, em manter radicados nas novas localidades aquelas pessoas vindas de outros estados do país. A maioria dos colonos, atraídos pela abundância de terras baratas e férteis, foi formando novos povoados, mais tarde levados à condição de novos municípios, com uma população cada vez maior, demandando, em vários setores, serviços de toda ordem. Empresários, muitos dos quais falidos em outros estados, montavam com grande sucesso empreendimentos novos em Mato Grosso.

À medida que a ocupação do estado ia se consolidando, começaram a ser instaladas outras emissoras AM, especialmente nas novas áreas de colonização. Nesse período, a maioria das rádios operava com transmissores de 1 Kw (só os colonizadores com mais força política conseguiam montar uma rádio com 10 Kw). Essa potência era muito pequena para cobrir as grandes distâncias que separavam um povoamento de outro. O Plano de Integração Nacional não estava preparado para lidar com a ocupação da Amazônia. Na época, o Dentel achava que o critério usado para São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul valia para Mato Grosso, “não entendia que aqui quinhentos quilômetros não eram nada e que não existia nada no meio, então tinha que ter rádios com muita potência” ³³.

É importante ressaltar que, apesar de todo esse esforço de integração dos colonos na região, por meio do rádio, até o final da década de 1980, Cuiabá não se comunicava com o interior do estado e nem os municípios comunicavam-se entre si pelo rádio. Nessa década era mais fácil as pessoas do interior do estado tomarem conhecimento do que acontecia fora dele, através da antena parabólica, do que ter acesso aos acontecimentos dentro de Mato Grosso propriamente. Como já ressaltamos anteriormente, a integração feita pelos colonos era local, dentro do próprio município onde residiam.

Assim, verificamos que a integração foi sendo feita por etapas. Em um primeiro momento com a ajuda da Rádio Nacional da Amazônia, a programação e a comunicação, via rádio, não permitiam que os colonos se

³³ Onofre Ribeiro. Ibidem.

sentissem isolados. Por intermédio das rádios locais tinha-se a intenção de vivificar a cultura do colono como uma forma de diminuir o seu sentimento de estranhamento no novo espaço. Mas esse colono agora pertencia a uma outra unidade da federação, interessava para ele além de receber informações das outras regiões fazer suas necessidades chegarem até o centro político, neste caso, Cuiabá. Esses novos municípios eram carentes de políticas públicas e nessa época, as únicas informações que se tinha da capital eram de fontes oficiais do governo por intermédio da Secretaria de Comunicação do estado (SECOM). Sendo assim, compreendendo que havia uma nova demanda, o jornalista Onofre Ribeiro, depois de percorrer todo o estado de Mato Grosso, montou em Cuiabá um estúdio de rádio chamado “Sistema 2000 de Rádio”, a fim de contribuir com a terceira etapa de integração. O Sistema 2000 funcionava, segundo ele, da seguinte forma:

Eu sugeri a eles (concessionários de rádios nos municípios) que montassem um jornal diário e mandasse para cada radiojornal (de outros municípios). [...] Nós produzimos (em Cuiabá) um jornal de uma hora. O nosso sistema era conectado na Embratel por linha telefônica, era a chamada LT, linha privada. Na época, era o sistema mais moderno de telefonia. A Embratel tinha um sistema chamado multiplex e ela jogava todas as informações que produzíamos na central telefônica de cada rádio que nós tínhamos pedido então, a informação ia do estúdio para o escritório da Telemat, da Telemat ia para a Embratel, da Embratel, pelo multiplex, ia até aquelas torres. Naquela época não tinha satélite, ia de torre em torre até chegar no município, do município chegava a rádio pelo telefone. Da Telemat até o município era outra linha, outra LP e nós pagávamos o uso da linha e do multiplex, eram linhas, através das quais, as rádios faziam transmissões diretas, transmitiam futebol, tudo era linha física ³⁴.

No estúdio era produzido um jornal diariamente que se chamava “Mato Grosso Ponta a Ponta”, transmitido para 28 municípios. O jornal tinha duração de uma hora, com seis intervalos comerciais, dos quais três eram do estúdio e três eram das rádios interioranas. As rádios do interior mandavam as suas informações para o estúdio por telefone, este as jogava na rede que retransmitiam para todas as 28 rádios afiliadas ao Sistema 2000 de Rádio.

³⁴ Ibidem.

O Sistema 2000 de Rádio durou apenas três anos, conforme relato do comunicador:

No final dos três anos, nós começamos a sofrer pressões para fazermos opção político-partidária, nós não aceitamos e por nós não termos aceito começaram as pressões políticas mesmo! O governo Jaime Campos [...] nos extinguiu, assim como quem mata tico-tico com espingarda de matar elefante, por questões políticas. O governo era um dos nossos anunciantes, era um grande anunciante, mas não era o único, nós nos mantínhamos perfeitamente bem, tínhamos bons contatos no interior, tínhamos anunciantes de fora, aí o governo nos pediu para fazer uma hora a mais de programa para ele, ele entendeu que precisava chegar no interior, nós negociamos muito isso, valores, pagamento porque nós teríamos que aumentar nossa estrutura, a Embratel era caríssima! Se o pagamento vencesse à 1h00 e você não pagasse até naquele exato momento, a 1h1m ela cortava a emissão. [...] Então, o governo havia nos contratado para uma hora a mais, isso foi de caso pensado, no primeiro mês não pagou [...] e aí vieram o segundo e o terceiro mês, fomos procurá-lo e ele nos disse: 'não eu não vou pagar, provam que eu devo alguma coisa a vocês'. Aí fazer o que? Nós não tínhamos nenhum contrato. [...] ele havia feito isso de caso pensado para nos quebrar. [...] enfim, no quinto mês nós quebramos, a Embratel nos cortou, nós enviamos um ofício para cada rádio comunicando o fim e o porquê de nossa saída do ar. Ai foi uma choradeira danada.³⁵

Segundo o jornalista Jurandir Francisco³⁶, quando o governo contratou o Sistema 2000 de Rádio ele não estava interessado só em levar informação do estado para o interior. Sua intenção primeira era tentar neutralizar as informações que o veículo dava de outros partidos que também tinha contratos com a rádio. Mas, posterior a esse primeiro momento, em 1992, Dante de Oliveira (PDT) foi eleito Prefeito de Cuiabá e sua administração estava sendo consideração inovadora com a “abertura” das portas da prefeitura para as associações de moradores de bairros e para outros movimentos sociais. Além disso, Dante já gozava de grande prestígio no cenário nacional. Autor da emenda que previu eleições diretas para presidente da república e ex-ministro da Reforma Agrária no governo de José Sarney, seu nome vinha sendo cogitado largamente como sucessor do então governador Jaime Campos em Mato Grosso. Do outro lado, Campos vinha sofrendo um grande desgaste político com os atrasos nas folhas de pagamentos dos servidores públicos e

³⁵ Ibidem.

³⁶ Jurandir Antonio Francisco. Entrevista realizada no dia 4 de dezembro de 2007.

por ter sido coordenador da campanha à presidente de Fernando Collor³⁷. Diante desse quadro, podemos concluir que, neste momento, mais do que neutralizar a fala de seus opositores políticos, era preciso que o Sistema 2000 de Rádio fosse um porta-voz exclusivo do seu governo. Não fosse assim, era preferível aniquilar o Sistema 2000 de Rádio. Agindo dessa forma, dificultava que as informações da oposição chegassem ao interior. Ademais, a família Campos tinha veículos de comunicação em vários municípios do estado, seu contrato com essa rádio era apenas uma maneira dela não falar mal do seu governo e, somado a isso, ele tinha a vantagem de estar com a máquina administrativa do estado nas mãos. Nesta época, por meio da Secretaria de Comunicação do Estado (SECOM), o governo tinha contratos com várias emissoras de rádio do interior. As informações eram transmitidas via telefone.

Com o fim do Sistema 2000 de Rádio em 1993, as rádios do interior tiveram que esperar mais algum tempo para voltar a se comunicar com a capital. Isso volta a acontecer a partir da entrada de um novo paradigma comunicacional: a internet.

A expansão da Internet a partir da segunda metade da década de 1990 modificou muito a emissão e recepção da notícia. Aquelas rádios do interior de Mato Grosso que, antes, contavam apenas com o Sistema 2000 de Rádio para enviar e receber informações de todo o estado de Mato Grosso puderam, a partir dessa “nova onda”, contar com um instrumento a mais para o rádio. Hoje, a maioria das rádios está com sua programação *on-line*. Isso possibilitou a entrada no mercado de mais empresas de comunicação, a fim de intermediar as informações da capital com as rádios do interior. A vantagem, com a entrada de mais rádios no cenário, foi que todos que precisassem se utilizar desse meio não ficasse refém apenas de uma empresa de comunicação. Além disso, com o tempo, o próprio governo passou a gerar as informações de seu interesse por meio do próprio site. Hoje, a SECOM tem uma relação com nome, endereço e site de todas as rádios de Mato Grosso, enviando diariamente, por Web Rádio, notícias do governo para as rádios com as quais

³⁷ Fernando Collor foi eleito presidente do Brasil em 1990 e sofreu processo de impeachment em 1992 por corrupção no seu governo.

tem contrato, ou seja, para a maioria delas³⁸. Com essa informação podemos aqui chegar a uma outra conclusão: a “verba de zelo”³⁹ continua existindo, apesar de os políticos dizerem que não. Mesmo o governo pagando hoje por inserção, as empresas de rádio que firmam compromisso com o governo, mesmo não estando a serviço exclusivo do estado não contrariam a política empreendida por ele.

Em muitos casos nem é necessário dispor desses veículos ligados aos grupos empresariais, uma vez que as rádios no estado estão predominantemente sob o controle dos próprios políticos. Cabe lembrar que até o começo da década de 1990 as emissoras de rádios pertenciam aos empresários⁴⁰, depois da transição do Governo Sarney muitas rádios foram distribuídas aos políticos. “Antes do governo Sarney existiam em Mato Grosso 28 emissoras de rádio, no seu governo este número subiu para 56 rádios”⁴¹.

2.4 O RÁDIO EM MATO GROSSO NA ATUALIDADE

“Eu sinto hoje no fundo da minha alma o que fazem com o rádio em Cuiabá [...] Tem noticiário? Não tem! Os locutores pegam vários jornais da cidade, entram para o estúdio e vão lê-los. [...] Já cansei de procurar o que seria menos ruim e não encontrei”.

Praeiro (2007, S/P)

O rádio no Brasil, em sua fase mais duradoura, ou seja, a fase dos palanques tem ajudado muitos políticos se elegerem e se manterem no poder. Além de Getúlio Vargas, outros políticos brasileiros valeram-se do rádio com esses objetivos. Leonel Brizola, quando era prefeito de Porto Alegre (eleito em 1955), ocupava o rádio semanalmente para prestar contas de sua administração à frente do município. Foi através do rádio, em 1961, que ele,

³⁸ Esta informação é da própria autora desta dissertação que trabalhou no setor de rádio da SECOM entre 1991 e 1993.

³⁹ “Verba de zelo” é o nome dado em todo o país à manutenção de veículos de comunicação através de verbas públicas. Depois de muitos ataques, os governantes afirmam que esta prática não existe mais, mas persistem as acusações de que ela continua sendo exercida por meio de outros artifícios.

⁴⁰ Isso não quer dizer que essas emissoras não eram utilizadas pelos políticos, desde o início, como já comentamos, apenas naquela época elas pertenciam a empresas comerciais, mas estas tinham ligações com afiliações partidárias.

⁴¹ Onofre Ribeiro. Ibidem.

quando governador do Rio Grande do Sul, criou a “Rede da Legalidade”, uma campanha pela posse de João Goulart, após a renúncia de Jânio Quadros. Orestes Quércia, quando era governador de São Paulo, criou o “Bom dia, Governador”, nesse programa falava sobre a sua administração, três vezes por semana. Uma das primeiras iniciativas do presidente Sarney, ao assumir o seu governo, foi falar aos brasileiros através do rádio, todas as sextas-feiras, às 6h no programa “Conversa ao pé do Rádio”.

No compasso desses exemplos, vários políticos de Mato Grosso se valeram e ainda se valem do poder do rádio. Muitos iniciaram suas carreiras como locutores e se elegeram, posteriormente, para cargos legislativos e executivos no estado. Alguns, inclusive, foram campeões de votos.

Em sua despedida do mandato de governador de Mato Grosso, Júlio Campos fez o seguinte desabafo: “Foi um dos maiores erros do meu governo não ter sabido utilizar o rádio. Fiquei preso à escravidão da televisão e perdi todo o meu tempo” ⁴².

Atualmente vários políticos de Mato Grosso possuem emissoras de rádio no interior do estado. Segundo o jornalista Jurandir Francisco, sub-secretário de Comunicação de Mato Grosso no período de 1995-1996,

[...] os políticos, na capital, geralmente não têm força, eles preferem comprar rádios no interior do estado para fazer campanhas políticas onde eles já dominam. [...] É claro que, por causa da legislação, eles tentam camuflar isso ao máximo. Os mais conhecidos (políticos que tem várias emissoras de rádio) são: [...] o ex-governador e deputado Osvaldo Sobrinho (PTB), que tem várias rádios na região norte e também algumas na região de Sinop; o deputado José Riva (PP) que também tem rádios na região norte e o vice-governador atual, Sinval Barbosa (PMDB), que tem uma grande quantidade de rádios no nortão e nas cidades de Diamantino e Paranatinga⁴³.

Mas antes desse predomínio de emissoras de rádios nas mãos dos políticos, segundo Jurandir, a maioria das rádios de Mato Grosso sobreviviam à custa do governo:

A gente até dizia que essas emissoras faziam jornalismo do tipo chapa branca, tinham que atender às vontades e aos

⁴² Revista Contato, 30 de maio de 1986, a. V, n. 59, p. 4.

⁴³ Ibidem.

interesses do governo, pois era este que praticamente mantinha com pagamento de verbas essas rádios ⁴⁴.

Hoje, segundo Roberto Amador ⁴⁵, a relação do Governo com as emissoras de rádio mudou um pouco. Antes, as emissoras ficavam dependendo do Governo como única fonte de renda e manutenção, hoje, ele paga por inserção publicitária. Mas “é claro que o governo tem ainda contratos com essas emissoras” ⁴⁶, no caso, com as que não são dele.

No dia 13 de junho de 2007, o *site* da Secretária de Estado de Infraestrutura publicou uma matéria com a seguinte manchete: “Secom (Secretaria de Comunicação do Estado de Mato Grosso) valoriza Rádios de Mato Grosso”. No desenvolvimento do texto, observa-se que a intenção da referida secretaria, naquele momento, era estreitar suas relações com as emissoras de rádio de todo o estado, além de valorizar o papel social e político deste veículo de comunicação, conforme pode-se inferir no trecho abaixo:

Com este intuito, a Secretaria de Comunicação do Estado iniciou uma série de reuniões com empresários do setor. [...] O secretário reconhece que o rádio, como veículo de comunicação, tem um papel importante no processo de desenvolvimento e divulgação das ações governamentais e outras. ‘O Estado tem uma grande dimensão territorial e isso dificulta a interlocução com todas as emissoras. É necessário esse tipo de encontro e vamos nos empenhar para que o contato seja mais freqüente’, afirmou José Carlos Dias. (www.sinfra.mt.gov.br).

Atualmente, existem em Mato Grosso 123 emissoras de rádio, incluindo as rádios AM's, rádios FM's e rádios comunitárias ⁴⁷. A maioria delas faz parte de grupos empresariais de comunicação, ou pertencem – como é o caso de muitas rádios no interior – a políticos. Nesse cenário vêm também se destacando as emissoras religiosas.

A maioria das emissoras comerciais de Cuiabá arrenda espaços para grupos religiosos de diferentes igrejas, em algumas delas todos os espaços estão ocupados por programas de cunho religioso. Para Oliveira,

⁴⁴ Ibidem.

⁴⁵ José Roberto Amador. Entrevista realizada, por telefone, às 14h16m, no dia 14 de fev. 2008.

⁴⁶ Idem.

⁴⁷ Maria Góes. Entrevista realizada no dia 2 de outubro de 2007.

As igrejas vêm no rádio um meio de chegar aos pontos mais distantes, conseguindo, assim, levar sua mensagem de evangelização as comunidades pantaneiras, ribeirinhas e locais de difícil acesso. [...] Para as emissoras de rádio, o motivo é econômico, visto que as igrejas compram o pacote fechado e inclusive, trazem a sua equipe de trabalho, o lucro é garantido (OLIVEIRA, 1999, p. 23-24).

A programação radiofônica em Cuiabá e em Mato Grosso não difere muito do que se é ouvido em outros estados da federação, diante da padronização nacional. Hoje, a maioria das emissoras de Cuiabá é direcionada ao público jovem. A base da programação é musical, com exceção das rádios AM's, que têm uma programação mais diversificada e da CBN que transmite notícias 24 horas. É na programação de emissoras como essas que ainda encontramos fragmentos da cultura local, quer por meio de uma reportagem, ou pela apresentação musical de um cantor da cidade e de outras localidades do estado, ou ainda pela divulgação de uma agenda cultural. Isso se deve à formação de redes encabeçadas por emissoras como a *Transamérica*, *Jovem Pan* etc. Muitas emissoras de rádio em Cuiabá, por intermédio de franquias, retransmitem emissoras de outros estados, colocando no ar a programação das rádios de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Gerais sem nenhuma participação local.

A predominância nas rádios de Mato Grosso de programação proveniente de outras regiões em detrimento da programação local tem sido alvo de preocupação de alguns setores da sociedade. Em 1998 a Assembléia Legislativa aprovou o Projeto de Lei nº 7.070, de 7 de dezembro, de autoria do deputado José Riva (PP), que obriga a divulgação das músicas dos artistas regionais mato-grossenses nas programações das emissoras de rádio AM/FM. Pela proposta as emissoras de rádio, instaladas em território mato-grossense, deveriam divulgar os trabalhos dos artistas regionais em pelo menos 20% de sua programação, devendo ocorrer em pelo menos 50% no horário das 7 às 11 horas e das 13 às 15 horas. Mas, segundo Jurandir, “o próprio Riva não obedece à lei que ele mesmo criou”.

A criação dessa lei é o resultado da pressão de músicos regionais de Mato Grosso, liderada pelo cantor de rasqueado Guapo (Milton Pereira de Pinho), que não tinham espaço dentro das programações de rádio em Mato

Grosso. Conforme acabamos de dizer, os “donos” dessas rádios preferem retransmitir programas produzidos em outras partes do país, uma forma encontrada para diminuir os gastos com produção e aumentarem os seus lucros. Mas, segundo a Lei nº 87/88 que regulamenta o serviço de radiodifusão no Brasil, no Artigo 5º, alínea “c”, as rádios de cobertura regional e local devem difundir informações com particular interesse para o âmbito geográfico da audiência. Na alínea “b”, do mesmo artigo, diz também que elas devem preservar e divulgar os valores característicos das culturas regionais e locais. Entretanto, a lei não especifica percentuais, deixando margem para que a veiculação, por exemplo, de uma única música regional durante toda a programação diária seja suficiente para justificar a observância da lei. Assim, a criação de um novo ordenamento jurídico, na esfera estadual, serviria para regulamentar o que a lei federal não especifica. Cabe registrar que depois de dez anos de promulgação da Lei nº 7.070, ela própria ainda não foi regulamentada. Daí pode-se inferir que a lei foi criada apenas para dar uma resposta político-partidária à demanda social do setor de música regional em Mato Grosso. Tornar válida tal lei afetaria não só os interesses do legislador, como do proprietário, mas afetaria também a sua relação política com os proprietários de rádios no estado. Segundo Jurandir Francisco⁴⁸, apesar de hoje o Governo estadual não ser o principal mantenedor das rádios como antigamente, ele continua, em muitos casos, dependendo delas. Portanto, a motivação dessa lei serviu apenas aos objetivos eleitorais da época em que foi criada. Segundo Kant (*apud* Bobbio, 1993, p.52), “todo homem tem de obedecer apenas à lei de que ele mesmo é legislador”, neste caso, o legislador não a obedece porque a lei feita por ele já nasceu morta.

A não obediência desta Lei nº 7.070 pelas rádios de Mato Grosso pode ser justificado legalmente por meio do argumento de que ela não está regulamentada, mas a desobediência à lei federal, apesar de ela também deixar margem para isso, faz parte da prática corriqueira de desobediência, por parte dos concessionários, das leis que regem os meios de comunicação em nosso país. Conforme relatam as bibliografias críticas que versam sobre o assunto, isso se dá devido ao comprometimento político que envolve o poder

⁴⁸ Ibidem.

outorgante e os outorgados desde o surgimento do rádio no Brasil. Quando a lei foi aplicada, na época da ditadura, em grande maioria dos casos foi com o intuito de reprimir aqueles que não estavam alinhados à política do poder constituído naquele momento (FERRARETTO, 2001, p. 148-154). Hoje, depois do processo de redemocratização, apesar de existir dentro do setor variadas concepções partidárias, os proprietários de rádios têm o mesmo interesse do Estado: continuar mantendo o sistema de exploração capitalista. Para isso, o poder econômico e o poder político que, segundo Caparelli (1985, p.16), nem sempre estão em harmonia, acabam sempre encontrando uma forma de resolverem suas contradições.

2.5 RÁDIOS COMUNITÁRIAS EM MATO GROSSO

A disseminação do movimento em defesa das rádios comunitárias em Mato Grosso iniciou-se na década de 1990, porém, só após a aprovação da Lei nº 9.612/98 é que começou a ganhar contornos mais nítidos. Segundo Franz, existem hoje no estado 56 rádios comunitárias autorizadas, 291 pedidos de outorga no Ministério de Comunicações e cerca de 120 rádios funcionando sem autorização (<http://www.sindarcmt.org/>). Há quem afirme que as rádios comunitárias já estão predominando em Mato Grosso:

As comunitárias estão predominando porque existe uma facilidade maior de montar estas rádios no que nós chamamos de grotões, aquelas cidades distantes, de municípios pequenos onde dificilmente você conseguiria montar uma rádio comercial que tem uma estrutura gigantesca⁴⁹.

Esse crescimento, somando-se aos interesses recentes de alguns parlamentares do estado no assunto e a criação do Sindicato das Rádios Comunitárias de Mato Grosso, em 2006, revela a tendência destas se espalharem ainda mais por todo o estado.

Sobre o interesse dos parlamentares em relação às rádios comunitárias, cabe-nos uma indagação: seria ele resultado da pressão do movimento em defesa dessas rádios em Mato Grosso, ou o interesse de

⁴⁹ Jurandir Antonio Francisco. Ibidem.

parlamentares em abrir canais para suas atuações políticas junto às comunidades? Esta pergunta é inevitável, uma vez que é notória a participação sem isenção de políticos no andamento de processos com pedido de outorga no Ministério das Comunicações. Além disso, vale salientar que o estado de Minas Gerais é a unidade da Federação para o qual o Ministério das Comunicações concedeu o maior número de outorgas para abertura de canais de radiodifusão comunitária, “coincidentemente”, terra do Ministro de Comunicações do país, Hélio Costa. Entretanto, não podemos responder de antemão uma resposta à essa indagação, isso só será possível depois que várias rádios comunitárias forem surgindo segundo o novo marco definido pelos parlamentares de Mato Grosso associado aos aspectos defendidos pelo movimento de rádios comunitárias no estado.

No dia 21 de junho de 2007 foi realizada na Assembléia Legislativa de Mato Grosso uma Audiência Pública convocada pelo Dep. José Riva (PP), a fim de debater o movimento de rádios comunitárias no estado. Nessa Audiência, exemplificando a truculência da Anatel e da Polícia Federal com as rádios comunitárias de Mato Grosso, foi exibido um vídeo gravado durante uma operação da polícia para fechar a “Rádio Vale FM”, da cidade de Barra dos Bugres. Mesmo sabendo que a ação estava sendo gravada, o uso desse recurso em nada intimidou a violência e o desrespeito dessa instituição às pessoas que estavam simplesmente exercendo o seu direito de expressão, garantido pela Constituição Federal. Além da truculência a que os participantes desta rádio foram submetidos, um deles reclamou da parcialidade da Anatel em relação às rádios comerciais. Segundo ele, a Anatel está a serviço da ABERT, corroborando a sua afirmação com o seguinte fato: a Rádio Vale FM foi autuada várias vezes pela ANATEL, recebendo pesadas multas. A autoria da denúncia teria partido do dono de uma rádio AM, pois estava perdendo sua audiência para ela. Tal pessoa, não conseguindo seu intuito, resolveu tomar outra providência, ou seja, trocou o seu transmissor por um de FM, sem pedir autorização. Em razão disso, em janeiro de 2007, o representante legal da rádio comunitária denunciou à ANATEL a troca de transmissor e, até naquele dia, 21 de junho, nenhuma providência havia sido tomada pelos órgãos competentes e responsáveis pela fiscalização.

Outro exemplo da repressão às rádios comunitárias em Mato Grosso ocorreu no mês de junho de 2006. Entre os dias 7 e 9 desse mês, a ANATEL, em conjunto com a Polícia Federal, fechou e apreendeu os equipamentos de quatro emissoras no estado, entre elas a Rádio Comunitária Vale FM. Essa rádio já contabiliza seu 13º fechamento. As outras três Rádios Comunitárias, a Rio Abaixo e Pantanal, em Santo Antonio de Leverger, e a Rádio Beri, no município de Poconé, ambas, localizados na entrada do Pantanal mato-grossense, eram os únicos meios de comunicação das comunidades ribeirinhas (Franz, 2006, NPC nº. 88).

Segundo Franz (2006), a ação no estado foi realizada sem qualquer mandado de busca e apreensão, descumprindo a Adin nº 1.668. Esta se refere à ação direta de inconstitucionalidade, concedida pelo Pleno do Supremo Tribunal Federal, que suspende a execução e aplicabilidade do art. 19, inciso XV, da Lei nº 9.472/97, ou seja, impediu que a Anatel realizasse busca e apreensão de bens no âmbito de sua competência.

Outro caso, também relatado nessa Audiência Pública de junho de 2007, é o da “Rádio Comunitária Nova de Dom Aquino”. Segundo o seu representante, a rádio foi invadida pela polícia federal seis vezes. Nessas invasões foi lacrada três vezes e teve seus equipamentos apreendidos também por três vezes. Na última apreensão seu representante legal respondeu processo e pagou pena alternativa durante dois anos à Sociedade Pestalosi, trabalhando 2 horas por dia. Na última vez que levaram os equipamentos desta emissora resolveram deixá-la fechada e tentar a outorga para depois reabri-la, eram muitos prejuízos com as multas e compra de novos equipamentos. Assim, entraram com pedido de outorga no Ministério das Comunicações. Depois de muita espera começaram a telefonar para o Ministério das Comunicações, mas o processo não saía do lugar. Um dia, em um dos telefonemas, o representante da rádio foi atendido por um dos Secretários do Ministério que lhe falou que se ele não arrumasse um deputado federal forte, não iria conseguir a autorização para o funcionamento da emissora. Militante de um partido político foi falar com uma deputada federal, que lhe disse que procurou o processo e não o encontrou em nenhuma instância do Ministério das Comunicações. Diante disso, a parlamentar sugeriu que encaminhassem o pedido novamente, por intermédio de um de seus assessores. A partir daí o

referido processo começou a caminhar, para receber a outorga só faltava resolver um problema com o CNPJ. Depoimentos dessa natureza nos dão a medida dos problemas enfrentados pelo setor em Mato Grosso, e suas semelhanças com o que ocorre em outros lugares do país.

2.6 QUEM REPRESENTA AS RÁDIOS COMUNITÁRIAS EM MATO GROSSO?

“A ABRAÇO foi criada pelos que lutaram para criar o serviço de radiodifusão comunitária. As outras entidades surgiram para usufruir de uma conquista sua”.
Sóter (2007, S/P)

As entidades representativas dos interesses das rádios comunitárias no estado são: o Sindicato das Rádios Comunitárias de Mato Grosso (SINDARC/MT) e a Associação de Rádios Comunitárias de Mato Grosso (ABRAÇO/MT).

A criação em Mato Grosso do SINDARC/MT tem gerado muita polêmica, assim como em outros estados. As pessoas ligadas à ABRAÇO/MT acusam o sindicato, afirmando ser ele uma instância patronal e que, por isso, esteja a serviço dos “donos” das rádios comunitárias. Nesse caso ficou explícito que a entidade estaria a serviço das rádios que se dizem comunitárias, mas que na verdade não o são porque rádios comunitárias não têm dono, são geridas por um conselho comunitário e nele as pessoas se revezam no poder. O presidente do SINDARC/MT, Moises Franz, afirma que esse veio atuar onde a ABRAÇO não atua, além de ser importante às rádios comunitárias, pois evita que alguns mal intencionados explorem a mão de obra da comunidade segundo os seus interesses. Vejamos a diferença que ele estabelece entre uma entidade e outra.

A principal diferença é que a Abraço não tem poder jurídico para negociar relação de trabalho, entre outras. A Abraço é uma entidade mais política no sentido de garantir as mudanças na Lei de radcom, trata na essência de garantir que as rádios existam, o sindicato além dessa luta tem autonomia para tratar

de outras questões legais como relação empresa e empregados⁵⁰.

Em sua fala Moisés Franz, ao estabelecer a diferença entre a ABRAÇO e o SINDARC/MT, se contradiz, afirmando em seguida que o sindicato atua também na mesma linha de luta da ABRAÇO. Sobre a relação entre empresa e empregados, José Sóter⁵¹, coordenador executivo da ABRAÇO nacional questionou: “uma rádio comunitária é uma patronal ou uma laboral? e os trabalhadores em rádios comunitárias? irão também criar o sindicato dos trabalhadores em radcom? José Guilherme Castro, ex-assessor de comunicação da ABRAÇO Nacional, não vê diferença entre as duas entidades:

O sindicato foi construído por pessoas que eram da ABRAÇO e que resolveram construir uma outra entidade. Sindarc poderia ter outro nome ANARC – Associação Nacional das Rádios Comunitárias. Ele é uma organização que busca organizar e representar politicamente as rádios comunitárias, assim como a Abraço⁵².

Mas após essa afirmação, Castro questiona: “O Sindarc é de trabalhadores ou dos patrões?” Depois de analisar o estatuto da ABRAÇO e do SINDARC/MT e as acusações, afirmações e questionamentos como os explicitados acima, chegamos a algumas conclusões. Se as rádios comunitárias são geridas por um conselho comunitário e os membros desse conselho se revezam, certamente em uma situação em que o trabalhador da rádio comunitária se sentir lesado ele processará quem estiver naquele momento respondendo pela rádio. Neste caso, quem o Sindarc defenderá? A rádio ou o trabalhador?

O art. 3º do estatuto do SINDARC/MT diz que são deveres desse sindicato: a) promover a conciliação nos dissídios de trabalho; b) manter serviços de assistência judiciária para os associados. Nesse caso, o estatuto prevê a conciliação nos conflitos de trabalho, mas e quando não houver conciliação? E que conciliação é essa se apenas uma das partes estará representada judicialmente? O estatuto só prevê assistência judiciária para os

⁵⁰ Moises Franz. Entrevista realizada no dia 20 de set. 2007.

⁵¹ José Luiz do Nascimento Sóter. Mensagem pessoal recebida por <rubermaria@terra.com.br> em 15 de jan. 2008.

⁵² Ibidem.

associados, quem estiver representando a rádio comunitária no momento do dissídio. No caso, a não previsão de assistência jurídica para o trabalhador de rádio comunitária no estatuto sugere que, se o trabalhador precisar dela, terá de recorrer à justiça por conta própria. Sendo assim, a única conclusão possível é de que o sindicato é realmente patronal.

Mas, para além desse objetivo, conforme nos relatou Frans e conforme reza o estatuto do SINDARC/MT, os outros objetivos são os mesmos defendidos pela ABRAÇO. Se por um lado Franz defende a criação do Sindicato por este atuar onde a ABRAÇO não tem poder para atuar, por outro lado, o sindicato atua exatamente onde a ABRAÇO atua, configurando assim uma disputa de poder que encontrou seu lugar nos espaços não preenchidos pela própria ABRAÇO/MT. Se para alguns ela é antiética, outros a identificaram como legítima representante de seus anseios.

A criação do SINDARC/MT não foi uma iniciativa isolada, foi motivada por algumas rádios comunitárias descontentes com a atuação da ABRAÇO/MT no estado. Vários dirigentes de rádios comunitárias com as quais entramos em contato reclamaram da falta de ação destas. Sobre a divisão do movimento no estado, segundo Silva⁵³, “o Moisés rachou o movimento e conseguiu aglutinar várias rádios, ele mobilizou mais. [...] Acho que os dois deveriam se juntar para fortalecer o movimento”.

A ABRAÇO/MT foi criada em 2000 e o seu primeiro presidente foi o Moisés Franz, reeleito para um segundo mandato de 2002. Segundo Queiroz⁵⁴, no início do segundo mandato, Franz enviou um ofício aos integrantes da ABRAÇO/MT comunicando o seu desligamento de forma irrevogável para tratar de assuntos particulares. Queiroz assumiu a presidência no lugar de Franz. Vejamos o que ele disse sobre a sua atuação como presidente:

Pois é, quando ele saiu, eu fiquei no seu lugar, mas, é que eu estava afastado das minhas funções na UFMT, voltei a trabalhar em maio de 2003. Então eu não pude mais atuar efetivamente. Mas eu comuniquei a direção da ABRAÇO e eles me pediram para ficar até as próximas eleições desta. Bom, aí eu fiquei doente em 2006, e a ABRAÇO acabou dentro de uma caixa de papelão.

⁵³ Aberides Alves Silva. Entrevista realizada no dia 14 de novembro 2007.

⁵⁴ Nivaldo Queiroz. Ibidem.

O próprio presidente que assumiu no lugar de Franz reconheceu, mesmo justificando a sua atuação, que o seu mandato realmente deixou a desejar. Não é o caso aqui de fazer acusação, mas os fatos demonstram que a ABRAÇO/MT, de fato, não cumpriu a contento a sua função. No dia 1º de dezembro de 2007 teve-se uma pequena amostra dos desdobramentos dessa situação, a ABRAÇO/MT se reuniu para eleger a nova diretoria, mas, como não teve quorum, a eleição foi adiada para março de 2008.

Concluimos nossas observações sobre a criação do Sindarc/MT concordando com o que José Sóter disse a esse respeito:

Não acho necessária a criação de sindicatos, mas, também não é possível impedir que os criem. A legislação os permite. É preciso discutir [...] se isso irá acrescentar para o movimento ou não. Se não participarmos, como iremos saber os porquês de os criarem? São perguntas que devemos nos fazer.

2.7 O MOVIMENTO DE RADIOS COMUNITÁRIAS EM CUIABÁ

“Na época, eu diria que era o momento da guerrilha da comunicação alternativa no Brasil e a agente vivia nas trincheiras”.

Albuquerque (2007, s/p)

O Movimento de Radiodifusão Comunitária em Cuiabá inicia-se na década de 1990, com a criação da Rádio Alternativa FM, em 1990. Nessa época as rádios comunitárias já eram realidade em todo o país e a luta em prol da legalização já fazia parte de um amplo movimento em defesa da democratização dos meios de comunicação. Na situação específica da Rádio Alternativa FM, a mesma ficou no ar apenas três meses, em razão da perseguição acirrada da Polícia Federal e da Anatel. Funcionava dentro de paróquias da Igreja Católica e as pessoas que nela atuavam, ainda muito inexperientes e com medo, tiraram-na do ar logo após a cobertura de um grande movimento dos trabalhadores no dia 1º de maio, na Praça da República, no centro de Cuiabá.

Depois da experiência da Alternativa FM surgiu em Cuiabá, em 1997, uma outra rádio comunitária, a “Companheira FM”. Essa rádio foi idealizada pelo então padre José Dílson, e ficou no ar um pouco mais de cinco meses.

Tempo suficiente para circular em várias capelas e ser muito comentada, inclusive pelos meios de comunicação locais que, em consonância com a Abert, faziam uma campanha acirrada contras as rádios comunitárias.

Essas primeiras experiências, segundo os seus idealizadores, surgiram com o objetivo de democratizar os meios de comunicação e como uma alternativa de comunicação para os movimentos sociais, principalmente aqueles vinculados às práticas da Teologia da Libertação.

Todavia, apesar dessas primeiras experiências terem sido muito ousadas elas duraram pouco, pois, nelas estavam envolvidos padres que, para não comprometerem a igreja, acabaram interrompendo os trabalhos da rádio quando a perseguição ficou mais acirrada.

A Rádio Companhia, apesar de não mais existir, deixou uma “filha”, a Rádio Alternativa FM, localizada no Bairro Cristo Rei, em Várzea Grande, cidade vizinha de Cuiabá. A Alternativa FM do Cristo Rei iniciou as suas atividades em outubro de 1998, tomando em comodato os equipamentos da Rádio Companhia. No início das suas atividades contou com a ajuda dos padres que passaram pela Paróquia do Cristo Rei, inclusive, no primeiro momento, funcionou dentro da própria paróquia.

Depois dessas primeiras experiências de rádios comunitárias ligadas à Igreja Católica, novas rádios comunitárias surgiram em Cuiabá. No início da nossa pesquisa, em 2006, sabíamos da existência de apenas cinco rádios comunitárias em funcionamento nesta capital. Em 2007 elas já eram mais de dez rádios espalhadas pela cidade. Mas, exceto as duas primeiras experiências de rádios comunitárias, ligadas às Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), organizadas pela Igreja Católica, as experiências que se sucederam, como observamos ao longo da nossa pesquisa, são, em sua grande maioria, iniciativas individuais com objetivos políticos e comerciais.

2.8 RÁDIO ALTERNATIVA FM: A PIONEIRA

“Nós queríamos fazer uma programação diferente das que existiam na época, as pessoas que participaram da rádio eram pessoas críticas, que eram contra essa programação descartável e que não acrescentava nada ao cidadão”.

Albuquerque (2007, s/p).

Quando surgiu a Alternativa FM, no segundo semestre de 1991, as discussões engendradas pelo Fórum Nacional pela Democratização das Comunicações (FNDC) visando à reforma do paradigma comunicacional, então vigente na radiodifusão, estavam presentes na agenda da maioria dos movimentos sociais. Partiam da idéia de que a luta pela posse igualitária dos bens produzidos pelo homem passava, antes, pela posse dos meios de comunicação na sociedade, em poder de uma elite que os usava para disseminar em todos os cantos sua cultura e as idéias de um mundo “naturalmente” desigual e sem saída.

A importância dada aos meios de comunicações pelos movimentos sociais em todo o país é sentida também em Cuiabá, e a Rádio Alternativa FM nasce justamente como um veículo de comunicação comprometido em informar e convergir os movimentos sociais existentes no estado. Embora o berço do movimento pela democratização da comunicação no país não tenha nascido dentro de movimentos sociais contra-hegemônicos, no sentido gramsciano, em Cuiabá, o seu início é marcado na perspectiva da luta de classe defendida pela Teologia da Libertação, na perspectiva da leitura marxista do evangelho. A luta dentro do movimento pela democratização dos meios de comunicação se dava por meio da luta pela posse do homem de todos os bens por ele produzidos. Nessa perspectiva, segundo Aparecido Leite de Albuquerque:

A idéia de montar a Alternativa surgiu de um grupo de pessoas: eu, que na época participava da pastoral da juventude junto com o Partido dos Trabalhadores que estava começando, parte da igreja católica ligada à Teologia da Libertação, que na época

era um movimento muito forte da igreja católica e tinha o pessoal da Universidade Federal, da comunicação⁵⁵.

O primeiro transmissor dessa rádio foi adquirido pelo Padre José Tencate, e fora instalado na Igreja do Rosário. Segundo João Roberto Buzato, que na época era recém-chegado a Cuiabá e morava nesta igreja, a rádio tinha o papel estratégico de mobilizar os movimentos sociais. “Então, eu consegui um transmissor para mobilizar os bairros e fazer todo um trabalho, assim, na prática⁵⁶.”

Nessa época, os vários movimentos sociais populares existentes em Cuiabá tinham como centro aglutinador a Igreja do Rosário. Conforme Buzato, isso se deu em função de que no período da ditadura era a Igreja que, minimamente, conseguia enfrentar a repressão e fazer frente ao que estava colocado.

A Igreja tem um poder muito grande. Os padres, pastores, apesar de muitos deles terem tombado mais à direita... Pensam-se duas vezes mais prá mexer com a fé do povo, com o padre que é uma pessoa minimamente respeitada. Diferente de um trabalhador, de uma pessoa que não tem retaguarda nenhuma, ela tem um peso político muito grande [...], então por isso ela se posicionou, marcou posição.

Nesse período, todas as reuniões das pastorais eclesiais e do movimento sindical aconteciam ali, na Paróquia do Rosário, sob a proteção dos padres, que eram os “anjos da guarda” de quem estava de mal a pior. Muitas vezes, Dom Pedro Casaldáglia buscou guarida na Igreja do Rosário, vinha sofrendo ameaças e perseguições depois de fazer uma provocação à CNBB, levantando sua voz, entre outras, contra o trabalho escravo e o despejo de posseiros na região do Araguaia.

Segundo Buzato, a abrangência da Rádio Companheira dependia da altura do lugar onde ela estava instalada e do tamanho da taquara que seus idealizadores conseguiam. Quando os seus transmissores estavam na Paróquia do Rosário, que fica no centro da cidade da Cuiabá, podia ser sintonizada até o final da Avenida do CPA, perto do bairro Novo Paraíso.

⁵⁵ Aparecido Leite Albuquerque. Entrevista realizada no dia 21 de novembro de 2007.

⁵⁶ João Roberto Buzato. Entrevista realizada no dia 19 de novembro de 2007.

Na época, a gente tinha conseguido uma taquara e a antena fixava-se numa taquara. [...] Ela devia ter perto de uns dez metros de altura. A gente amarrava, parafusava [...], Mas na verdade precisava amarrar, a gente amarrava com um arame cozido bem na ponta da taquara e levantava e colocava ela no ar.⁵⁷

A programação da rádio variava de duas a três horas de duração, era composta de recados para os movimentos sociais, retransmissão de reuniões, entrevistas com lideranças de bairros que iam à rádio para falar de suas lutas, dizer como estava o bairro em relação à falta de água, de energia, das péssimas condições de moradia e de saneamento básico. Segundo Buzato, havia também muita música popular brasileira na programação, músicas de luta que a igreja e os movimentos sociais usavam, como por exemplo, “Nosso direito vem, Brasil pede também, O povo de Deus, músicas que mexem com o brio da sociedade”⁵⁸.

O público da rádio era constituído pelas pessoas que integravam os movimentos sociais, só elas sabiam onde a rádio estava, qual a sua programação, o entrevistado, as orientações dadas aos movimentos sociais, o que ia acontecer no próximo final de semana, se o sindicato decretaria greve, se tinha reunião movimento do Centro de Direitos Humanos e outros. “A gente tinha esse público e ele era parceiro na construção da programação da rádio, pois sua finalidade era justamente a luta deles”⁵⁹.

Por estratégia, a rádio funcionou em vários lugares, pois precisava fugir da perseguição da Polícia Federal e da Anatel. As pessoas que participavam da sua operacionalização sabiam, através das notícias vindas de outros estados do país, das perseguições empreendidas por esses órgãos e, também, pelos meios de comunicação oficial às rádios comunitárias.

Na época, eu diria que era o momento da guerrilha da comunicação alternativa no Brasil e a gente vivia nas trincheiras, mas com muita vontade de colocar esse debate na rua, embora a gente quisesse colocar de forma discutida, a gente tinha que se reunir às escondidas, em local não identificado. As pessoas que participavam, a gente orientava

⁵⁷ Ibidem.

⁵⁸ Idem.

⁵⁹ João Buzato. Ibidem.

para não dar o endereço, usar codinome, até porque tinha padres e não podíamos envolver seus nomes com o Dentel e a Polícia Federal.⁶⁰

Embora a Rádio Alternativa FM tenha sido criada com a finalidade de ser um veículo de informação e de organização dos movimentos sociais, encabeçou, também, a luta pela democratização dos meios de comunicação em Mato Grosso. Era o grande momento de discussão sobre os meios de comunicação no Brasil, mas, em Mato Grosso o assunto ainda era pouco discutido. “O nosso objetivo era provocar o debate e a gente conseguiu”, assegura Buzato⁶¹.

Depois da experiência de radiodifusão comunitária vivida pela Rádio Alternativa FM, outras rádios comunitárias começaram a surgir no interior de Mato Grosso. Pode-se dizer que o movimento de rádios comunitárias no estado foi resultado da provocação feita pela Alternativa e, a partir dela, outras experiências ocorreram nas cidades de Barra do Garças, Paranatinga e Aripuanã.

Em Mato Grosso, assim como em todo o país, o Partido dos Trabalhadores (PT) que, à época fazia oposição ao estado neoliberal, teve grande participação no movimento das rádios comunitárias. A partir de 1994, Gilney Viana, então eleito deputado federal por Mato Grosso, participou ativamente do movimento em prol da criação da Lei nº 9.612/98. Juntamente com o deputado Fernando Ferro, de Pernambuco, criaram uma comissão aglutinando todos os projetos sobre essa questão, transformando-os em um único projeto de rádio comunitária para o Brasil, o que acabou dando origem à lei. Segundo Albuquerque, “a partir daí iniciou-se a grande discussão sobre o tema no Brasil e nós que estávamos participando desse mandato aqui começamos a participar do movimento em Brasília e em Mato Grosso”⁶².

Com todos os cuidados tomados e, talvez também pelo pouco tempo de duração, A Rádio Alternativa nunca foi fechada pela polícia e fez sua última transmissão com “chave de ouro” no dia 1º de maio. Nesse dia comemorava-se, na Praça da República, o Dia dos Trabalhadores. E a praça estava tomada pelos movimentos sociais populares. Os idealizadores da rádio conseguiram

⁶⁰ Aparecido Alves Albuquerque. Ibidem.

⁶¹ Ibidem.

⁶² Ibidem.

transmitir praticamente ao vivo toda a programação do evento; gravavam o evento numa fita cassete e levavam para transmitir na rádio, que estava ali perto. Nesse dia, estrategicamente, ela estava na Paróquia São José dos Lázaros, onde funcionou o dia todo. Havia um revezamento das pessoas encarregadas de levar as fitas para despistar a polícia, que podia desconfiar do vai-e-vem de uma pessoa só e descobrir a rádio. A polícia não conseguiu descobrir a movimentação com as fitas, mas suspeitou do local onde a rádio funcionara anteriormente. Sobre esse fato, vejamos o que disse Buzato:

A polícia toda foi pra Paróquia do Rosário e lá a secretária, a Deusa, passou apurada. A polícia quis entrar e ela deixou que entrasse: [...] entrou, olhou nas salas, em cima, no alto, onde a gente normalmente a deixava instalada, mas não encontrou nada e foi embora⁶³.

Quando terminou a manifestação na Praça da República, por receio, a rádio foi tirada do ar. Os equipamentos da rádio, por estratégia, não voltaram para a Paróquia do Rosário, pois esse local, além de suspeito pela polícia, tinha sofrido nos últimos tempos vários arrombamentos. Diante disso os equipamentos foram levados para a sede de funcionamento do diretório PT, onde estariam mais seguros.

Um tempo depois, Buzato ligou para o encarregado de levar os equipamentos para o sindicato e ficou sabendo que eles haviam sido roubados. “Não sei, foi meio estranho mesmo porque o sindicato em si nunca tinha sido roubado, foram lá e roubaram exatamente o aparelho”⁶⁴. Para Albuquerque, o roubo dos equipamentos tem a ver com uma matéria negativa que havia saído, pouco antes, sobre a rádio. Avalia que,

Depois, obviamente, que saiu uma matéria negativa sobre ela, a polícia federal ficou constantemente no nosso pé e, aí, os equipamentos da rádio sumiram. Foi um sumiço misterioso até porque o local que eles se encontravam não tinha motivo ou porque alguém querer roubar⁶⁵.

⁶³ Ibidem.

⁶⁴ Ibidem.

⁶⁵ Ibidem.

2.9 RÁDIO COMUNITÁRIA COMPANHEIRA: CONTINUA A LUTA POR UMA ALTERNATIVA

“Como estávamos ligados à teologia da libertação, nós trabalhávamos muito a questão da cidadania, no meu caso particular, eu trabalhava com as pastorais de fé e vida conscientizando as pessoas de que era preciso ter vida na terra também não só nos céus”.

Barboza (2007, s/p)

Algum tempo depois da experiência com a Rádio Alternativa FM, no final de 1997, algumas pessoas que tinham participado dessa experiência e outras que não tinham participado, mas, comungavam dos mesmos ideais, juntaram-se para montar uma outra rádio comunitária, neste caso, a Rádio Companheira, com 50 Wats. Seu principal articulador foi o José Dílson de Almeida Barboza, na época, padre e pároco da Igreja São João Bosco de Cuiabá, primeiro local de funcionamento da rádio. Assim como a Alternativa, a Rádio Companheira foi montada dentro da Paróquia da Igreja do Rosário.

A idéia de criar a rádio teria nascido de um desejo, motivado pela participação de José Dílson em vários encontros e seminários sobre rádios comunitárias em Brasília. Segundo suas próprias palavras,

Na época, eu coloquei esse desejo na pauta. Eu participava do centro de direitos humanos e juntamente com o Joaquim, o pastor Teobaldo Witter, o Zé Tencate, o Nivaldo Queiroz através da CUT, o Aparecido Lisboa através do Gabinete do deputado Gilney Viana - que foi um parlamentar que apoiou o movimento de rádios comunitárias em Mato Grosso - e com a Márcia pelo Centro dos Direitos Humanos⁶⁶.

Segundo Barboza, a maioria das pessoas que participava da rádio era de esquerda, principalmente do PT, mas o nome dado à rádio não se deveu a nenhuma afiliação partidária. Sobre a escolha do seu nome vejamos o que ele nos disse: “O nome fui eu que dei a sugestão. Companheiro, naquela época, não estava ligado à esquerda e não estava tão banalizado como hoje e por isso eu dei essa idéia ⁶⁷”.

⁶⁶ José Dílson de Almeida Barbosa. Entrevista realizada no dia 10 de novembro de 2007.

⁶⁷ idem.

Na época, para comprar os equipamentos, várias entidades contribuíram: o Centro de Direitos Humanos (CDH), o Sindicato dos Trabalhadores da Educação Pública (SINTEP), A Central Única dos Trabalhadores (CUT) e as paróquias que participavam do movimento da Teologia da Libertação. Foram gastos R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Quando chegaram os equipamentos, via correio, Barboza disse ter quebrado quase todo o telhado dos fundos da igreja para colocar a antena. Nesse primeiro lugar em que ela foi instalada ficou mais ou menos um mês. Para fugir da Polícia Federal e da Anatel, assim como a Rádio Alternativa, a tática era a peregrinação: ficar no máximo trinta dias no mesmo lugar. Circulando de uma igreja para outra, a rádio funcionou em cinco lugares diferentes: na paróquia São João Bosco, no Cristo Rei, na igreja Nossa Senhora do Rosário, na igreja São José Operário e na Paróquia Medianeira.

Mas aí, continuando a perseguição, nós começamos a ter mais cuidados e evitamos dar entrevistas, quando a gente dava entrevistas [...] era para pessoas extremamente de confiança que a gente sabia que se não saísse uma matéria boa ao menos seria razoável. Então, a gente evitava o máximo porque a gente via que estava servindo de contribuição para um grande número de rádios no estado e nessa época já não só prendia os equipamentos, mas prendia também as pessoas ⁶⁸.

O movimento no interior de Mato Grosso, nessa época, havia expandido em relação ao período da Rádio Comunitária Alternativa FM. Outras cidades como Barra dos Bugres, São José dos Quatro Marcos, Mirassol D'Oeste, Cáceres, Nova Olímpia, São Félix do Araguaia estavam passando pela experiência de rádios comunitárias. No interior, o movimento surgiu ainda mais forte que na capital, em alguns lugares as rádios comunitárias eram o único veículo de comunicação, e contava com a vantagem de estar longe da Polícia Federal e da Anatel. Para esses órgãos realizarem uma diligência nas emissoras comunitárias, tinham que, quase sempre, deslocar-se por meio avião, o que tornava a operação muito dispendiosa.

No início a programação da Companheira, por estratégia, só ia ao ar após as 18 horas, tempos depois passou a funcionar também nos finais de semana, com programas de evangelização, entrevistas de interesse social,

⁶⁸ Aparecido Leite Albuquerque. Ibidem.

músicas e programas direcionados à questão da cidadania. Em 1998, foi muito debatido o extermínio de menores em Cuiabá, já que isso alcançava índices alarmantes, bem como a violência contra a mulher, o estatuto da criança e do adolescente, entre outros.

Para a escolha do horário e dos dias em que a programação iria ao ar levou-se em consideração que nos finais de semana, e depois das 18 horas, o serviço público não funcionava, logo, a polícia federal não se deslocaria para os trabalhos de fiscalização nos locais onde provavelmente funcionava a emissora. Mas, segundo Barboza, “teve época mais tranqüila que a gente colocava a programação durante o dia, mas mais musical” ⁶⁹. Apesar da perseguição da polícia federal, os cuidados tomados pelos dirigentes da Companhia fizeram com que essa rádio nunca fosse fechada.

É muito curiosa uma das estratégias usadas pelo pároco para driblar a polícia federal:

Eu coloquei uma campainha lá no escritório e falei para a secretária: ‘olha, se você perceber a polícia chegando, você bate o dedo na campainha bem forte!’ Que aí eu ouvia lá no fundo e corria para guardar os equipamentos. Mas graças a Deus, pelo menos enquanto eu participei, nunca houve apreensão, nós guardávamos muito segredo sobre a rádio, ninguém nunca comentava onde ela funcionava, não dávamos número de telefone ⁷⁰.

Esses cuidados, além de proteger a rádio contra a ação de fechamento, eram tomados também em respeito à igreja. Mas, a rádio, apesar de não dar o seu nome; de não dar o seu telefone; de seus locutores usarem codinomes e de ser dirigida a um público alvo, sua programação musical caiu no gosto de muita gente: era composta de muita MPB, música clássica e rasqueados. Conforme relatou Barboza, as pessoas que sabiam da rádio sempre ouviam alguém fazendo comentários de “uma rádio com programação legal de MPB” ⁷¹.

No início de 1998 a Rádio Companhia foi para o bairro Cristo Rei, em Várzea Grande (cidade vizinha de Cuiabá). Para Aberídes Alves da Silva ⁷², que

⁶⁹ Ibidem.

⁷⁰ Ibidem.

⁷¹ Ibidem.

⁷² Ibidem.

nessa época começou a participar da rádio, “o Cristo Rei favoreceu muito por ser um bairro mais favorável às experiências populares”. Nessa cidade a rádio funcionou na Paróquia do Cristo Rei com uma programação mais bem definida, tinha telefone e a comunidade participava ativamente da sua programação. Curiosamente, ela teve que sair de lá porque um dos catequistas da igreja era funcionário das telecomunicações. “Então ele nos disse que teríamos de ir para outro lugar, pois se nós permanecêssemos naquele lugar, por via do ofício, ele teria que nos denunciar, aí mudamos para vários lugares no Cristo Rei” ⁷³.

Depois de muita peregrinação, entradas e saídas do ar, a Rádio Companheira, em 1998, saiu definitivamente do ar para dar início a uma nova rádio: a Rádio Comunitária Alternativa FM, do Cristo Rei. Na época em que a Companheira foi para a cidade de Várzea, pessoas ligadas à Paróquia do Cristo Rei ou a movimentos como Associação de Moradores, Clubes de Mães, Associação Desportiva etc., do bairro começaram a participar das suas atividades. Mas, segundo Barboza, com a retração dos movimentos sociais, muitas pessoas que participavam da Rádio Companheira foram se distanciando. Por falta de participação, passou a sair mais constantemente do ar. Em um desses momentos em que ela estava fora do ar, pessoas como Irandir Bezerra e Aberídes Alves da Silva, com interesses mais diretos na democratização dos meios de comunicações, decidiram montar uma rádio comunitária no Cristo Rei. Sabendo que os equipamentos da Companheira estavam com o Padre José Dílson, procuram por ele e conseguiram os equipamentos através de comodato, dando início à Rádio Alternativa Cristo Rei, no ar até hoje em Várzea Grande.

2.10 RÁDIO ABC SHALON FM

“O que temos de uma maneira geral é puro simulacro, como conceituaria Baudrillard, simulações de comunitarismo”.

Paiva (2007, s/p)

Em nossa primeira visita à ABC Shalon desde o início intrigou-nos o fato de a rádio estar localizada nos fundos da Igreja Pentecostal Missionária – o

⁷³ José Dílson de Almeida Barbosa. Ibidem.

que nos deu a impressão de que ela poderia ter algum vínculo com a igreja. Na entrada fomos recepcionados por um rapaz que, segundo nos informou, era aprendiz na rádio e, por morar longe, estava hospedado num dos três cômodos das dependências da Igreja. Ele é da cidade de Várzea Grande, situada a oeste de Cuiabá. Num destes cômodos funciona o escritório do Pastor que, segundo informação do rapaz, era o dono da rádio e, portanto, a pessoa com quem devíamos falar para obter maiores informações a respeito da rádio.

Em nosso primeiro contato com o pastor fizemo-lhe várias perguntas e colhemos muitos dados reveladores sobre a Shalom FM. Segundo o pastor, a rádio nasceu de um desejo pessoal, pois ele já havia trabalhado em várias televisões e jornais, ou seja, a rádio não nasceu como fruto do desejo da comunidade em ter um meio de comunicação social para atender às suas necessidades de comunicação. Ela teria nascido, em princípio, para atender a demanda da Igreja Universal Petencostal, da qual aquele pastor era um representante direto.

Mais adiante, na entrevista, verificamos que além do objetivo religioso, a rádio também tinha objetivos comerciais. Isso ficou claro ao perguntarmos como era a programação da rádio. Em resposta, ele disse:

A programação, desde o início, se constitui de programas seculares de segunda a sexta, das 5 às 18 horas. Das 18 às 23 horas entra a programação Gospel, e esta ocupa todos os horários aos sábados e domingos⁷⁴.

Os programas seculares, no dizer do pastor, são programas comerciais. Quanto à manutenção da rádio, informou-nos que a Igreja Pentecostal Missionária arcava com as contas de água, luz e telefone, ao passo que, para as despesas com funcionários o jeito encontrado para solucionar o problema foi estabelecer parcerias, na forma de apoio cultural, com os comerciantes da área alcançada pela rádio. Nesse caso, são os próprios locutores e programadores que buscam tal apoio.

As restrições impostas pela Lei nº 9.612/98 para se conseguir uma outorga de rádio comunitária levou-nos a indagar, ao pastor, se teria sido difícil conseguir a autorização para o funcionamento da Rádio Shalom FM. Ele nos respondeu que foi fácil, graças à ajuda de Deus e de um senador que, na

⁷⁴ Entrevista realizada no dia 14 de fevereiro de 2006.

época, disponibilizou um advogado para acompanhar o processo de outorga em Brasília. Evidencia-se, por meio dessa resposta, o apadrinhamento político tantas vezes denunciado pelo movimento de rádios comunitárias e comprovado por Lopes em sua dissertação de mestrado (2005, p. 92-101). Até aqui já tínhamos elementos suficientes para entendermos que a rádio não era gerida por anseios populares, mas, perguntamos ainda ao pastor se a Shalon tinha um Conselho Comunitário. Ele respondeu afirmativamente, mas acrescentou que não lembrava quem fazia parte do referido Conselho.

Para obtermos informações a respeito do Conselho Comunitário recorreremos ao Cartório de Registros de Cuiabá (1º Serviço Notarial e Registral de Cuiabá de Cuiabá), local de registro do Estatuto da Associação Beneficente Comunitária ABC – Shalon. O Estatuto, em seu capítulo III, Art. 11º, estabelece a competência do Conselho Comunitário: “a) acompanhar divulgações da Associação, com objetivos de atender interesse exclusivo da comunidade”. Até aqui tudo bem, não fosse a alínea seguinte: “b) analisar pedido de qualquer cidadão da comunidade que deseja emitir opinião a assuntos abordados pela rádio como idéias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações”; Segundo o art. 4º § 3º, da Lei nº 9.612/98, qualquer cidadão da comunidade beneficiada terá direito a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar idéias, propostas sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo observar apenas o momento mais adequado da programação para fazê-lo, mediante pedido encaminhado à direção responsável pela Rádio Comunitária. Isso quer dizer que o pedido não precisa ser analisado, pois se trata de um direito garantido. Quando o Estatuto, da Rádio Shalon, coloca em análise o pedido do cidadão da comunidade, isso sugere que nem todos os pedidos serão atendidos. Ainda sobre o Conselho Comunitário, o parágrafo único, do mesmo artigo, diz que este “será composto de três a cinco pessoas representativas de entidades locais tais como: Associação de Classe, Entidades Religiosas e Benéficas etc.” Esse é mais um problema: segundo o Art. 8º, da lei, a entidade autorizada a executar o serviço de radiodifusão comunitária deverá ser composta por, no mínimo, cinco pessoas representativas de entidades da comunidade local. Quanto à instituição do Conselho Comunitário, com base no Estatuto e na primeira Ata da entidade, não foi possível confirmar se ele realmente existe. As

informações foram vagas, mas na entrevista concedida pelo pastor, quando perguntado de que forma a comunidade participa da programação da emissora, a sua resposta foi bastante sugestiva, vejamos:

A participação da comunidade se dá basicamente através de telefonemas, mas, existe um programa chamado Ação Solidária. Este programa está temporariamente fora do ar, o rapaz que fazia o programa saiu da rádio, mas em abril ela vai voltar, nele, as pessoas participam ativamente, como? Fazendo reclamações, divulgando feitos ou qualquer ação que esteja acontecendo na comunidade⁷⁵.

Com a resposta acima entendemos que, até aquele momento da entrevista, 14 de fevereiro de 2006, a programação da rádio não era comunitária, pois a participação da comunidade ocorria tão somente por meio de telefonemas, e dessa forma não diferia em nada da participação concedida aos ouvintes das rádios comerciais. Mas, o pastor afirmou que em abril daquele ano o programa voltado à participação das pessoas estaria de novo no ar. Entretanto, a gravação da programação efetuada por nós, até abril de 2007, não indica que o programa tenha voltado ao ar. Onde está o Conselho Comunitário que acompanha essa programação? Só podemos concluir que ele não existe.

Depois de discutir o Conselho Comunitário atentamo-nos para a composição da diretoria da Associação da Rádio, verificando o seguinte: Presidente: Pastor Josuel da Silva; Vice-Presidente: Missionário Maury Braga de Araújo; Tesoureiro: Evangelista Wilmar Macene; 2º Tesoureiro: Missionária Marta Cassiano Pizzate. Só a Secretária e 2º Secretária não têm cargo na Igreja. Mais uma vez fica evidenciado o proselitismo religioso dessa Associação, ou seja, a rádio pertence a uma entidade religiosa ou ao seu presidente que no Capítulo III, art. 7º, do Estatuto dessa Associação, diz ter o direito de supervisionar quaisquer atividades da entidade. Aqui ele toma para si as responsabilidades que o próprio estatuto da rádio, no mesmo capítulo, Art. 11º, define ser de competência do conturbado Conselho Comunitário, que já concluímos que não existe, evidenciando um conflito estatutário. Mas como a rádio não tem Conselho Comunitário, nesse caso, compete mesmo ao presidente supervisionar quaisquer atividades da emissora. Assim, a

⁷⁵ Ibidem.

participação da comunidade na rádio não pode ser horizontal como propõe o movimento de rádios comunitárias. É vertical, assim como a programação dos meios de comunicação de massa.

Quanto à caracterização da Rádio ABC Shalon, no Capítulo I, Art. 1º, do seu estatuto lemos o seguinte:

A associação Beneficente ABC Shalon é uma sociedade civil de defesa da cidadania, baseada nos princípios da solidariedade, do companheirismo, da cooperação, da filantropia e da integração social, e que se chamará também apenas pelo nome fantasia: ABC-Shalon e atuará no âmbito regional dentro deste município de Cuiabá, abrangendo mais especificamente a comunidade natural formada pelos habitantes do setor oeste, compreendendo os bairros: Santa Izabel, Jardim Araçá, Santa Amália, Jardim Cuiabá, Goiabeiras, Verdão, Porto e demais bairros deste setor, podendo estender sua programação em âmbito municipal, estadual, federal e até internacional.

Ao que parece, a rádio está conseguindo seu intuito de cobertura. Sua programação consegue chegar, além dos bairros do setor oeste da cidade de Cuiabá, a vários bairros da cidade de Várzea Grande. Na verdade, o que percebemos é que a programação da Rádio ABC Shalon está mais voltada para os ouvintes de Várzea Grande, de onde vem a maioria dos anúncios da emissora. Conforme afirma o locutor A, a rádio tem pouca audiência no bairro Cophamil, onde está situada. O artigo 1º e § 1º e 2º da lei 9.612/98 deixa claro que rádio comunitária é “aquela destinada ao atendimento de uma comunidade de um bairro e/ou vila”. Vemos, neste caso, um total desrespeito com a comunidade onde a rádio está localizada, no entanto, este fato foi previsto no próprio Estatuto da Rádio que o Ministério das Comunicações aprovou.

O local da rádio comunitária deve ser o seu principal *lôcus* de atuação, aliás, na regulamentação da Lei nº 9.612/98, em seu Art. 6º, a rádio deve cobrir uma área delimitada por um raio igual ou inferior a 1000 metros, a partir da antena transmissora. Apesar das várias controvérsias em torno desse artigo da lei, o movimento de rádios comunitárias defende que o objetivo dessas rádios é justamente o atendimento das comunidades onde estão instaladas.

A partir dos dados até agora analisados, a resposta para o fato de essa rádio ter conseguido tão rapidamente a sua outorga, apesar dos problemas do

estatuto, é a explicação dada pelo próprio presidente da rádio: “graças a ajuda de Deus e de um senador”.

O fato de muitas rádios comunitárias, assim como a ABC-Shalon, conseguir cobrir uma área além da prevista em lei tem muito a ver com a localização geográfica. Dependendo do lugar onde uma rádio está instalada o seu alcance pode ser muito maior que o delimitado pela Legislação. Embora, a Lei nº 9.612/98 reconheça como comunitária uma rádio de alcance restrito, isso não inviabiliza o projeto de uma rádio comprometida com a democratização da comunicação, pelo contrário, o que acontece em um bairro deve ser compartilhado com o maior número possível de pessoas, a fim de que elas tenham oportunidades de conhecer as diferentes realidades sociais. Hoje a maioria das rádios comunitárias está disponível na Internet possibilitando que a comunidade fique mais perto não só do seu entorno, mas do resto do mundo. Segundo Milton Santos, Isso faz com que o cotidiano de cada um fique mais enriquecido. Esta dialética é o caldo de cultura necessário à proposição e ao exercício de uma nova política, pois traz consigo interpretações variadas e múltiplas, que ao mesmo tempo se chocam na produção renovada do entendimento da existência (2006, p. 172 -173).

Quanto à programação da Rádio Sharon, o único programa que não é musical é o “Programa Tribuna da Notícia”, no qual as notícias veiculadas são obtidas por meio dos veículos de comunicação de massa de Cuiabá. A essas notícias a comunidade pode ter acesso diretamente pelo rádio comercial. Perde-se assim uma oportunidade de envolver a comunidade na programação e fazer com que ela participe não somente na operacionalização da rádio, mas também nos problemas do bairro e da cidade.

A própria ABRAÇO reconhece que poucas rádios consideradas comunitárias possuem um jornal comunitário, e que esse é um passo ainda a ser dado. As dificuldades financeiras enfrentadas pela maioria das rádios comunitárias impossibilitam que se contrate profissionais para realizar a programação. A maioria das pessoas que participa das rádios comunitárias trabalha em outros lugares para se manter, dispondo, assim, de pouco tempo para ficar a par dos eventos e acontecimentos da comunidade e divulgá-los. Desta forma, esse dado, apesar de contar ponto contra a Rádio ABC Sharon, não é peculiar apenas a ela.

O Encontro Musical que vai ao ar de segunda à quinta-feira é o programa que mais se aproxima da razão de ser das rádios comunitárias, pois nele é costume se apresentar os cantores de Cuiabá que estão iniciando suas carreiras. No mais, os outros programas de músicas tocam apenas aquelas músicas que foram ou são sucessos nos meios de comunicação de massa. Os estilos são os mais variados possíveis como MPB, pagode, sertanejos, samba, dance, funk, rasqueado, etc.

Quanto à programação religiosa, quem apresenta os programas é o próprio Pastor da Igreja Pentecostal Universal e os seus missionários. Segundo o locutor B, da Rádio, hoje a programação religiosa é só dessa Igreja, mas antes outras igrejas evangélicas apresentavam programas na rádio. Elas pagavam pelos programas, ou seja, alugavam espaço na Rádio. Neste caso, a Rádio comete duas infrações à Lei nº 9.612/98. Primeiro, o Art. 4º, capítulo IV, diz que as emissoras de radiodifusão comunitária não poderão fazer discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social nas relações comunitárias. Ou seja, no caso de a rádio ceder espaço para programas ligados a uma instituição religiosa, teria também de dar a mesma oportunidade para outras entidades de outros credos. Segundo, no Art. 19, da Lei, é vedada a cessão ou arrendamento da emissora do Serviço de Radiodifusão Comunitária ou de horários de sua programação.

Portanto, é possível dizer, por meio da análise da programação da Rádio ABC Shalon, que a forma como ela vem funcionando fere a Legislação de Radiodifusão Comunitária em todos os pontos imprescindíveis à participação da comunidade no processo de democratização dos meios de comunicação, pois seus objetivos são políticos, religiosos e comerciais. Ela consegue ser mais preconceituosa que uma rádio comercial, pois nesta, a preferência em ganhar dinheiro em detrimento dos objetivos sociais é uma prática normal, aceita pelo senso comum e pela sua legislação, já a preferência religiosa nem sempre é explícita. Os valores e as necessidades culturais, políticas e econômicas dos setores populares não são representados na programação desta Rádio.

2.11 RÁDIO ACUDAM (METRÓPOLE FM)

“Nas emissoras comunitárias a audiência é secundária. O mais importante é a integração da comunidade”.

Luz (2004, p. 14)

Não havendo nenhum trabalho bibliográfico a respeito das rádios comunitárias de Cuiabá, uma das formas de levantar dados sobre a história de cada uma delas foi por meio de entrevistas com seus organizadores. No tocante às outras rádios comunitárias isso foi relativamente fácil, as pessoas envolvidas no processo colaboraram ativamente. Porém, no caso da Acudam (Metrópole FM), não conseguimos saber muito a respeito de sua história. Os dados que conseguimos foi por meio do seu site, do seu Estatuto, da entrevista com o atual diretor e ouvindo sua programação. Os dados coletados, entretanto, foram suficientes para chegarmos a uma conclusão.

Um dos primeiros problemas encontrados nessa rádio diz respeito ao seu nome fantasia. No registro em cartório da sua entidade mantenedora, aparece com o nome fantasia “Acudam” -- Associação Comunitária Cuiabana para Cultura e Defesa Ambiental – mas na prática a rádio utiliza outro nome fantasia, a saber: Metrópole FM. De acordo com o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, Art. 35, as entidades autorizadas a executar o serviço de Radiodifusão Comunitária podem, sem anuência do Ministério das Comunicações, realizar alterações em seus atos constitutivos desde que não impliquem alterações nos termos e condições inicialmente exigidas no referido regulamento. Caso contrário, elas devem apresentar ao Ministério das Comunicações os atos que caracterizam as alterações mencionadas, devidamente registrados ou averbados na repartição competente para fins de registro e controle, no prazo de trinta dias descontado de sua efetivação. No caso, quando a rádio faz alguma modificação, o cartório grampeia junto à documentação já existente da rádio a alteração apresentada. Entretanto, no Registro de Sociedade Civil da Rádio Acudam (Metrópole FM) não consta nenhuma alteração no nome fantasia da referida rádio. Pouco mais adiante, no

Art. 40, do mesmo regulamento, parágrafo XVII, diz que são possíveis de multa, emissoras de rádios comunitárias que utilizarem denominação fantasia diversa da comunicada ao Ministério das Comunicações.

Um outro aspecto de sua identificação que também chamou muito a nossa atenção foi a sua logomarca. A rádio fica no nono andar do edifício chamado Palácio do Comércio, com 18 andares. Sua antena está colocada no último andar, dessa forma, a logomarca é um prédio estilizado com uma antena, justificando o nome fantasia dado a ela (Rádio Metrópole FM) e, ao mesmo tempo, sugerindo que a sua programação é destinada ao atendimento das necessidades do centro comercial de Cuiabá, onde obviamente ela está instalada. Cabe lembrar também que estando a antena da rádio no último andar de um edifício de 18 andares, o que corresponde aproximadamente a uma altura de 60 metros, esta rádio comete mais uma infração: a altura máxima permitida pela Lei são 30 metros (Art. 1º § 1º). Em relação ao indicativo de chamada da Rádio, segundo a Norma Complementar nº 2/98 da Lei nº 9.612/98, capítulo 10, toda execução de Radiodifusão Comunitária é obrigada a irradiar seu indicativo de chamada a cada 30 minutos. Durante o tempo que ouvimos esta rádio ela assim procedeu, mas em nenhum momento disse que era uma rádio comunitária.

A audiência parece ser um quesito primordial para a Rádio Acudam (Metrópole FM), mas cabe ressaltar que numa rádio comunitária isso é o que menos conta. A audiência importante para a rádio comunitária é a da comunidade. Observamos a importância que essa rádio dá para a audiência ao ouvirmos vários de seus locutores dizerem: “a rádio que não pára de crescer na audiência” e também na barra de opção de seu site “ANUNCIE”. Nesse local, ela apresenta um texto discorrendo sobre a importância da Internet na vida das pessoas, dando conta do número de internautas que acessam a rede. Logo em seguida conclui:

Nesse compasso, a Rádio Metrópole FM oferece ao anunciante um Site Áudio-Visual, moderno e totalmente interativo, onde é possível visualizar a logo de sua empresa e ouvir uma programação *on line* composta de 56 minutos de músicas por hora, sutilmente selecionadas, de bom gosto, que não agridem aos ouvidos, em plano de fundo para um público seletivo, sinal estéreo, com qualidade digital. E mais, participar de promoções/premiações, [...] acompanhar a programação

dos melhores cinemas, enfim, um espaço altamente propício para anunciar o seu produto ou serviço. Veja a seguir, alguns de nossos banners (www.metropolefm.com.br).

Sendo sua programação musical, com exceção do Programa Palavra de Paz, a rádio não poderia deixar de fazer apologia à música, isto fica claro numa enquete feita em seu site, por meio do qual apresenta a seguinte pergunta: “Uma música pode mudar sua vida?” - Essa é também uma forma de a emissora testar sua popularidade. Não podemos quantificar sua audiência, mas pela quantidade de propaganda, a audiência da rádio deve ser muito favorável aos anunciantes, compostos, em sua grande maioria, de comerciantes do centro de Cuiabá. As propagandas têm duração de 15 a 30 segundos cada uma. Ao todo, em cada bloco o espaço comercial é de 2 a 3 minutos, o ideal para não cansar e nem distrair o ouvinte. Promovem produtos, serviços, marcas e instituições. São exemplos disso as propagandas de água mineral e gás de cozinha, salão de beleza, empresas de telefonia como a Vivo, e *San Martan* (marca de artigos folheados a ouro).

O Art. 1º da Lei nº 9.612/98 denomina como Serviço de Radiodifusão Comunitária a radiodifusão sonora, em frequência modulada, operada em baixa potência e cobertura restrita, outorgada a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do serviço. No Decreto que regulamenta essa lei, no Art. 40 parágrafo XV, lê-se que são passíveis de multa rádios comunitárias que transmitem propaganda ou publicidade comercial a qualquer título. Embora a Lei proíba a publicidade nas rádios comunitárias, admitindo só o apoio cultural na forma de patrocínio, este é um item dentro das propostas de mudança da Lei nº 9.612/98 pelo movimento de rádios comunitárias. Os representantes de rádios comunitárias, que defendem a sua legalização, entendem que a proibição de publicidade é um dos mecanismos de engessamento da rádio, depois que ela finalmente consegue uma outorga. Sem publicidade e nenhuma outra forma de subsídio para sua manutenção, muitas rádios acabam fechando suas portas. Entretanto, como justificam seus representantes, a publicidade deve ser usada apenas para viabilizar as rádios comunitárias e não torná-las uma empresa, com objetivo apenas comercial. Afinal, a publicidade que elas querem fazer não é a das mega-empresas e sim a do comércio da região onde estão instaladas.

Esse tipo de publicidade, além de ser uma forma de fomentar a venda local, diminui a concentração da publicidade, hoje centralizada a apenas alguns meios de comunicação.

Entendendo a publicidade nas rádios comunitárias como um meio e não um fim em si mesmo, e comparando esse pressuposto com os dados obtidos da Rádio Acudam (Metrópole FM), podemos afirmar que a publicidade desta emissora não é um meio de viabilizar uma programação diferenciada para a comunidade onde ela está instalada. Seus objetivos são comerciais em detrimento dos objetivos sociais, o que foi ficando ainda mais claro quando, enfim, conseguimos entrevistar um locutor da rádio que chamaremos de locutor C⁷⁶ para preservar sua relação de trabalho com o seu empregador. Segundo ele, a rádio tem um produtor comercial para os anúncios. Mas, ao contrário da publicidade que está bem estruturada, sua programação é restrita, não dando preferência à finalidade educativa, artística, cultural e informacional em benefício do desenvolvimento geral da comunidade, como determina o Art. 30, parágrafo I, do Decreto nº 2.615 que regulamenta a Lei de Radiodifusão Comunitária. A Rádio praticamente só toca música e só as de sucesso. Se ela promovesse músicos que não conseguem tocar nos veículos comerciais, estariam ao menos contribuindo para uma distribuição mais justa do mercado fonográfico.

No Art. 4º do Estatuto da Rádio Acudam (Metrópole FM), entre os seus objetivos consta o seguinte:

Contribuir com o aprimoramento social, manutenção da cultura tradicional, conservação e preservação do patrimônio histórico e arquitetônico, dos recursos naturais e da qualidade de vida na região central de Cuiabá. Para tanto poderá sugerir, promover, coordenar ou executar ações e projetos, visando: promover conservar e divulgar a cultura regional. [...] Estimular e apoiar todas as entidades quer públicas ou privadas que tenham alguma responsabilidade com relação à cultura e ao meio ambiente. Promover o intercâmbio com entidades culturais, ambientalistas e científicas, nacionais e internacionais.

Na entrevista feita com o locutor C, perguntamos se a rádio já havia desenvolvido algum projeto visando à divulgação da cultura, a proteção do

⁷⁶ Entrevista realizada no dia 26 de fev. 2007.

patrimônio histórico e do meio ambiente. Depois de várias respostas evasivas, ele acabou concluindo que não. Segundo ele, o único programa da Rádio Acudam (Metrópole FM) que não é só de músicas é o Programa Palavra da Paz, do ex-Governador do Rio de Janeiro, Antony Garotinho, transmitido via Satélite para mais de 400 municípios do Brasil. Nesse Programa, que a rádio retransmite das 6 às 7 horas da manhã, Garotinho traz uma palavra de ânimo e conforto espiritual para os ouvintes, atende aos pedidos de orações e toca música gospel. Perguntamos ao locutor da rádio se esse horário era arrendado e assim respondeu: “Ele não é vendido, eu já falei para você, eu já expliquei, esse espaço vem na forma de apoio cultural. Ele ‘arrenda’ esse espaço e a forma de pagamento entra na forma de apoio cultural”⁷⁷. Ou seja, o espaço é arrendado, contrariando o Art. 19 da Lei que veda a cessão ou arrendamento da emissora do Serviço de Radiodifusão Comunitária ou de horários de sua programação.

O Estatuto da Rádio Acudam (Metrópole FM) não tem Conselho Comunitário, o Art. 8º da Lei nº 9.612/98 prevê a instituição de um conselho comunitário com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade. A respeito disso, o locutor C da rádio nos disse:

Veja bem pela forma de ela ser comunitária às vezes não é montado o Conselho e a rádio em si é formada por um grupo de locutores, às vezes não convém ter um conselho comunitário porque os locutores não são fixos.

A estrutura organizacional da emissora é constituída de Conselho Superior e Diretoria Executiva, sendo esta subordinada ao primeiro, mas ao mesmo tempo, conforme consta na ata de fundação da associação da rádio, os membros do conselho superior assumiram cumulativamente os cargos da diretoria executiva. Em suma, conforme a ata, apenas quatro pessoas compõem a administração da rádio. O conselho superior tem como um de seus componentes Túlio Cezar Zago, filho de Antonio Zago, que entre as suas competências está a de elaborar, alterar e aprovar o regimento interno da rádio, o que ocorre porque no estatuto não tem conselho comunitário, cabendo

⁷⁷ Ibidem

ao conselho superior tal incumbência. A esse conselho cabe a ação de fiscalizar a administração e a programação da rádio. Perguntamos ao locutor C da rádio se ela tinha uma diretoria executiva. Ele nos respondeu que não, e que “o Antônio Zago é o dono da rádio, ele efetua conferência da rádio, como está o andamento, a parte da contabilidade é tudo com ele”⁷⁸. Na prática, a administração acabou sendo restringida a apenas uma pessoa. Mas onde entra o Antônio Zago, se na Ata de fundação da Associação seu nome não aparece? Teria mudado a administração da rádio? Fizemos esse questionamento ao locutor C que, evasivamente, respondeu: “A administração vem assim atuando sempre da mesma forma”⁷⁹. Podemos afirmar, neste caso, que o estatuto da rádio é uma mera formalidade. Mas para quem? Com tantas incompatibilidades com a Lei nº 9.612/98, como esse processo de autorização passou na avaliação do Ministério das Comunicações? Segundo Lopes (p. 99), “a principal causa para o indeferimento desses processos é uma apreciação desmesuradamente rígida dos estatutos apresentados pelas entidades”.

Essa rádio hoje tem uma outorga provisória e o processo, até a elaboração deste trabalho, encontrava-se na Câmara Federal, embora já analisado pelo Ministério das Comunicações. Nesse caso, não podemos nomear o padrinho político dessa rádio, mas certamente ele existe, ou será que o rígido Ministério deixou passar despercebidos os erros do processo?

Depois de discorrer sobre os vários aspectos da Rádio Acudam (Metrópole FM), podemos afirmar que essa Rádio não é comunitária. Sob todos os aspectos, os valores culturais que defende não são condizentes com os de uma rádio comunitária. Seus interesses vinculam-se aos da acumulação capitalista, ignora os anseios e os objetivos dos setores populares da sociedade cuiabana.

⁷⁸ Idem.

⁷⁹ Ibidem.

3.0 RÁDIO CPA FM: NASCIMENTO E DESENVOLVIMENTO

A rádio CPA FM está localizada no bairro Morada da Serra, mais precisamente na área do CPA III, zona periférica de Cuiabá. Trata-se de uma área urbana originária da expansão dos conjuntos habitacionais implantados em Cuiabá até 1985⁸⁰.

A história da Rádio Comunitária CPA FM é muito parecida com as peripécias vivenciadas pela maioria das rádios comunitárias no Brasil, muita espera pela outorga, lacre, apreensão de equipamentos, dificuldades financeiras e outros.

Ao criar essa rádio, seus idealizadores pensavam em operá-la dentro do trâmite legal da Lei n. 9.612/98. Primeiro, conforme reza em seu estatuto, as entidades envolvidas no processo - CUT, Sindicato dos Motoristas, Sindicato dos Bancários, Trabalhadores da Informática e Professores da Rede Privada de ensino - criaram a “Associação Movimento Rádio Educativa FM de Cuiabá”, depois, entraram com o pedido de outorga no Ministério das Comunicações, em fevereiro de 1999. Entretanto, com a demora da manifestação do Ministério das Comunicações, em 2000 a entidade entrou com pedido de liminar na Justiça Federal de Mato Grosso para colocar a rádio no ar. O pedido foi deferido e a rádio foi ar em 8 de abril daquele ano. Em 2001 a ANATEL derrubou a liminar no Tribunal Regional Federal e a rádio ficou funcionando sem nenhuma proteção judicial até 2004. Nesse ano a ANATEL lacrou a Rádio, mas segundo o seu presidente⁸¹, a Associação que mantém a rádio retirou o lacre, pois, segundo ele, “a demora no atendimento da outorga não deixava outra alternativa”.

Em 2005 a rádio, mais uma vez, recebeu a visita da ANATEL, dessa vez acompanhada da Polícia Federal, que levou todo o equipamento. Entretanto,

⁸⁰ Após 1964, devido ao programa de ocupação da Amazônia do Governo Federal, chegaram a Cuiabá os primeiros fluxos migratórios resultante dessa política de atração de contingentes humanos para o Centro-Oeste e Norte do país, provocando, desta feita, o crescimento urbano desenfreado da cidade. Pressionado pela imigração crescente, o governo do estado se viu compelido a adotar uma política habitacional para atender a população de baixa renda, criando a Companhia de Habitação Popular do Estado de Mato Grosso (COHAB). Esta foi responsável pelo projeto de loteamento e de construção das casas do bairro CPA III e de muitos outros criados para atender às necessidades mínimas de moradia da população pobre que passou a habitar áreas afastadas do antigo centro da cidade.

⁸¹ Entrevista realizada no dia 12 de abr. 2006.

segundo o presidente⁸², “de nada adiantou, nós nos juntamos, fizemos cota, compramos novos equipamentos e continuamos no ar. Em outubro de 2006 fomos comunicados de que a outorga definitiva tinha saído”. Mas, mesmo assim, em fevereiro de 2007 a Rádio foi multada pela ANATEL, desta vez porque a antena estava com dois metros acima do permitido, afirma Queiroz.

No início de suas atividades a Rádio localizava-se na Avenida do CPA, nos fundos do Sindicato de Processamento de Dados de Mato Grosso (SINDPD). Hoje, localiza-se no bairro CPA III, no terreno da casa do presidente da rádio. Segundo Queiroz⁸³, agora com a outorga em mãos, as instalações da Rádio vão ser transferidas para o Centro Comunitário do bairro.

A Rádio Comunitária CPA FM iniciou suas atividades com uma programação só de músicas, aos poucos foram aparecendo pessoas da comunidade interessadas em participar com propostas de programas. Assim, foi se constituindo uma grade de programação com entrevistas, debates com a comunidade e programas musicais de estilos variados. Hoje, a rádio conta com mais de 40 pessoas envolvidas em sua programação. Os programas com locução normalmente são apresentados à noite e nos finais de semana. Durante o dia são retransmitidos programas que chegam via Internet, obtidos por meio de parcerias com entidades do tipo Rádio Câmara, Ong Criar Brasil, Ong Oboré, Imbrasa, etc. Segundo o presidente da rádio⁸⁴, a grade de programação é assim definida porque das pessoas envolvidas com a Rádio “só o Diretor de Operações recebe salário, os outros são voluntários e trabalham durante a semana em outros locais”.

Vários programas da Rádio Comunitária CPA FM são feitos em grupo, um exemplo é o programa “Eco Cidadania”, realizado em forma de rodízio por pessoas que participam de pastorais sociais ligadas à Igreja Católica. Nesse programa são discutidos temas atuais, como o preço do passe, ecossistemas, inflação e outros, divulgam campanhas realizadas pela Igreja Católica, pelos movimentos sociais, além da realização de entrevistas com representantes de entidades sociais.

⁸² Idem.

⁸³ Nivaldo Queiroz. Ibidem.

⁸⁴ Ibidem.

Outro exemplo é o Programa “Obra Colp”, também vinculado à Igreja Católica. Por meio dele faz-se um trabalho de formação profissional, a Rádio divulga os cursos oferecidos, o local e o período de realização e os seus objetivos. Também entrevistam representantes de entidades sociais, fazem campanha para arrecadação de roupas, alimentos, cobertores, etc. Os dois programas mencionados anteriormente executam pouca música, pois, a prioridade é a informação. Neste caso, o programa leva ao ar apenas músicas religiosas.

Atualmente a Rádio está situada em uma parte alta do município de Cuiabá, o que aumenta o seu alcance. Além disso, não há nenhuma outra rádio comunitária na região, o que faz com que a mesma possa ser ouvida em mais de 40 bairros da área denominada Grande Morada da Serra. Nenhuma pesquisa para medir a sua audiência foi realizada até o presente, mas, em julho de 2005, quando chegamos ao bairro onde está situada a referida rádio pude constatar a sua popularidade. Por não conhecer bem o bairro tivemos dificuldade em encontrar a sede das suas instalações, então, começamos a perguntar às pessoas, em cada esquina, o seu endereço, coincidência, ou não, todos sabiam da sua localização.

A manutenção financeira da rádio se dá por meio de apoio cultural por parte do comércio e de entidades que participam da formulação da grade de programação da emissora. Algumas dessas entidades preferem não divulgar os seus nomes durante a execução dos programas. Alguns dos programas financiados por meio de apoio cultural do comércio dividem o dinheiro com a rádio para que esta possa cobrir suas despesas mensais.

Hoje a rádio está disponível na Internet (www.radio90fm.com.br).

3.1 ANÁLISE DOS DADOS EMPÍRICOS

Uma vez detalhado o processo comunicativo no Brasil, em Mato Grosso e em Cuiabá, bem como a lei que regulamenta os serviços de rádio comunitária em todo o país, chegamos agora à parte central dessa dissertação: fazer a análise dos dados obtidos ao longo de nosso trabalho para comprovar se, de fato, a Rádio CPA FM é uma rádio comunitária.

Uma de nossas primeiras iniciativas para coletar os dados sobre a rádio CPA FM foi levantar em cartório o seu estatuto. Depois de analisarmos o teor

das informações contidas neste documento e a comparação do mesmo com o preconizado pela Lei nº 9.612/98, concluímos que, do ponto de vista formal, a rádio em questão foi criada de acordo com a legislação que regulamenta o setor.

O passo seguinte de nossa pesquisa foi entrar em contato com a Rádio CPA FM. As pessoas envolvidas com as atividades da rádio foram muito receptivas, e não demonstraram nenhum receio em estar sendo avaliadas. A maioria acreditava, sem nenhuma reserva, que a programação levada ao ar era própria de uma rádio comunitária.

A Rádio CPA FM está sediada em um cômodo da casa do seu presidente. Tal situação tem levado muitas pessoas a dizerem que a rádio é sua. O funcionamento de rádios comunitárias em casas de determinadas pessoas é comum em vários lugares. A maioria das rádios que opera fora da lei, não encontra outros lugares para ser instalada, a não ser na casa de alguém comprometido com o processo. Apesar de não ser o ideal, justamente para evitar esse tipo de comentário, a própria Lei 9.612/98 não diz onde deve (ou não deve) funcionar uma rádio comunitária. O item 6.2.1 da Norma Complementar nº 2/98, apenas reza que a sede das fundações e associações poderá estar em qualquer ponto da área urbana. Além de não cometer nenhuma infração à lei, em sua programação constantemente é dito que a emissora é uma rádio comunitária, atendendo desta forma ao item 10.6 da mesma Norma Complementar. De acordo com esse item, toda estação de rádio comunitária é obrigada a irradiar seu indicativo de chamada a cada trinta minutos. Contudo, segundo o presidente da rádio, a Secretaria de Cultura do Município de Cuiabá já autorizou a sua instalação no Centro Cultural do CPA III e, em breve, a mudança de local será feita.

Fizemos várias visitas à Rádio CPA FM a fim de assistir ao vivo à execução da sua programação. Nos momentos em que lá estivemos observamos que a mesma é bem visitada pelos moradores do bairro, que comparecem para assistir os programas de sua preferência ou para mandar algum recado.

Constatamos por meio das nossas visitas que a Rádio possui em sua grade um número de programas ligados a Igrejas de várias tendências religiosas. Para além dos programas de cunho eminentemente religioso, há

outros, como por exemplo, o Programa Eco Cidadania, dirigido por pessoas ligadas às pastorais da Igreja Católica e que tem como objetivo discutir com a comunidade ações inerentes a cidadania.

Para uma melhor compreensão da dinâmica de funcionamento da Rádio CPA FM, selecionamos alguns dos programas por ela executados para comentários mais específicos, descritos a seguir.

Programa Debates - Entrou no ar em janeiro de 2004. Este programa foi idealizado pelo seu locutor e jornalista Nivaldo Queiroz, supervisor de rádio da UFMT (Universidade Federal de Mato Grosso) e pelo Presidente da Rádio CPA FM, e vai ao ar todos os sábados no período da manhã, das 10 às 12 horas. Segundo Queiroz, os blocos são divididos de acordo com o tema e o entrevistado. “Tem entrevistado que fala pouco, então você tem logo que chamar o apoio cultural, mas, normalmente, dá em torno de cinco blocos”⁸⁵.

A entrevista é intercalada com músicas referentes ao tema abordado, e o apoio cultural é intercalado com pequenos textos de campanhas educativas sobre temas como hanseníase, tuberculose, prevenção à AIDS e outros. Vejamos o texto de uma campanha contra a pobreza: “A cada três segundos uma criança morre, resultado da pobreza e miséria absoluta e o pior: todas essas mortes poderiam ser evitadas. Junte-se à chamada global contra a pobreza. Não queremos o seu dinheiro, queremos a sua voz”.

Como o próprio nome sugere, o programa é de debates. O objetivo do programa como um todo, segundo Queiroz⁸⁶, é provocar a comunidade, colocando-a por dentro dos assuntos que dizem respeito à comunidade. É também um chamamento às questões como “conscientização e participação política, direitos e deveres do cidadão”. Dentro do programa tem um quadro chamado “Fala Doutor” com trinta minutos de duração. Nesse quadro são convidados médicos de várias especialidades para falar, por exemplo, sobre hanseníase, tuberculose, doenças cardíacas, etc.

Perguntamos ao locutor quais foram as pessoas convidadas a comparecerem ao programa na condição de entrevistados e ele nos respondeu: o prefeito Wilson Santos (PSDB), a senadora Serys Marly (PT) e o

⁸⁵ Nivaldo Queiroz. Ibidem.

⁸⁶ Idem.

deputado federal Carlos Abicalil (PT), diretores de escolas, ambientalistas, médicos, pastores, padres, presidentes de bairros, representantes de comunidades eclesiais etc. Nenhum partido considerado de direita foi mencionado. Portanto, neste caso, o programa comete uma infração. Conforme a Lei nº 9.612/98, Art. 4º, é proibida a discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais convicções político-ideológicas partidárias e condição social nas relações comunitárias. Convém ressaltar que a utilização das terminologias “direita” e “esquerda” (implícita) para nós é estritamente metodológica⁸⁷, ou seja, uma maneira de ressaltarmos o proselitismo político praticado nesse programa que em nossa interpretação deve-se ao fato de a rádio ser dirigida por uma política partidária contrária à lei e ao código de ética

⁸⁷Os termos, **direita** e **esquerda**, usualmente empregados para definir ideologias partidárias, têm origem na Revolução Francesa. Nos **Estados Gerais franceses** reunidos em 1789, os monarquistas que apoiavam o **Antigo Regime**, sentavam-se à direita do rei e os **Girondinos**, por serem a favor da Revolução Francesa e contra o rei, sentavam-se à sua esquerda. Então, a princípio, essas terminologias tinham uma conotação espacial. Posteriormente foram adquirindo um perfil ideológico e o caminho que levou essas terminologias a se tornarem ideologicamente distintas começou a ser percorrido ao longo do século XIX. A partir desse século, com a intensificação da produção industrial e a conseqüente exploração da mão de obra dos trabalhadores das indústrias, esses começaram a organizar movimentos de reação à exploração contra os burgueses donos de fábricas. Dentre estes movimentos os que mais se destacaram foram o **Ludismo** e o **Cartismo**. No decorrer desse século, começaram a ser delineadas idéias que começaram a ser conhecidas como socialismo. As primeiras idéias do socialismo, chamado de **socialismo utópico**, foram gestadas por pensadores como Robert Owen, Louis Blanc, Charles como Robert Owen, Louis Blanc, Charles Fourier e Saint Simon. Era um movimento solidário organizado por burgueses capitalistas que propunha um bom capitalismo por meio de algumas reformulações no sistema que contribuíssem para amenizar as condições críticas em que vivia o operariado. Mas, não propunha o fim do capitalismo. A partir desses pensadores, no início da segunda metade do século XIX, Karl Marx e Friedrich Engels elaboraram as idéias de outro socialismo: o **socialismo científico**. Nele, os seus autores, ao contrário dos socialistas utópicos, não acreditavam que o capitalismo pudesse ser reformado, que pudesse haver um “bom capitalismo”. Para eles, para alcançar a redenção dos trabalhadores era necessário que estes unissem em classe, a classe dos trabalhadores, e lutassem para destruir o capitalismo da classe burguesa. A partir desse momento, **direita** passou a ser uma terminologia usada por aqueles que lutavam manter o sistema capitalista e a terminologia **esquerda** passou a designar aqueles que lutavam para destruir o mesmo sistema e substituí-lo por uma nova ordem: o socialismo.

Entretanto, com o avanço da ideologia capitalista no mundo, por meio da globalização dos setores econômicos (**neoliberalismo**), a partir de 1980 uma nova ordem política começa a se instaurar: mesmo países que ainda permanecem sob o regime socialista – como é o caso da China – inserem-se na lógica de mercado capitalista. No caso específico do Brasil, o alinhamento do Partido dos Trabalhadores (PT) à agenda neoliberal durante a campanha de seu candidato à presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002, é outra prova evidente dessa nova ordem política em que, a partir dela, os termos **direita** e **esquerda** perdem a conotação de oposição ideológica adquirida no século XIX.

do movimento de rádios comunitárias. Mais à frente, em nossa análise, retomaremos esse assunto e justificaremos nossa interpretação.

Em um dos programas que assistimos, em 2006, o convidado do dia, foi o Professor Lourembergue Alves. Ele fez uma explanação sobre o governo Lula e o seu mote de campanha, “A Esperança Venceu o Medo”. O entrevistado falou sobre a corrupção no governo (assunto muito debatido naquele momento), sobre cidadania e a participação política de pessoas no processo político, sobre pessoas que participaram da ditadura militar e continuam no governo (inclusive no governo Lula) e sobre verticalização política e conjuntura nacional, estadual e municipal naquele momento. O entrevistado teve duas horas para discorrer sobre os temas indicados e, durante o programa, os ouvintes puderam participar com perguntas ou também opinando sobre o assunto.

Uma outra questão observada no Programa Debates, no dia da entrevista mencionada acima, refere-se à dinâmica da sua execução. Naquele dia, especialmente, não houve o quadro “Fala Doutor” e nem músicas intercaladas com a entrevista. Segundo Queiroz isso se deu porque o assunto era bastante abrangente. Dessa forma, o programa foi dividido em quatro blocos de meia hora e o intervalo para o apoio cultural não passou de três minutos. Mesmo assim, o apoio cultural foi intercalado com as campanhas educativas. Cabe assinalar que em uma rádio comercial cada bloco varia em média de 5 a 10 minutos, pois, a programação está totalmente comprometida com o tempo, moeda de valor de troca entre as emissoras e os seus anunciantes. Numa rádio comunitária não há restrições dessa natureza, sobra desta maneira mais espaço para aprofundar as discussões sobre os temas em pauta e para a prestação de serviços à comunidade.

Selecionamos duas passagens relativas às análises de Louremberg Alves naquele programa, visando demonstrar o conteúdo da entrevista levada ao ar no dia 1º de julho de 2006. A primeira passagem diz respeito a corrupção no governo Lula e a interpretação dada pela mídia. Assim se pronunciou o entrevistado:

Infelizmente a TV Senado e a TV Câmara é passado (sic) para um grupo reduzido de pessoas, mas o grande problema é que TV aberta pega momentos dessa gravação e joga no ar. Seria

importante que as TVs Senado e Câmara fossem TVs abertas para que toda sociedade pudesse acompanhar tudo.

O segundo ponto refere-se a possível vitória de Lula nas eleições daquele ano, em resposta à pergunta de um ouvinte sobre se o Presidente Lula venceria as próximas eleições e, se vencesse, como seria o seu governo. O entrevistador acrescenta à pergunta do ouvinte se Lula sabia, ou não, das corrupções no governo. Assim se manifestou o entrevistado:

Sabia sim [...] Se não sabia, ao menos foi omissos. Depois de tudo isso que aconteceu [...] O Lula fez aquilo que nós analistas políticos não imaginávamos: o Lula conseguiu dissociar o PT do Lula [...] Conseguiu fazer a sociedade pensar que ele era muito diferente do PT. [...] É diferente do Collor [...] São 25 anos de construção política. [...] Na última pesquisa do Data Folha, o Lula só perde nas classes A e B. O Lula só perde naqueles altos salários. [...] Os outros segmentos são envolvidos nos programas sociais ou na história fantástica do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Programas Educativos: Como já dissemos anteriormente, a maioria dos programas veiculados pela Rádio CPA FM, durante o dia, de segunda a sexta-feira, consiste de programas previamente gravados. Esses programas são enviados, via Internet, pela Rádio Câmara, Ong Criar Brasil, Ong Oboré, Imbrasa etc. Em sua programação diurna os temas que vão ao ar são intercalados com apoio cultural, execução de músicas que reforçam os temas debatidos e peças publicitárias educativas sobre drogas, sexualidade, estatuto da criança, violência contra a mulher, preconceito racial etc.

Ouvimos vários programas diurnos e constatamos, de fato, a veiculação de uma programação educativa que contempla, entre outros, temas como política, cidadania, desenvolvimento sustentável e comunicação. Esses programas, normalmente, são narrados por duas pessoas alternadamente: um homem e uma mulher que, antes de discorrer sobre os assuntos a serem tratados durante o programa, apresentam entrevistas feitas nas ruas com várias pessoas, de diferentes profissões, indagando sobre o assunto. Trata-se de uma forma de demonstrar o que as pessoas normalmente pensam ou que elas não sabem pensar sobre assuntos tão relevantes ao desenvolvimento da cidadania. Vejamos, a seguir, alguns trechos de dois programas educativos

referentes aos meios de comunicação no Brasil e ao desenvolvimento sustentável, colocado no ar no dia 3 de julho de 2006.

No programa que foi ao ar no dia 3 de julho de 2006, a emissora pautou a discussão do porque a *Revista Veja*, o jornal *Folha de S. Paulo*, o *Jornal do Brasil*, a *Globo* e o *SBT* são chamados de “Grande Mídia” e contrários às mídias alternativas:

A grande mídia está organizada de acordo com a ordem atual e sua função é reforçar essa ordem. Uma ordem autoritária, hierárquica e nem um pouco democrática. Ela também tem relação com outras estruturas poderosas, governo, empresas e instituições. Nestas relações estão em jogo interesses comerciais e políticos. Pense na propaganda: são os anunciantes que sustentam a grande maioria das tvs, rádios e jornais por isso eles exercem grande influência a seu favor, é claro⁸⁸.

Neste programa também foram enfatizadas algumas ações que devem ser feitas pelos indivíduos e grupos que lutam pela democratização da comunicação:

Você odeia mídia? Então seja a mídia! [...] Se eles querem pessoas apáticas, sejamos ativos! Se eles dominam a grande mídia, então criemos os nossos próprios meios de comunicação! [...] Se eles põem um preço no conhecimento e na informação através dos direitos autorais, vamos criar nosso próprio conhecimento e informação e distribuí-los livremente⁸⁹!

Vejamos, também, uma teatralização para tratar da perseguição às rádios comunitárias: o telefone toca e alguém atende: - Alô, Central de Atendimento. Uma senhora aflita fala: - Alô, moço, eu tô princisando (sic) de uma ambulância (sic), alô, alô, caiu a linha. Arriégua (sic)! Será que foi esta tal de rádio comunista? A filha responde: comunitária mainha (sic)! Narrador: - O telefone não funciona. Várias vozes: - Foi a rádio comunitária. Narrador: - A inflação sobe. Várias vozes: - Foi a rádio comunitária. Narrador: - tudo de ruim que acontece. Várias vozes: - Foi a rádio comunitária. Narrador: - Rádio comunitária não derruba avião, nem impede a comunicação com hospital e

⁸⁸ Este programa foi produzido pela Rede Abraço de Comunicação.

⁸⁹ Idem.

ambulância. Aquele político picareta que foi reeleito. Várias vozes: - Não foi a rádio comunitária!

Vejamos agora a discussão sobre o conceito de desenvolvimento sustentável:

Imagine uma cadeira de três pés: para que possa se sustentar, ou seja, para não cair é preciso que os três pés estejam em equilíbrio não é mesmo? Da mesma maneira acontece com o desenvolvimento sustentável e democrático: a sua base, que corresponderia a cada um de seus pés, também tem que estar em equilíbrio. A qualidade de vida, de justiça social e o equilíbrio ambiental necessitam da mesma atenção e estão ligados entre si. Só que, em nome do desenvolvimento econômico, tem tamanho e formatos diferentes⁹⁰.

Preto Zé, coordenador geral do Movimento Social de Cultura de Rua do Ceará e membro da Coordenação Nacional da Rede Brasileira de Hip Hop, diz que o modelo de desenvolvimento econômico atual é a causa da escassez que estamos enfrentando:

É esse modelo que quer reproduzir o Mcdonalds em todo o mundo, todo mundo tomando coca-cola, calçando tênis Nike [...] impõe essa lógica do mercado para poder acumular lucro nas mãos de alguns [...] A lógica do mercado é incompatível com a vida. [...] Eles estão usando hoje o corpo da mulher para vender desde comida a carro.

Às vezes, entre um programa e outro existem quadros como o “Plantão Saúde”, no qual são discutidas ações que viabilizam a qualidade de vida: como o controle do estresse, combate as principais doenças, a importância de uma boa alimentação, da abstenção de vícios, como tabagismo, alcoolismo e a recomendação de práticas de atividades físicas como fator determinante para uma boa saúde.

Jornal CPA FM – esse programa vai ao ar das 7 às 8 horas da manhã é apresentado pelo presidente da rádio e por um estudante de jornalismo da UFMT, João Bosco. As matérias do jornal são retiradas de vários sites, dentre os quais, o Midianews, o Diário de Cuiabá e a Gazeta. Não existe abordagem

⁹⁰Programa produzido pela Organização Não Governamental (ONG) Brasil Sustentável e Democrático.

de questões locais pelo programa. Segundo Bosco, “precisaria de um repórter com disponibilidade para acompanhar o que acontece na comunidade”⁹¹. Nesse programa, os jornalistas, além de dar a notícia, atuam como âncora. O papel do âncora no jornalismo é tema antigo de debate. Fala-se muito das questões de espetacularização da notícia através do papel desempenhado por ele: jornalistas que ganham nome e acabam aparecendo mais do que as próprias notícias, que arrebanham audiência ou viram estrelas. No seguimento de jornalismo mais popular, os jornalistas-âncoras, devido à grande popularidade que ganham junto aos ouvintes ou telespectadores, acabam por utilizar disso como meio para se elegerem aos mais diferentes cargos políticos. Entretanto, o jornalista Alberto Dines (*apud* Veiga Junior, 2005, s/p), esclarece a real função do jornalista-âncora. “Cabe a ele: amarrar o espectador, ancorá-lo em assuntos sobre os quais nunca ouviu falar, países que não sabe localizar no mapa, problemas completamente estranhos a sua experiência”.

No programa que ouvimos no dia 10 de janeiro de 2008, como sempre, o estudante de jornalismo Bosco leu e comentou várias matérias. Destacamos abaixo algumas manchetes lidas e alguns dos comentários feitos por ele posteriormente.

Inicialmente a partir da manchete: “Eleições para diretores serão em abril”, destacou:

Nenhuma escola é melhor que a outra. Todos os professores são escolhidos em concurso público onde são escolhidos os melhores. Se uma escola tem um índice melhor que a outra isto tem a ver com a direção. É preciso que a comunidade participe mais da vida escolar e cobre dos professores e diretores.

Em outra manchete - “Filha de Serys, Larissa, sairá candidata a vereadora” – o apresentador diz:

A Serys está fazendo o que sempre condenou, ela que sempre condenou os Campos de pôr na política pessoas da própria família, agora está ela fazendo o mesmo. Bem, como a informação não é detalhada pode até ser fofoca de jornal.

⁹¹ João Bosco. Entrevista realizada, por telefone, às 07h34m do dia 11 de jan. de 2007.

Por último, destacamos a chamada para a notícia do “Caderno Cuiabá Urgente”, sob a chamada: “Walter Rabelo vai para o PP”. Sobre isso observa o apresentador:

Para sair candidato à prefeitura de Cuiabá Walter Rabelo, que era do PMB, foi para o PT, onde pleiteava ser presidente do partido e garantir sua candidatura. Como o governador Blairo não apoiou, ele foi para o PP onde está garantida a sua candidatura. Agora, é o ‘vale tudo’ para conseguir a administração da cidade.

Os comentários feitos por Bosco, nestas matérias, não se encaixam dentro da função do âncora definida por Dines. Mas, segundo o presidente da rádio⁹², a proposta do programa é “fazer uma leitura crítica do que a imprensa noticia”. A crítica aos meios de comunicação e às informações por eles difundidas faz parte da agenda da comunicação alternativa desde a década de 1960, intensificada na década de 1970 e 1980. Foi nesse período que se estruturam no Brasil os grandes monopólios da comunicação (PERUZZO, 2004, p.113). O movimento contra o monopólio da comunicação foi articulado pelos sindicatos, comunidades e grupos de esquerda, a partir da análise das mensagens difundidas na chamada grande mídia. O objetivo central consistia em demonstrar que a falta de qualidade e as informações enviesadas eram inerentes aos interesses políticos e econômicos de uma minoria e, também, uma forma de conquistar e reafirmar a autonomia dos consumidores.

Nos noticiários da chamada grande mídia as notícias são pouco mais que manchetes, às vezes, menor que uma peça publicitária. Para omitir informações ou para disfarçar o pouco interesse que as pessoas têm por essas matérias, na maioria das vezes de conteúdo globalizante e que têm pouco a ver com a realidade das pessoas, os diretores jornalísticos afirmam que ninguém tem mais tempo. Além disso, a batalha pela audiência transformou a mensagem em espetáculo: não importa se verdadeiras ou falsas, o que interessa é que elas causem algum impacto.

É possível ou correto educar alguém para uma recepção crítica e ativa? Alguns administradores da cultura acreditam que não. Para eles a recepção é uma experiência única, cada cidadão recebe a mensagem de modo diferente e

⁹² Ibidem.

que os esforços educativos, nesta direção, significariam uma tentativa de manipulação das consciências. Outros pensadores, com os quais nos identificamos, acreditam que é possível e que é preciso educar para os meios de comunicação, caso contrário, estaríamos legitimando os privilégios de um pequeno grupo em seu acesso exclusivo e sem empecilho à intimidade das pessoas, famílias e grupos humanos (SOARES, 1996, p. 53-54).

A explicação dada por Alberto Dines sobre a função do jornalista o coloca numa posição de imparcialidade e faz parte da lista das orientações, via de regra, difundidas nos manuais dos jornalistas, mas, a prática é sempre outra. Segundo Giannotti (2005, p. 66) não existe neutralidade na mídia, o que existe são interesses de classe a serem defendidos.

No caso do Jornal CPA FM existe crítica, mas a que interesses ele defende? Para responder a esta questão é preciso, antes, descobrir quais os interesses que guiam esta rádio, o que faremos mais à frente.

O Outro Lado da MPB – Esse programa é apresentado por Johnny Marcos Ribeiro, estudante de jornalismo da UFMT. Vai ao ar de segunda a sexta-feira, das 12h00 às 13h00. O programa não tem publicidade, executa músicas de cantores da MPB, praticamente desconhecidas do público da CPA FM, considerando que os veículos de massa não difundem esse tipo de gênero musical. “Nem só de Chicos e Caetanos vive a música popular brasileira”⁹³. Além da grade musical executada pela emissora, o programa dá informações sobre alguns cantores, faz análises da letra de algumas músicas, além de dicas sobre filmes e peças de teatro em cartaz na cidade. Acrescenta também que não faz nenhum comentário depreciativo a outras músicas e nem fica enaltecendo a MPB, o objetivo é mostrar que existem outras coisas. Repetindo uma famosa frase de Ariano Suassuna, o apresentador conclui: “Cachorro só gosta de osso porque só lhe dão osso”.

O programa **O Outro Lado da MPB**, levado ao ar pela Rádio CPA FM, faz parte de um “plano B” do apresentador Ribeiro, montado por ele e apresentado à várias emissoras comerciais, que não se interessaram pela sua idéia. Em relação a isso afirma: “Esse povo é meio alienado, pensaram que o

⁹³ Johnny Marcos Ribeiro. Entrevista realizada no dia 12 de dezembro de 2007.

programa não daria audiência”⁹⁴. Sobre as letras serem de difícil entendimento, argumenta: “Eu diria que o problema não é esse: essas músicas não são de difícil entendimento, o problema é que elas não são tocadas porque lançam um novo olhar sobre o mundo”⁹⁵.

O comentário político e histórico da música “O favelado”, de Zé Kéti, dá uma pequena demonstração do “tom” adotado pelo apresentador no programa em questão:

Essa música mostra como na época da ditadura as comunidades pobres dos morros, desprotegidas e sem representação política depois do fechamento de organizações como a Central Geral dos Trabalhadores, fizeram seus protestos através da música. A música aqui é usada não só para falar de amor, mas para falar da falta de água, de comida, do pobre.

Para executar esse tipo de música, não veiculada na grande mídia, de autores como Rita Ribeiro, Mônica Salmasio, Celso Galvão, entre outros, o locutor diz ter que fazer buscas na Internet e em sebos.

Eco Cidadania – O que é o programa “Eco Cidadania”? Trata-se de um espaço de formação e informação nascido no interior do fórum das pastorais e movimentos sociais do quinto setor⁹⁶. Esse fórum se reúne mensalmente para discutir ações e propor trabalhos visando à melhoria da comunidade e a inserção do cidadão em uma vida mais digna e humana. Foi dentro dele que, segundo Silva⁹⁷, surgiu a idéia de fazer um programa de rádio que tratasse desses assuntos. Um lugar onde fossem entrevistadas pessoas ligadas, por exemplo, à saúde, à educação, aos movimentos sociais locais, além de ser um canal de informação entre os movimentos sociais.

Antes da existência do programa “Eco Cidadania” o fórum das pastorais tinha um jornal impresso, mas, segundo Dulce Oliveira⁹⁸, “o rádio é mais

⁹⁴ Idem.

⁹⁵ Idem.

⁹⁶ A Arquidiocese de Cuiabá é composta por várias igrejas como Igreja do Rosário, Igreja do Divino Espírito Santo, etc. Cada igreja representa um setor com objetivos diferenciados. Por exemplo, a igreja que pertence ao quinto setor é responsável pela pastoral da criança, pastoral da sobriedade, pelo Fórum de Lutas por Saneamento Básico, etc.

⁹⁷ Salvador Flávio Pereira da Silva. Entrevista realizada no dia 10 de janeiro de 2008.

⁹⁸ Dulce de Resende Oliveira. Entrevista realizada no dia 9 de janeiro de 2008.

abrangente não só porque muitas pessoas não sabem ler, mas também porque as pessoas não têm a cultura de ler”. Diante dessa constatação, a equipe que produzia o jornal procurou a Rádio CPA FM, que cedeu o espaço para a veiculação do programa.

O programa, no momento, é produzido e apresentado pelas seguintes pessoas: Dulce de Resende Oliveira, representante do movimento de mulheres; Salvador Flávio Pereira da Silva, assessor de gabinete do vereador Ludio Cabral (PT); Antonio Carlos de Oliveira, professor de biodança. O programa já discutiu temas atuais e de importância para o avanço da cidadania, como por exemplo: o Grito dos Excluídos, o Plebiscito da Vale, a Luta das Mulheres, as Eleições municipais etc. Na discussão sobre as eleições municipais, o prefeito de Cuiabá, Wilson Santos, foi entrevistado acerca dos compromissos assumidos por ele durante o processo eleitoral que o elegeu. Também foi debatido o papel do vereador, do presidente da câmara e do prefeito.

Os temas do programa são definidos de acordo com a comemoração de determinadas datas e as músicas escolhidas os ilustram. Vejamos o comentário de Dulce de Oliveira sobre isso:

A gente procura colocar música de qualidade como, Roberto Malvezzi, Elis Regina, Chico, Buarque, Rubinho do Vale que são músicas voltadas para organização popular. No caso do lambadão, a gente só coloca Pescuma, Henrique e Claudinho, Roberto Lucialdo, etc. O Rubinho é do Vale do Jequitinhonha e fala muito do Brasil e do povo brasileiro⁹⁹.

No programa Eco Cidadania existe um quadro de biodança¹⁰⁰, nele Antonio Carlos de Oliveira, facilitador dessa área, discute questões voltadas à qualidade de vida, como a importância do comer com a família, do lazer, de uma boa respiração, do sono, de fazer exercícios físicos etc. Segundo Dulce¹⁰¹, “a biodança estimula o auto-conhecimento como um dos mecanismos de convívio social, uma estratégia de transformação do social a partir do eu”.

⁹⁹ Ibidem.

¹⁰⁰ A biodança é uma terapia que combina alegria com expressão corporal, arte e expressão cultural. Criada pelo psicólogo chileno Rolando Toro de Arañeda, em 1960, trabalha a emoção com base em cinco linhas de vivência: vitalidade, sexualidade, afetividade, criatividade e transcendência.

¹⁰¹ Ibidem.

No dia 13 de janeiro de 2008 fomos à rádio para assistir à execução do programa. Nesse dia, Oliveira apresentou o programa sozinha, atuando como locutora e operadora de áudio. O tema abordado no programa foi desenvolvimento sustentável. Dentro da temática falou sobre a importância de se economizar água, energia, papel e sacolas plásticas. Vejamos duas informações e dicas repassadas aos ouvintes sobre como economizar água e papel:

a) Você aí, minha amiga dona de casa, não varra a calçada com água, varra com a vassoura, verifique se a torneira está pingando, lave a roupa de uma só vez;

b) Vamos consumir menos papel, o consumo de papel devasta florestas inteiras! Talvez aqui você vá dizer que é só plantar de novo. Você sabia que mesmo que você replante florestas inteiras, você não recupera mais toda a biodiversidade que existia nela antes?

Durante a execução do programa do dia 13 de janeiro houve apenas a participação de um ouvinte por telefone, mas, nos outros programas que ouvimos houve mais ouvintes apresentando questionamentos sobre a temática abordada. Para Dulce Oliveira, “é assim mesmo, o povo liga mais para a rádio para pedir música, ainda não sabe da importância da rádio, se soubesse ela seria mais importante”. Entretanto, segundo a informante, há mais participação sobre determinados temas,

Por exemplo, quando nós falamos da descoberta do uso do caju para a cura da hanseníase, nós recebemos uma média de 100 ligações. Mas também é interessante notar que às vezes o retorno não vem através da ligação, mas na vida real, na feira, na padaria, no ônibus. Muitas pessoas abordam o Antônio Carlos para falar de assuntos que ele falou no rádio e pedem que envie o texto para eles¹⁰².

As ligações telefônicas para um determinado programa são mecanismos importantes de aferição da audiência nos meios de comunicação de massa. É por meio da audiência que os veículos comerciais buscam seus patrocínios. Para uma rádio comunitária a audiência tem importância secundária. Nela, o que importa é o compartilhamento nas decisões daquilo que vai ao ar.

¹⁰² Ibidem.

Nas rádios comerciais a **audiência** é importante não só porque se converte em ganhos e/ou perdas publicitárias, além disso, é preciso destacar o significado que de fato encerra. Para melhor compreender o termo, vejamos o seu significado no Dicionário Houaiss: “Ato de receber alguém com o objetivo de escutar ou de atender sobre o que fala ou sobre o que alega” (2004, p. 343). Mesmo quando o ouvinte pede a execução de uma música ou é chamado a opinar, sua participação é limitada, pois, opina a partir das alternativas dadas. A participação nessa modalidade, segundo Peruzzo (2004, p.80), é uma farsa. Uma tentativa, via de regra, de adequar as demandas aos interesses de quem detém o poder. A rádio comunitária é um elo das várias vidas da comunidade, a rádio comercial é um meio através do qual só se tem informação do “outro”.

Obra Colp – Trata-se de um programa realizado pelo Obra Kolping, um movimento Social Popular de leigos católicos, a serviço do trabalhador e de sua família. Vai ao ar aos sábados, das 8 às 9 horas. O trabalho desenvolvido pelo Movimento Obra Kolping visa articular ações de capacitação, educação e ocupação produtiva, propiciando aos jovens e adultos meios para o seu desenvolvimento profissional, encaminhando-os ao mercado de trabalho.

O Movimento Obra Kolping está sediado no CPA, há 22 anos. Oferece diversas modalidades de cursos aos moradores das comunidades da região da Grande Morada da Serra. Dentre os cursos oferecidos, destacamos: curso de auxiliar em departamento de pessoal, curso de garçom, atendimento ao público e vendas, pintura, bijuteria, espanhol, violão, dança, psicopedagogia aplicada à sala de aula, técnico em enfermagem, mestrado e doutorado em diversas áreas, no Paraguai, por intermédio de acordos com o Mercosul. Todos esses cursos são oferecidos a preços muito acessíveis. Segundo Terezinha, uma das apresentadoras do programa, “o curso de cabeleireiro no Senac custa R\$ 220,00 (duzentos e vinte reais) mensais, nós cobramos R\$ 80,00 (oitenta reais) por seis meses de curso”¹⁰³. Os alunos aprendizes estagiam prestando serviços à comunidade através do Programa Ação Comunitária.

Os cursos são ofertados nos três períodos do dia e têm grande aceitação pelas comunidades da Grande Morada da Serra: “Nós temos

¹⁰³ Terezinha Bertine. Entrevista realizada no dia 14 de dezembro de 2007.

diariamente 200 alunos fazendo algum tipo de curso”¹⁰⁴. A idéia de realizar um programa de rádio, segundo Moreira, ocorreu diante da necessidade de dar visibilidade ao trabalho desenvolvido pelo movimento, divulgar os vários cursos por ele ofertados, além de levar uma mensagem de fé e otimismo às pessoas carentes¹⁰⁵.

Várias pessoas ligadas ao Movimento Obra Kolping participam da produção e execução do programa na rádio, num sistema de rotatividade. Normalmente o programa vai ao ar com três pessoas no estúdio: dois locutores se alternando ao microfone e uma outra pessoa que fica na parte de operações técnicas. A programação é totalmente de cunho religioso e as músicas são todas com conteúdo católico. Um dos lemas do Obra Kolping é: “A fé em Deus nos faz acreditar nos homens”.

No dia 14 de dezembro de 2007 fomos até a sede da rádio para assistirmos à programação dentro do estúdio. Nesse dia, no início do programa, uma pessoa telefonou pedindo para divulgar o sumiço de sua carteira, deixando o seu nome e pedindo para quem a encontrasse deixá-la na rádio ou em uma casa comercial perto da rádio. Depois da divulgação do sumiço da carteira, foram feitos vários anúncios de festas, eventos, reuniões de movimentos sociais e da igreja católica. Foi lida, ainda, uma mensagem pedagógica intitulada “Os cegos e o elefante”. Essa mensagem falava da importância da visão que cada um tem do mundo e da necessidade da união dos vários pontos de vista para construir um mundo mais democrático. Comemorava-se, também, o dia de Nossa Senhora Imaculada Conceição, a programação foi toda dedicada à ela, contaram sua história e executaram músicas que falavam sobre a santa. Ao final do programa foram feitos anúncios de cursos que o Movimento Obra Kolping iria oferecer a partir de fevereiro.

Além do programa levado ao ar no dia 14 de dezembro de 2007, acompanhamos outros, levados ao ar em outros dias. Todos eles seguiam a mesma linha adotada pelos organizadores, mudava-se apenas os temas abordados. Num deles, o locutor, ao divulgar a listagem de cursos a serem realizados pelo Obra Kolping, enfatizou o objetivo de cada um deles, assim como a sua importância para a melhoria econômica das famílias às quais se

¹⁰⁴ Idem.

¹⁰⁵ Carlindo Moreira. Entrevista realizada no dia 14 de dezembro 2007.

destinavam. Divulgou o local, data, horário e o que era necessário para que as pessoas pudessem participar.

Hip Hop – Consiste em um programa ligado as ações da Central Única das Favelas de Mato Grosso (CUFA-MT). Atualmente é comandado pelo DJ Taba¹⁰⁶, integrante do Núcleo de Sonorização da CUFA-MT. Segundo esse DJ, entre as várias ações desenvolvidas pela CUFA, existe a “Oficina dos Quatro Elementos”. Nela os interessados fazem cursos de DJ's, grafite, Mc's e de *black*. Os alunos que se destacam nesses cursos são levados para a Rádio CPA FM, na condição de aprendizes, a fim de inteirarem-se das técnicas do rádio, além de colocar em prática o que aprenderam na oficina. Segundo o DJ, o trabalho desenvolvido pela CUFA se dá no sentido de revelar e multiplicar talentos, essa mesma lógica é aplicada nos trabalhos da rádio. Afirma:

Esta Rádio não é minha, é da comunidade, eu não posso ficar aqui toda vida, eu tenho que dar oportunidade para outras pessoas, então agora eu estou ensinando para esses dois rapazes, mais à frente eles vão apresentar o programa e também ensinar a outros¹⁰⁷.

Quando fomos entrevistar o DJ Taba já tínhamos ouvido um de seus programas, composto, basicamente, de músicas e informações do mundo do *Hip Hop*. Na entrevista ele nos disse que fazia parte de um grupo chamado “Linha Dura e DJ Taba”, além de ser, também, compositor. Diante dessa informação perguntamos sobre o tipo de música que fazia, e ele nos respondeu: “eu não faço música por fazer, música para mim só tem sentido se falar da vida”. Nessa frase ele dá o seu recado aos adeptos da arte pela arte e ainda àqueles que pensam que música boa é aquela feita com poucas notas musicais, fácil de decorar e que não exige nenhum esforço intelectual, afinal arte é apenas fruição.

Quando da nossa visita ao estúdio de onde estava sendo transmitido o programa *Hip Hop*, realizados por Taba, descobrimos, por meio de um recado

¹⁰⁶ Edilson Lara. Entrevista realizada no dia 23 de junho 2007.

¹⁰⁷ Idem.

seu aos detentos do Complexo do Pomerí,¹⁰⁸ (dizendo que a próxima música a ser executada era feita por eles) a penetração desse programa entre os detentos dessa unidade prisional. Dizendo de outro jeito: quando terminou sua fala, pedimos explicação sobre o CD. Foi aí que ele nos falou de um trabalho que a CUFA desenvolveu em parceria com a Secretaria de Estado e Justiça de Mato Grosso, dentro do complexo, em 2005 e 2006. Segundo ele, nesse trabalho, os detentos participaram da Oficina dos Quatro Elementos, palestras de auto-estima, consciência e cidadania. No final do curso foi feito um festival com os internos e seus familiares, no qual esteve presente o DJ dos Racionais Mc's e MV Bill. As músicas apresentadas no evento eram todas de autoria dos próprios internos. Depois disso, a CUFA produziu um CD, com duas músicas do festival, sendo uma delas aquela executada pela rádio. A letra dessas músicas fala da vida de gente sofrida e de suas esperanças. A título de exemplo do conteúdo expresso nessas músicas, transcrevemos trechos de algumas delas, a saber:

Veja só o que aconteceu com nosso nacionalismo, prá todo lado que eu vou eu só vejo o racismo. [...] Como uma aranha que perde sua teia o sistema me enquadrou numa cadeia. [...] A vida não é fácil, tô ligado, ainda quando se leva a vida abandonado nesse mundão sem nenhuma opção de como é viver como um cidadão.

Esse programa, além de seu conteúdo politizante e de ser um programa que fala ao marginalizado, procura desmistificar a idéia de que só especialistas ou pessoas com desenvoltura para falar devem se ocupar das atividades realizadas por uma rádio comunitária. Não importa se as pessoas que dela participam falam dessa ou daquela maneira, o importante é que elas exercitem o direito à manifestação de pensamento, o diálogo, além de aprender a “manejar” os veículos de comunicação.

Os programas que acabamos de descrever são parte da programação mais crítica da Rádio CPA FM. No entanto, isso não significa que ela não tenha em sua grade programas que, em nossa opinião, ferem os objetivos e princípios pelos quais devem se pautar uma rádio. Como exemplo disso,

¹⁰⁸ O Complexo Pomeri é uma unidade prisional de detenção de menores infratores. Mantida pela Secretária de Justiça do Estado de Mato Grosso, funciona como um centro educativo para socializar esses menores.

destacamos os seguintes programas: “Pagode do Titio”, “As Velhinhas da 105”, “Vitrine do Rock”, “Forró de Cabo a Rabo”, “Top Dance” etc. Esses programas apenas executam músicas de sucesso ou que foram sucesso em determinada época. Mesmo sem uma análise mais cuidadosa, podemos afirmar que apenas reproduz a lógica da indústria cultural.

Mas esse não é o maior problema da rádio. Apesar de constar em seu estatuto um Conselho Comunitário, na prática ele não existe, o que configura uma infração ao Art. 8º, da Lei nº 9.612/98. A justificativa do presidente da rádio¹⁰⁹ para a não implementação do funcionamento do Conselho Comunitário deriva das sucessivas investidas da Polícia Federal contra a rádio, ocasionando, dentre outros, o afastamento das pessoas do referido Conselho. Essa explicação é pouco consistente na nossa avaliação. São vários os exemplos de rádios comunitárias no Brasil inteiro que, em situações como essa, a comunidade se reuniu e até enfrentou a polícia. No nosso entender a Rádio CPA FM não foi estruturada pela comunidade, daí a dificuldade dos moradores do Bairro CPA III em reconhecer a sua importância. Segundo Bakhtin, quando se tem coletivamente a consciência sobre determinadas necessidades, não há espaço para renúncia. Vejamos a explicação desse estudioso, tomando como exemplo a fome.

De maneira completamente diferente será experimentada a fome pelos membros de uma coletividade unida por vínculos materiais objetivos (batalhão de soldados, operários reunidos no interior da usina, trabalhadores numa grande propriedade agrícola de tipo capitalista, enfim toda uma classe social desde que nela tenha amadurecido a noção de ‘classe para si’). Neste caso, dominarão na atividade mental as tonalidades do protesto ativo e seguro de si mesmo; não haverá lugar para uma mentalidade resignada e submissa (Bakhtin, 1997, p. 115).

Para complementar essa leitura, uma outra também será feita. Segundo Lima, em uma análise sobre os vários processos de rádios comunitárias entre 1999 e 2004, do total de 2.205 rádios comunitárias da amostragem, 50,2% têm vínculos políticos (2007, p. 41). As rádios com esse tipo de vínculo eram aquelas que algum de seus membros concorreu, ou exercia algum cargo eletivo. Como o estudo realizado por Lima chegou apenas até 2004, a Rádio

¹⁰⁹ Ibidem.

CPA FM não figura nos dados trabalhados por ele. Contudo, entendemos que essa rádio possui vínculos político partidários. O seu presidente já foi candidato a cargos eletivos, mesmo depois de estar na condição de organizador e dirigente da emissora: primeiro para vereador de Cuiabá, nas eleições de 2000, pelo PT; em 2002, para deputado federal pelo PT; e, por último, novamente a vereador pelo mesmo partido, em 2004. Diante de tais fatos, talvez algumas mentes bem intencionadas pudessem dizer: ele pode ter saído candidato e não ter usado a rádio para fazer campanha política. Pensando nisso conversamos com algumas pessoas que já haviam trabalhado na rádio: uma delas¹¹⁰ nos disse que, diretamente, não se pediu voto ao seu presidente, mas, indiretamente se fez campanha usando a rádio e isso teria motivado sua saída da emissora.

As informações acima não só dão a entender o motivo pelo qual a Rádio CPA FM não tem Conselho Comunitário, como também norteiam os princípios que a regem, ou seja, os princípios político-partidários, infringindo o § 1º do Art. 4º, da Lei nº 9.612/98.

Algumas pessoas vinculadas à rádio disseram-nos que quem decide se um programa vai ou não ao ar é o presidente da rádio, fato que reafirma a centralização e a hierarquização das tarefas executadas na rádio. Isso pode ser comparado à conduta adotada pelo editor nos meios de comunicação de massa. Em uma emissora comercial cabe ao editor pautar, entre todas as informações que circulam em uma dada realidade, aquelas que serão consideradas relevantes. Numa rádio comunitária a pauta e a programação devem ser definidas pelo Conselho Comunitário, as decisões tomadas pelo conselho passam pela Assembleia Geral, instância na qual todos os moradores do bairro têm direito de se posicionar. Segundo Andriotti (2004, p. 179), problemas relativos a posicionamentos diferentes podem demandar longas discussões, mas elas acabam provocando mudanças individuais de posturas. Quando se diz que a comunicação nas rádios comunitárias é, ao menos, ideologicamente, dialógica é porque nelas pressupõe-se que uma decisão tomada é o resultado de discussões entre os membros da comunidade. Numa discussão, por exemplo, sobre a possibilidade de colocar no ar certo programa

¹¹⁰ Locutor D. Entrevista realizada no dia 2 de outubro de 2007.

estimula um debate, no qual um locutor e um interlocutor se contestam. A esse tipo de comunicação em que um se informa a respeito do outro e vice-versa, Bakhtin denominou de enunciação. Vejamos o que ele diz a respeito:

É verdade que, exteriorizando-se, o conteúdo interior muda de aspecto, pois é obrigado a apropriar-se do material exterior, que dispõe de suas próprias regras, estranhas ao pensamento interior. No curso do processo de dominar o material, de submetê-lo, de transformá-lo em meio obediente, o conteúdo da atividade verbal a exprimir muda de natureza e é forçado há um certo compromisso (1997, p. 111).

Apesar da centralização da Rádio CPA FM, as discussões que ela põe no ar como, por exemplo, a democratização da comunicação e o desenvolvimento sustentável, sugerem num primeiro olhar, que a mesma é gerida em torno das necessidades dos oprimidos, pressupondo a igualdade de direitos entre cidadãos. No entanto, não basta falar sobre a democratização dos meios de comunicação, é preciso discutir o assunto reconhecendo a igualdade entre os sujeitos falantes. O conceito de democratização da comunicação exposto de cima para baixo impõe formas de controle sobre a liberdade de expressão, antes que a comunicação se estabeleça. A Lei nº 9. 612/98, em seu Art. 3º, inciso V, é explícita em dizer que a rádio comunitária deve permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão, de forma mais acessível possível. Quem garante que se a definição dos programas que vão ar pela Rádio CPA FM fosse fruto de decisões tomadas pela comunidade, a programação seria a mesma que vigora atualmente. Talvez a emissora levasse ao ar outro tipo de programa, abordando outros assuntos, voltados a outras necessidades, ou, no caso dos mesmos temas, as justificativas a serem formuladas para decidir se ele ia ou não ao ar desencadeariam em um verdadeiro debate sobre o tema. Nele se aprenderia mais sobre a democratização das comunicações do que ouvindo o programa.

Diante do exposto é inevitável perguntar quais princípios norteiam a centralização da programação da Rádio CPA FM? Para nós são os mesmos princípios político-econômicos que norteiam o funcionamento dos meios de comunicação no Brasil, denominados de coronelismo eletrônico. Para Lima (2007, p. 3), ao controlar as concessões o 'coronel' promove a si mesmo e aos aliados, hostiliza e cerceia a expressão dos adversários políticos e é fato

importante na construção da opinião pública. Essa é disputada nas eleições, no primeiro momento, no plano estadual e federal e, no segundo momento, denominado “Coronelismo Eletrônico de Último Tipo”, no plano municipal. Entretanto, o autoritarismo enraizado em nossa cultura é consequência da prática político-econômica empregada desde o início da colonização do Brasil. Segundo Peruzzo, ele é resultado histórico da formação econômica, social, política e cultural brasileira e, como produtos desta dinâmica, estamos impregnados de alienação e de acomodação (2004, p. 73). Com isso, as rádios comunitárias, em poder dos coronéis da mídia, ao invés de funcionar como um instrumento para transformar as estruturas opressoras reforça-os.

Apesar de não considerarmos os programas da Rádio CPA FM como resultados de estruturas horizontais, o que dizer das críticas estruturais feitas em vários programas seus? Apesar da importância dessas críticas no processo de desmitificação da informação e das estruturas opressoras, guiadas pelo PT, essa programação não pode contribuir para o estabelecimento de uma estrutura social alternativa ao que está posto. Segundo Martinez,

O partido político que tem a sua existência legal e, até certo ponto, a (sic) material reconhecida e protegida pelo Estado; os que fazem parte do Estado através de cargos eletivos ou nomeados; os que conduzem suas atividades públicas segundo as leis e as normas do Estado e pleiteiam o poder público pelas regras deste, é evidente que não negam o Estado (1990, p. 47).

O PT surgiu em 1980 como algo inusitado, novo, que parecia ameaçar a ordem estabelecida com uma total subversão dos valores constituídos. Mas existe muita mistificação no jogo de apoiar ou combater o governo. Em verdade, essas perspectivas de mudanças são ilusórias visando apenas disputar a opinião pública. O PT, surgido do movimento sindical, nasceu para fazer oposição à política salarial da ditadura, embora questionasse a estrutura capitalista como responsável pela exploração do trabalhador, essa luta sempre se deu no nível institucional para que houvesse menos exploração capitalista. Contudo, ao contrário dos partidos, que são instrumentos ideológicos do Estado, a luta sindical é um instrumento da classe trabalhadora capaz de levá-la ao poder. Não fosse assim,

[...] séculos de atividade sindical não teriam preparado centenas de milhares de lutadores anticapitalistas em todas as partes do mundo. Como diziam Marx, Engels, Lênin, Trotsky, Rosa, Gramsci, os sindicatos são escolas de socialismo. E não poderiam ser diferente. Afinal, pela luta sindical contra os patrões que os trabalhadores conseguem enxergar o quanto são explorados. (DOMINGUES *apud* SANTIAGO, 2005, p. 4)

Entretanto, segundo Santiago (2005, p. 4), para que isso ocorra “é preciso que a luta sindical não fique centrada apenas no imediatismo das lutas salariais”, e nem seja usada para propósitos político-partidários.

Mas, segundo Gomes (*apud* Andriotti, 2004, p. 86) “a comunicação popular não pode se dar, *a priori*, como sendo obrigatoriamente ‘emancipadora’ – no sentido político e ideológico das esquerdas”. Ela não ocorre apenas nas formas de resistência à dominação, mas nas inúmeras formas de reprodução dessa dominação e em outros níveis, mais práticos e funcionais da vida cotidiana. Dessa forma, mesmo as rádios comunitárias surgidas dentro de movimentos sociais de esquerdas, a sua pauta não pode se limitar apenas à luta pelo desmanche do Estado capitalista. Elas têm de lutar, antes, para que a vida dentro do sistema capitalista seja menos sofrível e essa luta engloba todas as vertentes políticas presentes dentro das comunidades. É por meio dessa luta que cada ser humano, submetido à exploração, vai descobrindo como ela se dá e qual a forma de combatê-la, ou seja, por meio da emancipação do ser humano.

Em relação à programação levada ao ar pela Rádio CPA FM, entendemos que todos os programas são apenas reproduções da indústria cultural. No caso dos programas mais críticos, a falta de participação da comunidade na definição das pautas obstrui a possibilidade de seus entes discutirem os seus problemas conjuntamente e, a partir dessa discussão, entender os mecanismos que os determinaram. Mas, quanto aos programas que são comuns às rádios comerciais de Cuiabá, existe uma divergência dentro da própria rádio. Segundo Nivaldo Queiroz,¹¹¹ uma rádio comunitária não pode veicular programações iguais às das rádios comerciais e, quanto a isso ele tem razão. O Art. 3º da Lei nº 9.612/98 deixa claro nos incisos I e II que a rádio comunitária tem que integrar e dar oportunidade à difusão das idéias e da

¹¹¹ Ibidem.

cultura da comunidade e, em nenhum artigo da lei diz que isso pode ser feito apenas com uma parte da programação da rádio. Já o presidente da rádio¹¹² não é contra essa prática, justificando que a rádio é feita pela comunidade, portanto ela reflete a sua vivência. Depois de discorrermos sobre a política partidária com a qual a rádio está vinculada, uma leitura pode ser feita a esse respeito: ela é uma forma de fazer acreditar que a rádio promove o acesso da comunidade em sua programação. Mas só isso não garante a prática da comunicação democrática. Embora as rádios comunitárias sejam elemento de difusão da pluralidade existente na comunidade, não dá para agradar a todos. Já pensou se um morador da comunidade quisesse fazer um programa exaltando o racismo? Uma rádio comunitária tem de ter um código de ética destinado a todos que dela participam, além do dever de fiscalizar para que seja obedecido (Luz, 2004, p. 28 - 30).

Embora não justifique, apesar dos problemas da Rádio CPA FM com os programas de reprodução da indústria cultural, alguns destes programas, como é o caso do Top Dance, promovem artistas da comunidade por meio da difusão de suas músicas e a cessão de espaços. Mesmo que esses programas não reflitam os anseios da comunidade, ao menos contribuem para que haja menos concentração do mercado fonográfico.

O Programa Revista Comunitária é outro programa que também não analisamos, mas a última vez que ouvimos a sua transmissão na Rádio CPA FM, em 10 de janeiro de 2008, o mesmo tinha passado por alterações. Levado ao ar pelo locutor do Programa Debates, Nivaldo Queiroz, passou a ter um novo quadro, denominado “Notícias da Universidade”, com informações de interesse da comunidade acadêmica, especialmente universitários e futuros universitários. Isso é um bom sinal, muitos problemas vivenciados pelas rádios comunitárias é resultado, em muitos casos, da pouca experiência dos envolvidos no processo com os meios de comunicação e da pouca consciência que as comunidades têm da importância da rádio. Em muitos casos, mesmo que a rádio diga em seu indicativo de chamada que é comunitária, muitas pessoas pensam que isso se dá pelo fato de ela estar localizada em uma determinada comunidade e não no centro da cidade. Entretanto, à medida que

¹¹²Ibidem.

a comunidade vai entendendo que a rádio lhe pertence, mesmo que forçosamente, a rádio será gerida por ela.

Em relação ao apoio cultural direcionado à Rádio CPA FM, pode-se dizer que ela tem poucos apoiadores. Embora a maioria do apoio cultural venha de comerciantes locais, a rádio anuncia o comércio de outros bairros. Segundo o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, no Art. 32, o apoio cultural deve ser restrito aos estabelecimentos situados na área da comunidade atendida. Tal fato pode ser tomado como mais um dos elementos que demonstram que a rádio não tem objetivos comerciais, pois como já dissemos, seus objetivos são políticos. O apoio cultural é apenas uma forma de garantir que ela continue no ar. Procuramos alguns de seus apoiadores locais, no dia 14 de dezembro de 2007, para sabermos com quais objetivos apoiava a CPA FM, quanto pagavam e como pagavam como apoio cultural. A maioria disse que apoiava a rádio porque dava retorno comercial, mas alguns disseram que anunciavam para ajudar a rádio da comunidade. Vejamos abaixo algumas das justificativas dadas pelos comerciantes do Bairro CPA III, nesse apoio a Rádio CPA FM: “Ajudo porque dá retorno, a rádio abrange toda a região”¹¹³; “Eu dou R\$ 35,00 (trinta e cinco reais) por mês para ajudar”¹¹⁴; “Tem bastante retorno, muitas pessoas ouvem a rádio”¹¹⁵.

Para quem quer utilizar as rádios comunitárias com fins opostos ao da democratização dos meios de comunicação, não importam as motivações que levam um comerciante local a apoiar uma rádio comunitária. Nesse caso, o apoio apenas se soma às vantagens oferecidas por este veículo de comunicação. São essas vantagens que, segundo Jurandir Francisco¹¹⁶, têm motivado a expansão desse veículo no estado de Mato Grosso. Segundo as suas palavras:

As comunitárias estão predominando porque existe uma facilidade maior de montar estas rádios no que nós chamamos de grotões, aquelas cidades distantes, de municípios pequenos onde dificilmente você conseguiria montar uma rádio comercial que tem uma estrutura gigantesca. O transmissor de uma AM, por exemplo, é uma peça caríssima, de manutenção caríssima e consome muita energia. Uma cidade pequena não teria condições de sustentar o investimento. Então, a rádio

¹¹³ Luiz Souza, Ferragens Brasil.

¹¹⁴ Elias Chalé Materiais para Construção.

¹¹⁵ Luiz Lázaro, Supermercado Canarinho.

¹¹⁶ Ibidem.

comunitária tem uma tecnologia mais avançada, o custo do aparelho é menor, gasta menos energia e o custo de produção também são menores, logo, é mais viável montar uma rádio comunitária numa comunidade pequena.

Apesar da centralização e dos objetivos político-partidários da Rádio CPA FM, o rol daqueles que participam diretamente da programação da rádio é composto por algumas entidades sociais da comunidade, estando, neste caso, de acordo com o parágrafo único, do art. 7º da Lei nº 9. 612/98. Mas, o formato e o conteúdo desses programas não são discutidos com o Conselho Comunitário, e sim diretamente com o presidente da emissora.

A Rádio CPA FM, apesar dos problemas apontados, apresenta programas avançados em relação às rádios comerciais de Cuiabá, contribuindo, por intermédio deles, com informações relevantes à comunidade. Entretanto, programas como esses, com exceção do programa gravado que fez uma crítica ao monopólio das comunicações, são comuns em programas dos meios de comunicação de massa. Como exemplo disso, citamos o “Casseta e Planeta”, que critica “deus e o mundo”, e, mais recentemente, o Programa “Minha Periferia”, de Regina Casé, difundindo a “cultura” das periferias do mundo afora. A diferença é que nesses programas não se questiona o gerador dos problemas da sociedade brasileira. Mas como já discutimos, criticar o sistema também não é uma forma de se garantir que quem faz a crítica, ao assumir o poder, vá realmente fazer a diferença. A recente história política do nosso país confirma esse nosso entendimento.

As rádios comunitárias surgiram para democratizar os meios de comunicações, por meio do acesso das pessoas aos seus veículos. Numa era denominada “era da informação”, mediada pelos meios técnicos de comunicação, é imprescindível que as pessoas tenham condições que lhes permitam falar de si e tomar conhecimento do acontecer do outro. Mas uma rádio comunitária é ainda mais que isso, ela é um espaço de convivência no qual cada informação deve ser debatida e, em muitos casos, combatida e o instrumento que garante isso são as assembléias gerais feitas com a comunidade e representadas por meio do Conselho Comunitário. Portanto, se não tiver Conselho Comunitário não tem participação. Sem participação, não

tem democratização dos meios de comunicação. E sem democratização, a comunicação no país continua nas mãos dos coronéis eletrônicos.

CONCLUSÃO

“Há idéias e modos de vida com as sementes da vida e outras, talvez profundamente arraigadas em nossas mentes, com as sementes da morte geral. A medida de nosso sucesso em reconhecer esses dois tipos e nomeá-los, possibilitando que sejam reconhecidos por todos pode ser literalmente a medida de nosso futuro”.

(RAYMOND WILLIAMS apud CEVASCO, 2001, s/p).

A prática do serviço de radiodifusão comunitária a partir da Lei 9.612/98, comentada ao longo deste trabalho, tem resultado, na maioria dos casos, na submissão das rádios comunitárias no Brasil à ingerência político-partidária. As rádios comunitárias de Mato Grosso e Cuiabá têm sido alvo de comentários da mesma natureza, fato que nos motivou propor esta pesquisa sobre o fenômeno em Cuiabá, mais especificamente a realização de um estudo de caso, tomando como objeto a Rádio Comunitária CPA FM.

Depois de analisarmos a origem, a organização e a atuação da Rádio CPA FM como veículo midiático, tomando como fontes para a pesquisa a sua grade de programação, estatuto e entrevistas com seus dirigentes, os resultados obtidos por meio desta investigação levou-nos a negar nossa hipótese inicial sobre o caráter comunitário desta rádio. A maneira como a Rádio CPA FM Cuiabá vem operando revelou que ela não oportuniza, nos termos preconizados pelos princípios e normas que regem as emissoras comunitárias, a difusão das idéias e da cultura da comunidade onde se insere. O que se verificou foi a divulgação de idéias e interesses de grupos estritamente vinculados aos seus dirigentes.

Embora a maioria das rádios comunitárias nos dias de hoje, independentemente da sua localização geográfica, valendo-se de mecanismos de interação com a Internet, podem ser ouvidas no mundo inteiro, o seu compromisso primordial continua sendo com o local da comunidade onde se insere. Sabe-se que a revalorização dos espaços locais pode destruir a homogeneização da cultura por meio de uma revanche da cultura local sobre a cultura de massa. Neste caso, “a cultura popular exerceria sua qualidade de discurso dos ‘de baixo’, pondo em relevo o cotidiano dos pobres, das minorias,

dos excluídos, por meio da exaltação da vida de todos os dias” (SANTOS, 2006, p. 144).

Além disso, por seu caráter local, as rádios comunitárias têm sido consideradas veículos que permitem o exercício da democracia direta, por dispensarem a necessidade do modelo representativo. Na modalidade de representação política os indivíduos delegam seu poder de reflexão, decisão e expressão àqueles responsáveis por gerenciar a emissora, reduzindo a importância de sua participação e, portanto, suprimindo a participação coletiva. Neste sentido, uma rádio comunitária tem como objetivo dar voz a comunidade, por intermédio dela os cidadãos de uma dada localidade discutem diretamente suas necessidades e os meios para resolvê-las.

Apesar da rádio CPA FM ter vários de seus programas dirigidos e/ou apresentados por pessoas comprometidas com os interesses sociais dos segmentos mais pobres, oprimidos e marginalizados da sociedade cuiabana, e com conteúdos que representam um avanço em relação ao rádio comercial, isso, por si, só não garante a dimensão comunitária preconizada pelo Movimento de Rádios Comunitárias. Sua programação não é o resultado de decisões tomadas em conjunto com os grupos organizados da localidade onde está situada. O que se verificou foi um tipo de centralização da organização e operacionalização da emissora pelo seu então presidente o qual decide o que deve (ou não) ir ao ar.

Essa centralização que oportuniza grupos vinculados ao presidente, em detrimento da comunidade, foi avaliada por nós como consequência do seu direcionamento político-partidário. Cabe lembrar que o presidente da Rádio CPA FM candidatou-se a vereador já em 2000, ano que a rádio iniciou as suas atividades, e continuou candidatando-se a outros cargos político-partidários em eleições posteriores. E isso é feito através da limitação da participação democrática da comunidade. A participação que contemple os diferentes pontos de vistas é essencial para chegar a um entendimento comum e justo, mas é uma ameaça aos interesses individuais. Quando idéias diferentes são postas em conflito, idéias consideradas anteriormente válidas podem ser completamente reformuladas ameaçando, desta forma, a hegemonia operada por meio delas.

Em linhas gerais, pode-se dizer que a rádio CPA FM não funciona como meio de divulgação da cultura local, mas, isto sim, opera do mesmo modo que os meios de comunicação de massa. Visa dar sustentação a objetivos político-ideológicos, inserindo-se na mesma dinâmica da maioria das ditas rádios comunitárias no Brasil. Desse modo, ao invés de questionar o antigo coronelismo existente no setor de comunicação no país, acaba por reproduzir em pequena escala os mesmos mecanismos contestados pelo movimento que lutou pelo reconhecimento das rádios comunitárias como um direito à liberdade de comunicação no Brasil, sob uma aparente feição comunitária.

No nosso entender isso ocorre, na maioria dos casos, em virtude da forma de organização das chamadas rádios comunitárias. Esta não é feita pela comunidade e sim por grupos que se apropriam desse meio de comunicação, devido a sua capacidade de penetração na vida dos setores populares da sociedade, além de deterem a viabilidade técnica e econômica para isso. Nessa perspectiva, as exigências legais, especialmente o preconizado na Lei nº 9.612/98, reforça a burocratização do acesso não somente com a outorga, mas também com a própria prática dessas emissoras.

Se quisermos disseminar por meio das rádios comunitárias visões de mundo capaz de fazer um contraponto a hegemonia dominante, precisamos, antes, nos apoderarmos desse meio de uma forma que as diferentes visões políticas da comunidade possam se confrontar. Desse caldo político resultará a política essencial à transformação da sociedade e dele nascerá um partido orgânico da classe explorada.

Se as rádios comunitárias atuarem potencialmente como um partido orgânico das camadas populares, elas serão capazes de contribuir para a construção de uma nova hegemonia. Mas, para isso é preciso não esquecer, como bem disse Giannotte (2005, p. 66), comunicação não é para informar é para garantir ou conquistar a hegemonia. Mas, para isso as pessoas em suas respectivas comunidades, país à fora, precisam descobrir que as rádios comunitárias lhes pertencem não somente por estarem nos locais onde vivem, mas, fundamentalmente, por serem instrumento do direito à comunicação.

REFERÊNCIAS E OBRAS CONSULTADAS

ABRAMO, Perseu. Significado da Manipulação na Grande Imprensa. In: _____. **Padrões da Manipulação na Grande Imprensa**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

ADORNO, Theodor W. & HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Tradução de Guido Antonio de Almeida. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

ADORNO, Theodor W. **Indústria Cultural e Sociedade**. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. **Mínima Moralidade: Reflexões a partir da vida danificada**. Tradução. Luiz Eduardo Bicca. 2 ed. São Paulo: Ática, 1992.

ALAINET, João Brant. **Os Desafios do Movimento pela Democratização da Comunicação**. Disponível em:
<<http://www.forumdesalternatives.org/titulo.php>> Acesso: 29 de set. 2006.

ALVES, Alecy. **Igrejas Proliferam na Grande Cuiabá**. Disponível em
<<http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=171930>> Acesso: 03 de jan. 2008.

ALVES, Louremberg. **Radionovelas em Mato Grosso**. Monografia apresentada ao Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Mato Grosso, 1994.

ANDERY, Maria Amélia. **Para Compreender a Ciência: Uma perspectiva histórica**. 11ª Ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 2002.

A MARCA de Dante. Disponível em:
<<http://www.terra.com.br/istoe/politica/150830.htm>> Acesso: 19 de nov. 2007.

ANRIOTTI, Cristiane. **O Movimento das Rádios Livres e Comunitárias e a Democratização dos Meios de Comunicação no Brasil**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

ARBEX Jr, José. **Showrnlismo: A notícia como espetáculo**. São Paulo: Casa Amarela, 2001.

_____. **Mídia Alternativa Versus Pensamento Único**. Disponível em:
<http://www.dhnet.org.br/dados/manuais/dh/br/manual_midiadh/51_midiaalternativa.htm> Acesso: 22 de abr. 2008.

BARBOZA FILHO, André; PIOVESAN, Ângelo; BENETON, Rosana (orgs). **Rádio: Sintonia do futuro**. São Paulo: Paulinas, 2004.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. Traduzido por Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, [1997].

BARBERO, Jesus Martin. **Dos Meios às Mediações: Comunicação, cultura e hegemonia**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

BOBBIO, Norberto. **O Conceito de Sociedade Civil**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Graal, 1994.

BOGO, Ademar. O Projeto Popular. In: **A Fusão da Mídia com o Estado e os Limites da Indústria de Manipulação das Consciências**. Curso Anual do NPC: 12, 2006, Rio de Janeiro.

BONELLA, Danielle Soncini. Cidadania, Poder Local e Espaço Público. Disponível em: < <http://www.direitonet.com.br/artigos/x/27/95/2795> > Acesso: 10 de dez. 2007.

BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**. 4 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BRITTES, Jomar de Souza. **O Mercado de Trabalho de Rádio e TV em Cuiabá e os Graduados de 94/2 a 97/2**. Monografia apresentada ao Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Mato Grosso, 1998.

BRITTOS, Valério Cruz; (org) BOAÑO, César Ricardo Siqueira. **Rede Globo 40 Anos de Poder e Hegemonia**. São Paulo: Paulus, 2005.

CABRAL, Adilson. **Democratizar a Comunicação para Democratização da Sociedade: Um desafio, um mito**. Disponível em: <<http://www.comunicacao.pro.br/artcon/democom.htm>> Acesso: 25 de fev. 2006.

CÂNDIDO, Geraldo; COLETIVO NACIONAL PETISTA DE RÁDIOS COMUNITÁRIAS. **Como Montar Rádios Comunitárias e Legislação Completa**. Brasília: ed. Coletivo Nacional Petista de Comunicação, 1999.

CAPARELLI, Sérgio. Política de Radiodifusão no Brasil. In: CADERNOS DA INTERCOM, n. 8, **Rádio e Cultura no Brasil**. São Paulo: Cortez/Intercom, 1985.

CEVASCO, Maria Elisa. **Literatura e Cultura na Sociedade Contemporânea**. Disponível em: <<http://www.cidade.usp.br/educar2001/mod2ses4.php>> Acesso: 27 de fev. 2007.

_____. **Dez Lições sobre os Estudos Culturais**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

CHAUÍ, Marilena. **O que é Ideologia**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 2004. (Princípios 13).

COELHO NETO, Armando. **Rádio Comunitária Não é Crime**. São Paulo: Ícone, 2002.

COELHO, Teixeira. **O Que é Indústria Cultural?** 20 ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

COLEÇÃO NOSSO SÉCULO. São Paulo: ed. Abril, 1980.

DELAMÔNICA, Júlio Freire. **Por uma Poética popular da Arquitetura**. Dissertação apresentada à Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo 1997.

DOWBOR, Ladislau. **Da Globalização ao Poder Local: A nova hierarquia dos espaços**. Disponível em: <<http://dowbor.org/capitalismo.asp>> Acesso: 27 de jan. 2006.

FRANS, Moisés. **Estado de Mato Grosso Tem Quatro Rádios Comunitárias Fechadas**. Disponível em <http://www.piratininga.org.br/novapagina/boletim_show.asp?boletim_num=88> Acesso: 03 de out. de 2007.

FERNABDES, Bob. **Poder Eletrônico, Concessões de Canais Garantem Votos a ACM**. Isto É Senhor. São Paulo: Três, n. 95, 12 set. 1990.

FERRARETO, Luiz Artur. **Rádio: O veículo, a história e a técnica**. 2ª ed. Porto Alegre-RS: Sagra Luzzatto, 2001.

GIANNOTI, Vito. Comunicação e Disputa de Hegemonia. In: **Os Desafios da Comunicação de Esquerda no Brasil de Hoje**. Curso Anual do NPC: 11, 2005, Rio de Janeiro.

GIROUX, Henry A. **Atos Impuros: A prática política dos estudos culturais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

HABERMAS, J. **O Discurso filosófico da modernidade**. Tradução. Ana Maria Bernardo e outros. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1990.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

LIMA, Venício A. de; LOPES, Cristiano Aguiar. **Coronelismo Eletrônico de Novo Tipo (1999 – 2004)**. Disponível em: <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/download/coronelismo_eletronico_de_novo_tipo.pdf> Acesso: 19 de out.2007.

LOBATO, Elvira. **Igrejas Têm Quase 400 Rádios**. Folha de S. Paulo. São Paulo, 10 ago. 1997, p. 1/16.

LOWY, Michel. **A Estrela da Manhã: Surrealismo e marxismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

LOPES, Cristiano Aguiar. **Rádio Comunitária Depende de Padrinho**. Disponível em: <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=330IPB004>> Acesso: 13 de mar. 2006.

_____. **Política de Radiodifusão Comunitária: Exclusão como Estratégia de Contra-reforma**. Dissertação de Mestrado apresentada a Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, 2005.

LOPES, Vera Lúcia Leite. **Rádio a Voz D'Oeste: Construção e cidadania**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Jornalismo e Editoração da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, 2000.

LUZ, Dioclécio. **Rádios Comunitárias na Intenção de Mudar o Mundo**. 2ª ed. Brasília: Independente, 2004.

MARTINEZ, Paulo. **Política, Ciência, Vivência e Trapaça**. São Paulo: Moderna, 1990.

MARX, K. **A Ideologia Alemã**. 7ª edição. São Paulo: Hucitec, 1989.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Tradução: Pietro Nassatti. 3 ed. São Paulo: Martin Claret. 2003. (Coleção Obra Prima de Cada Autor).

MATTELART, Armando. **Diversidade Cultural e Mundialização**. Tradução Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2005.

MAZZEO, Maria Luiza. **A Evolução da Internet no Brasil e no Mundo**. Disponível em: <http://www.scribd.com/doc/123635/Evolucao-da-Internet-no-Brasil-e-no-Mundo>> Acesso: 01. mai. 2008.

MEDISCHT, Eduardo (org). **Teorias do Rádio**. Florianópolis: Insular, 2005.

MELIANE, Marisa. **História das Rádios Livres no Brasil**. Disponível em: <http://www.radiolivre.org/historia>> Acesso: 19 de fev. de 2007.

NUNES, Marisa Aparecida Meliane. **Rádios Livres – O outro lado da voz do Brasil**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Jornalismo e Editoração da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

OLIVEIRA, Luciene. **Formato da Programação de Rádio FM em Cuiabá: Rádio cuiabana FM**. Monografia apresentada ao Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Mato Grosso, 1999.

Ortiz, Renato. **Mundialização e Cultura**. 7 reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 2006.

_____. **A moderna Tradição Brasileira**. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.

ORTIWANO, Gisela Swetlana. **A Informação no Rádio: Os grupos de poder e a determinação dos conteúdos**. 4 ed. São Paulo: Summus, 1985.

PAIVA, Raquel. **Rádio Comunitária**. Disponível em <<http://antoniocarvalho.blogspot.com/2007/04/entrevista.html>> Acesso em: 12 de fev. 2008.

_____. **O Retorno da Comunidade: os novos caminhos do social**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

PERUZO, Cicília Maria Krohling. Rádio Comunitária, Educomunicação e Desenvolvimento. In: PAIVA, Raquel (Org). **O Retorno da Comunidade: os novos caminhos do social**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

_____. **Comunicação nos movimentos Populares**. 3 ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2004.

RÁDIO Club FM. Disponível em <<http://www.odocumento.com.br/registrogeral.php?id=86>> Acesso 18 de nov. 2007.

POZZER, Katia, Maria Paim. A Palavra de Argila e a Memória da História. In: KAMAL, L. FREITAS, J. A. Neto (org). **A Escrita da Memória: interpretações e análises documentais**. São Paulo: Instituto Cultural Banco Santos, 2004.

ROBERTO, Waldemir. **Sem Receber há Oito Meses, Emissora de Rádio Vão Tirar Programa Esportivo do Ar em Cuiabá**. Disponível em <www.24horasnews.com.br/blog/index.php?tipo=lista&data=2006-11-21-72k>.

RODRIGUES, Fania. **Os Novos Coronéis do Brasil**. Disponível em <http://www.cufa.com.br/06/in.php?col=42&id=coluna&id_col=fania> Acesso: 20 de janeiro de 2008.

QUANDO FOI CRIADO O FNDC? Disponível em: <http://www.fndc.org.br/internas.php?p=internas&lay_key=5&cont_key=10>. Acesso: 24 de maio 2007.

RUY, José Carlos. **A Crise na Forma Partidos**. Pucviva, São Paulo, abril a jun. 2001. Disponível em <http://www.apropucsp.org.br/revista/r12_r01.htm> Acesso: 25 de fev. 2006.

SANTOS, Maria Salet Tauk. O Discurso da Modernização sem Mudança. In: **Rádio e Cultura no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1985. (8º Cadernos da Intercom).

SANTIAGO, Claudia. Uma Pauta de Esquerda. In: **Os Desafios da Comunicação de Esquerda no Brasil de Hoje**. 11, 2005, Rio de Janeiro: Núcleo Piratininga de Comunicação, 2005.

SANTOS, Milton. **Por uma Outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 13. ed. São Paulo : Record, 2006.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4 ed. São Paulo: Edusp.. 2004.

_____. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: Nobel, 1993.

SANTOS, Tião. **Rádios Comunitárias**. Disponível em:
<<http://www.fenaj.org.br/matéria.php>> Acesso em 24 de mar. 2006.

SCHWARTSMAN, Hélio. **Rádio, Veículo Democrático?** Disponível em:
<<http://www.folha.com.br> > Acesso: 27 de jan. 2006.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Sociedade da Informação ou da Comunicação?** São Paulo: Cidade Nova, 1996.

SODRÉ, Munir. **Rádios Comunitárias: O seqüestro oficial da fala**. Disponível em:
<<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/ipub041120031.htm>>
Acesso: 17 de jul. 2007.

SOUZA, Hamilton Octávio. A Atualidade dos Estudos do Jornalista e Professor Perseu Abramo. In: **Padrões da Manipulação na Grande Imprensa**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

SPÓSITO, Roberto. Nihilismo e Comunidade. In: PAIVA, Raquel. **O Retorno da Comunidade: os novos caminhos do social**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

Williams, Raymond. **Cultura**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

THOMPSON, John B. **Ideologia e Cultura Moderna**. 6. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002.

_____. **A Mídia e a Modernidade**. Tradução de Guido Antonio de Almeida. 4 ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002.

UNESCO. **Um Mundo e Muitas Vozes - comunicação e informação na nossa época**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1983.

VEIGA JUNIOR, Edson. **Precisamos de âncoras-padrão?** Disponível em:
<<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=332JDB007>>.
Acesso: 27 de dez. 2007.

VIANEY, João. **Universidade Virtual: oportunidade de crescimento ou ameaça para as Instituições de Ensino Superior?** Disponível em: <<http://lawi.ucpel.tche.br/abmes/estud26/sumario.htm>> Acesso: em 20 de mai. 2006.

ZARAMELLA, Sônia Maria Duarte. **A Comunicação em Mato Grosso: um Panorama do Jornal, do Rádio e da Televisão Pós-divisão do Estado.** Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Jornalismo e Editoração da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, 2000.

ZAVIASKY, Paulo. **Adeus às Emissoras de Rádio Cuiabanas.** Disponível em< <http://www.24horasnews.com.br/blog/index.php?tipo=lista&data=2007-09-08>> Acesso em: 10 de fev. 2008.

APÊNDICE – Grade de Programação da Rádio CPA FM

Dias da semana	Horário	Programa	Apresentador
Segunda-feira	04h30-07h00 07h00 08h00 08h00 09h00 09h00 12h00 12h00 13h00 13h00 14h00 14h00 15h00 15h00 19h00 19h00 20h00 20h00 24h00 24h00 01h00	- Amanhecer Sertanejo - Plantão Saúde - Jornal CPA FM 2007 - Revista Comunitária - Música Pop. Brasileira - As Velhinhas da 105 - Educativo - Educativo - Mix musical - Programas Evangélicos - Bossa Nova	- Nivaldo Queiroz - (Gravado) - Bosco/ Geremias - Cleyton - Jhony /Marcos - (Gravado) - (Gravado) - (Gravado) - (Gravado) - Vários - Geremias
Terça - Feira	04h30 20h00 20h00 22h00 22h00 24h00	- Idem Segunda-feira com exceção dos programas abaixo: - O Outro Lado da MPB (artistas e músicas não conhecidos) - Músicas românticas intercalada com momentos educativos	- Jhony/Marco - (Gravado)
Quarta - Feira	04h30 20h00 20h00 22h00	- Idem Segunda-feira com exceção do programa abaixo: - Programa de Hip Hop (versão nacional e regional)	- Rei Raper
Quinta - Feira	04h30 22h00	- Idem Segunda-feira	
Sexta - Feira	04h30 20h00 18h00 20h00 20h00 23h00	- Idem Segunda-feira com exceção dos programas abaixo: - Soulgueto: hip hop nacional e internacional intercalado com a seção Zé Povinho - Top Dance: músicas variadas	- DJ Espinha - Cleiton 7

Continua (...)

(...) Continuação

Dias da semana	Horário	Programa	Apresentador
Sábado	04h00 07h00	- Viola Caipira	- Demaurí
	07h00 08h00	- Eco cidadania	- Vários
	08h00 09h00	- Músicas regionais de vários estados.	- (Gravado)
	09h00 10h00	- Obra Colp	- Vários
	10h00 12h00	- Jornal CPA FM	- Bosco/Geremias
	12h00 13h00	- Musicas variadas	- (Gravado)
	13h00 14h00	- As Velhinhas da 105	- (Gravado)
	14h00 15h00	- Jovens Ouvintes	- (Gravado)
	15h00 16h00	- Músicas Variadas	- (Gravado)
	16h00 17h00	- Cine Cult	- Érica Alcântara
	17h00 19h00	- Forró de Cabo a Rabo	- Paraíba
Domingo	07h00 08h00	- O Consolador	- Grupo Centro Espírita V. de Freitas
	08h00 10h00	- Bom dia Querência	- André
	10h00 13h00	- Pagode do Titio	- Manoel
	13h00 16h00	- Top Dance	- Cleiton 7
	16h00 18h00	- Hip Hop Caminho da Resistência	- Taba
	18h00 20h00	- Viola Cabocla	- Dias
	20h00 22h00	- Vitrine do Rock	- Max
	22h00 23h00	- Programa Golpel	- Joel

Grade de Programação de 01a 09/07/2006

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)